AGÁLIA

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

N.º 53

PRIMAVERA 1998

DIRECÇOM:

María do Carmo Henríquez Salido

CONSELHO DE REDACÇOM:

Isaac Alonso Estravis
José Ramom Chantada Acosta
Óscar Diaz Fouces
Carlos Garrido
Jenaro Marinhas del Valle
José Maria Monterroso Devesa
César Carlos Morám Fraga
J. Carlos Quiroga D.
Joám Carlos Rábade Castinheira
Henrique Rabunhal Corgo
José Luís Rodríguez
José António Souto Cabo

In memoriam:
Ricardo Carvalho Calero

NOTA DA REDACÇOM

1. AGÁLIA reserva-se o direito a publicar originais nom solicitados.

2. A revista nom se responsabiliza da devolución de originais.

3. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da revista.

4. Todos os trabalhos publicados em AGÁLIA aparecerám com a normativa de carácter reintegracionista que defende AGAL (no seu *Prontuário Ortográfico Galego*), ou em qualquer outra normativa do nosso sistema lingüístico. O envio de originais por parte dos autores supom a aceitaçom desta norma.

5. Os textos assinados som da responsabilidade dos autores, nom se identificando, necessariamente, a revista com os respectivos pontos de vista.

Imprime: VENUS artes gráficas, s.a.
Corunha - Dep. Legal: C-250 - 1985
ISSN: 1130-3557

CONSELHO ASSESSOR:

GALIZA:

José Agrelo Ermo
Mário Alonso Nozeda
Maria Luísa Andrade
Carlos Campoy
Denis Conles
Júlio Garcia Santiago
Alberto Garcia Vessada
Luís Gonçales Blasco
Marcial Gondar Portasany
Cláudio Lôpez Garrido
Aurora Marco
Higino Martínez Estêvez
Ramom Nogueira Calvo
José Posada
Maria das Dores Rei Teixeiro
Ramom Reimunde Norenha
Manuela Rivera Cascudo
Felisindo Rodríguez
Joám Trilho Pêrez
Xavier Vilhar Trilho

In memoriam:
Ernesto Guerra da Dal

BRASIL:

Leodegário A. de Azevedo Filho
Gladstone Chaves de Melo
Sílvio Elia
Reynado Valinho

MOÇAMBIQUE:

Fátima Mendonça

PORTUGAL:

Carlos Assunção
José A. Fernandes Camelo
Mário Gomes dos Santos
Óscar Lopes
Albano Martins
José Luís Pires Laranjeira
Amadeu Torres

In memoriam:
Manuel Rodrigues Lapa

RECEPÇOM DE ORIGINAIS E ASSINATURAS:
Apartado dos Correios 453 - 32080 OURENSE (Galiza)
Fax: 988 37 27 14

AGÁLIA
Revista Internacional da Associaçom Galega da Língua

Número 53
Primavera 1998

SUMÁRIO

ESTUDOS — PÁGS.

A Galiza, os galegos e a língua segundo Rodrigues Lapa, por Isaac Alonso Estraviz 3-15

A expediçom luso-danesa ao noroeste atlântico: Alcançarom América os Portugueses antes do que Colom? (II), por Joám Bernárdez Vilar 17-48

A reforma do Hino Galego: um passo atrás?, por Dores Chicote 49-63

O aviso de Duarte Nunes de Leão, por Fernando Vázquez Corredoira 65-73

NOTAS

Novas dúvidas e interferências lexicais na traduçom científico-técnica inglês>galego, por Carlos Garrido 75-84

Assi se fam as recensons na Galiza de hoje, por Luís Gonçálvez Blasco 85-92

Jornalismo e literatura: Inimigos íntimos com uma paixão comum, por Jorge Letria 93-100

Janus, ou a minha descoberta de Portugal, por Benjamim Moreira 101-110

DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM PÁGS.

Mais reintegracionismo nas ruas 111

Cursos de língua e cultura portuguesa em Ourense 112

Relatório da Confederaçom Sindical Galega sobre a língua para a Agência das Línguas Menos Desenvolvidas 112-115

Eduardo Blanco Amor ao longe 115-118

Sobre as informaçons e debates do semanário «A Nosa Terra» 119

RECENSONS

Dicionário verbo de inglês técnico e científico, por Carlos Garrido 121-123

Privado. Teoria diacrónica da tradução portuguesa, por André Salter Iglésias.. 124-125

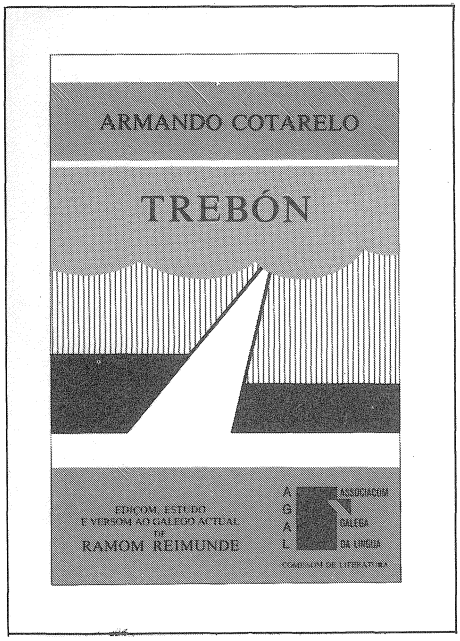
CORREIO

Carta do Professor Doutor José Gonçalo Herculano de Carvalho 126

CAPA: Júlio Gaioso

FOTOGRAFIAS: Água mansa, água brava

PUBLICIDADE



ESTUDOS

A Galiza, os galegos e a língua segundo Rodrigues Lapa

Isaac ALONSO ESTRAVIZ
(Universidade de Vigo)

0.0. MEUS CONTACTOS COM RODRIGUES LAPA

0.1. A primeira vez que vi Rodrigues Lapa foi no ano 1965 na apresentação do livro *Cantigas d'escarnho e de mal dizer.* Naquela altura vendo-o rodeado por muita gente nem sequer me atrevi a falar com ele. Mas aquela imagem do Professor falando na Biblioteca Penzol ficou-me gravada para sempre.

0.2. Foi em Madrid ao realizar os meus estudos de licenciatura em Românicas quando comecei a ler parte da sua obra. Mas faltava ainda o contacto pessoal com ele. Foi nos começos de 1978 que ele me dirigiu uma carta a Moscavide para nos encontrarmos posteriormente. A partir de aí os nossos contactos epistolares e pessoais na Anadia e Caparica se multiplicaram. No nosso primeiro encontro levantou a dúvida sobre umas frases minhas aparecidas num artigo onde lhe tive que explicar que não ia com ele o que ali se dizia.

0.3. O que mais admirei dele, além dos grandes conhecimentos e da sua paixão por tudo o que se referia a Galiza, era a sua grande sensibilidade. Era um homem muito sensível, sempre disposto a ouvir a todo o mundo e sempre falando bem dos seus amigos, mesmo de aqueles que se afastaram dos comuns princípios e enveredaram por outros caminhos. Para mim foi, como deixei escrito, «O Galego mais Galego de todos os Galegos».

1.0. A GALIZA

1.1. Que era Galiza para ele? Desde que Rodrigues Lapa visitou por primeira vez a Galiza no ano 1932 para assistir à homenagem a Castelao e contactou com

os galegos, até ao último momento da sua vida, a sua atitude foi inquebrantável: «Sempre considerei a Galiza, essa terra maravilhosa, desgraçada e incompreendida, como sendo a minha própria terra; e historicamente e geograficamente assim é, pois estou dentro dos limites da velha Galécia, que chegava pelo sul ao rio Mondego. Mas também lhe estou vinculado pelo coração, que apoia naturalmente todos os que defendem a sua liberdade e a sua cultura»[1]. No artigo que publica em *Seara Nova* à volta da Galiza «Castelao e a Galiza», diz: «Estou pasmado, parece-me estar em Portugal (..). Sentia como se fosse galego»[2].

1.2. Numa conferência intitulada *A Galiza, o Galego e Portugal* pronunciada o 18 de Janeiro de 1971 em Coimbra e publicada posteriormente na revista *Biblos*, começa o Mestre assim: «A Galiza é para nós, portugueses, a velha irmã esquecida, que se conhece por ser parecida connosco, mas a quem se não dá, afora uma ou outra alusão de poetas, a importância que merece. (...)... Portugal não pára nas margens do Minho; estende-se naturalmente, nos domínios da paisagem, da língua e da cultura, até às costas do Cantábrico. O mesmo se pode dizer da Galiza: que não acaba no Minho, mas se prolonga, suavemente, até às margens do Mondego. Estando em Coimbra, estamos pois nos confins da velha Galécia, somos galegos daquém-Minho. Não importa que a Galiza dalém-Minho viva sob uma outra bandeira»[3]. Nesse artigo aduz Rodrigues Lapa toda uma série de citações de galegos para confirmar a sua tese. De Portela Valadares: «A meu ver, em Portugal até ao Mondego é onde melhor se evoca o nosso passado. O que falta da alma da Galiza fugiu para Portugal»[4]. De Correa Calderón: «Etnografia, paisagem, amizade, língua, tudo une a terra galega à sua irmã, a terra de Portugal»[5]. No mesmo artigo e um bocadinho mais adiante diz o Mestre: «Por Galiza entendemos, pelo menos, a faixa que se estendia desde o Cantábrico até ao Mondego. Não se esqueça que a cidade de Coimbra foi repovoada por galegos nos fins do século IX»[6].

1.3. Mas ao mesmo tempo que sinala os limites da Galiza, vê na Galiza por ele sempre personificada muito mais do que um território ligado geograficamente a Portugal. Eis o que ele nos diz: «Terra do sim e do não, estranha e maravilhosa, esta velha Galiza ainda dará muito que falar de si mesma numa Espanha vindoura. Será que a teremos um dia como a luz da Ibéria, segundo os vaticínios de Pondal?»[7]. Insiste neste artigo que acabamos de mencionar, na mesma ideia da Galiza, valendo-se para isso do testemunho de dous galegos: «Eduardo Pondal e o historiador Manuel Murguia foram os primeiros a compreender o drama galego, originado pela segregação das duas Galizas, a de além e a de aquém-Minho. E acreditaram que estas duas irmãs poderiam um dia voltar a unir os seus destinos»[8]. Comentando um desenho de Castelão do *Album Nós*, no que uma criança lhe per-

---

(1) Rodrigues Lapa, Manuel, *Estudos Galego-Portugueses*, Col. Noroeste, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1979, p. 1.
(2) Ib. p. 6.
(3) Ib. p. 27.
(4) Ib. p. 28.
(5) Ib. p. 29.
(6) Ib. p. 39.
(7) Rodrigues Lapa, M. «Otero Pedrayo e o problema da língua», in *Grial*, nº 55 (1977), pp. 32-46 e *Estudos Galego-Portugueses*, p. 79.
(8) Ib. p. 80.

gunta a um velhote —*E os da banda d'alá son mais estranxeiros que os de Madrí?* Rodrigues Lapa dá por suposta a resposta com um *não*: «Nem poderia responde outra coisa: porque um português de verdade não tem o direito nem o dever de sentir-se na Galiza moralmente um estrangeiro»[9].

1.4. A ideia de uma Galiza em dous estados: a Galiza (dentro do estado espanhol) e a Galiza dentro de Portugal, foi uma constante em toda a sua vida. No 18 de Novembro de 1984, horas antes de se iniciar a Homenagem que a Câmara Municipal da Anadia lhe ia tributar, teve a gentileza de me conceder uma entrevista na que procurei gravar o seu pensamento. Só a mim me concedeu essa entrevista, pois os médicos não queriam que o importunassem os jornalistas por motivos de saúde, expôs muito claramente o que tinha dito através de toda a sua vida sobre a Galiza e os Galegos: a Galiza, repetiu uma e outra vez, chegava «usque ad Mondecum», até ao Mondego. Não sei se o Mestre sabia que a dous quilómetros e meio de Sada (Corunha) há uma paróquia chamada São Julião de Mondego e que um dos vários ribeiros que banham as suas terras leva o mesmo nome... Em carta ao escritor Xavier Alcalá, de 31 de Maio de 1974, começa: «Recebi a sua crónica, *Portugal, tan perto*, que muito lhe agradeço. Está cheia de verdade e simpatia por esta Galiza daquém Minho, que vamos agora reconstruir na liberdade que nos foi oferecida pelos jovens capitães do nosso exército»[10].

1.5. Falando do poema de Pondal, hoje Hino nacional galego, diz o ilustre Mestre: «Mas é pena que não seja também entoada a 6ª (estrofe), pois nela vem ligada a «nobre Lustânia», isto é, Portugal, à liberdade da Galiza, cumprindo-se o «destino mágico» da grei de Breogán, ou seja o ressurgimento da antiga comunidade. Dar-lhe-ei um nome, a Portugaliza, que eu proponho cordialmente a todos que me lêem: os dois corpos figuram nele, unidos e de corpo inteiro, como convém»[11]. Hoje o neologismo de Rodrigues Lapa tem carta de cidadania entre todos os que trabalhamos na unidade linguística e cultural da língua comum. E mesmo já foi deformado para Portugalícia por alguns escritores inimigos nossos ao falarem da Galiza e Norte de Portugal. Indo da Estrada para Santiago, uns seis quilómetros antes de entrar na cidade o viajante encontra-se com um restaurante também chamado Portugalícia.

1.6. Há outro artigo de Rodrigues Lapa, publicado em *Nova Renascença*, Porto, em Outubro de 1983, que cito pola edição da revista *Linguística, Sociolinguística e Literatura Galaico-Luso-Brasileira-Africana de Expressão Portuguesa.* É «A Recuperação Linguística Galego-Portuguesa -Um Drama que afecta a nós todos». Pois bem, nele Rodrigues Lapa ao falar da língua e da história da literatura galego-portuguesa diz-nos: «Se ao começo, o fiel da balança pendeu para o lado galego, como era natural, depois, mais para o fim, inclinou-se para o lado português. Deu-se a decadência a partir do século XIV, os elos que estreitavam as duas Galizas foram-se alargando, a influência castelhana foi endurecendo ao norte do

---

(9) Rodrigues Lapa, M. «Castelao e a Galiza» in *Estudos Galego-Portugueses*, p. 8.

(10) VV. AA. *Correspondência de Rodrigues Lapa, Selecção* (1929-1985), Minerva, Coimbra, 1997, carta 341, p. 346.

(11) Ib. p. 95.

Minho, até que o galego, atingido pelo cesarismo político, deixou-se de escrever publicamente»[12].

1.7. Por último vou citar, a respeito deste apartado, o que escreveu Teixeira de Pascoais a Risco, publicado no primeiro número da revista *NÓS* e que ele recolhe num dos penúltimos artigos que publicou sobre o tema: «...A Galiza é irmã e mãe de Portugal. Portugal saiu dos seios da Galiza; depois abandonou a Mãe e foi por esses mares fora: fugiu como o filho pródigo. Mas é chegado o tempo do seu regresso ao lar materno. Temos de voltar a viver espiritualmente em comum. Assim o exige o destino das nossas Pátrias que ainda não está cumprido»[13]. Este pensamento que Teixeira aplicava ao português, Lapa aplica-o ao galego em termos de língua e de cultura[14].

2.0. OS GALEGOS

2.1. Sobre os galegos é muito o que deixou escrito procurando salientar sempre os aspectos positivos e tirando importância a textos tanto de galegos como de portugueses onde se pudesse ferir a sensibilidade de uns e outros. Vamos ver, pois, através dos seus textos o que ele nos diz.

2.2. De Castelão, símbolo do galeguismo e dos galegos, faz o seguinte retrato: «Um homem encantador, sem artifício nem *pose*, que se senta àquela mesa ritual como se estivesse na sua casa de jantar. Ao meio do almoço irrompe na sala um coro galego. Não sei o que tem a gaita que me revolve todas as fibras da sensibilidade»[15]. «... génio galego, profundamente delicado e humano»[16]. «É a exaltação do psiquismo galego, sério, profundo, lírico, frente à mórbida ligeireza do andaluz»[17].

2.3. Mas ele sabe que pesa sobre o Galego uma tradição oprobriosa: «Uma tradição injuriosa fez do Galego, no conjunto ibérico, um ser moralmente inferior, tosco, inacabado»[18]. Lamenta profundamente o que diz Camões nos *Lusíadas* e tenta por todos os meios tirar-lhe ferro ao sintagma «sórdidos galegos», procura dar-lhe a razão ao Padre Sarmiento ao tempo que põe outros portugueses como modelo de apreço, especialmente Herculano, que na sua História trata muito bem os Galegos e na novela *A Ilustração* assimila inteiramente o Galego ao Português[19].

2.4. Rodrigues Lapa depois de mencionar as características que os estudiosos lhe atribuem ao Galego, termina dizendo: «Somos ou não parecidos como duas

---

(12) Rodrigues Lapa, M. «A Reintegração Linguística Galego-Portuguesa -Um Drama que afecta a nós todos», in *Linguística, Sociolinguística e Literatura Galaico-Luso-Brasileira-Africana de Expressão Portuguesa*, vol. II, Ponte Vedra-Braga, ano 1986, p. 24.

(13) Revista *NÓS*, nº 1, Ourense, 30 de Outono de 1920, p. 18, nas notas *Os Homes, os Feitos, as Verbas*, Rodrigues Lapa, «O Problema Linguístico da Galiza, sobre Cultura e Idioma na Galiza», discurso pronunciado em Aveiro o 16 de Julho de 1982, publicado em *Galiza Portugal uma só Nação*, Nova Arrancada, Lisboa 1997, p. 35.

(14) Cf. «O Problema Linguístico...» in *Galiza Portugal uma só Nação*, pp. 35-36.

(15) Rodrigues Lapa, M., «Castelao e a Galiza», in *Seara Nova*, nº 309 (1932) e *Estudos Galego-Portugueses*, Sá da Costa, Lisboa, 1979, pp. 5-6.

(16) Ib. p. 7.

(17) Ib. p. 8.

(18) Rodrigues Lapa, M., «Centenário de Pondal», in *Seara Nova*, nº 425 (1935) e *Estudos Galego-Portugueses*, p. 22.

(19) Cf. o que diz em *Estudos...* p. 33.

folhas da mesma árvore, para não dizer como duas gotas de água?»[20]. No mesmo artigo diz novamente: «Ora o Galego, pelo retrato que «viram», tem uma pinta totalmente diversa da do Castelhano, tipo duro e altaneiro, que não vai com branduras e delicadezas. E aqui se originaram os doestos, sarcasmos e ditérios de que foi vítima o Galego, em que também tomámos parte, para nossa vergonha, pois não reparávamos que, rindo-nos dele, nos ríamos de nós próprios»[21]. E não satisfeito com o dito, acode à História apoiando-se em Julián Ribera: «No mercado de Córdova, o galego valia o dobro de qualquer outro escravo, e no de Toledo compravam-se quase exclusivamente galegos e galegas. Os Árabes admiravam a valentia desses homens, que reputavam superior à dos Francos. Sob a designação de «Galego», não consideravam apenas os habitantes da Galiza, mas toda a gente do Noroeste, incluindo, já se vê, os Portugueses»[22]. É interessante o testemunho que aduz do escritor francês Joseph Carrère, que escrevia no ano 1798 referindo-se aos galegos que viviam em Lisboa o seguinte: «Uma raça corpulenta, nervosa, ágil, de cabeça erguida, olhos brilhantes, ar sobranceiro e decidido, dá logo nas vistas em Lisboa. Encontra-se por toda a parte, nas praças, à esquina das ruas, ao longo do rio, às portas das lojas e oficinas, nos trabalhos públicos. Está sempre pronta a servir os que a querem utilizar. Não oferece os seus serviços; espera, com tranquila dignidade, que lhos solicitem. Esta raça desperta a atenção do observador, que não encontra nela nenhum dos caracteres e maneiras do povo português... Esses homens são os galegos»[23]. No artigo «Língua Portuguesa: a quantidade e a qualidade», aproveita para falar dos grandes escritores portugueses de origem galega e da valia dos actuais galegos. Eis o que ele nos diz ao falar da reforma ortográfica galega dentro da unidade comum: «Estamos, pois, perante um grande acontecimento histórico: o acesso à nossa comunidade linguística de mais alguns milhões de indivíduos. A quantidade não é por aí além; mas a qualidade, posso garantir que é de primeira ordem»[24].

2.5. Rodrigues Lapa nunca negou a sua condição de Galego. Já no ano 1933 na conferência pronunciada no salão da «Ilustração Portuguesa» em 15 de Fevereiro e repetida o 30 de Março de 1933, publicada posteriormente na revista *Seara Nova*, nº 34 (1933) e ultimamente em *As minhas razões*, diz-nos: «Os nossos irmãos brasileiros, maiormente os que padecem da borbulha do nativismo, consideram-se os donos do português, lançam-nos na balança o pesado argumento dos seus 43 milhões de habitantes e, quando recalcitramos, chamam-nos galegos, ignorando talvez o muito que há de verdade na suposta injúria»[25].

2.6. Ramón Piñeiro que considerava Rodrigues Lapa como o galego mais ilustre de além Minho, chegou a cegar-se totalmente e ignorar tudo o que tinha dito anteriormente. É muito ilustrativa a carta que se vem de publicar na *Correspondência de Rodrigues Lapa*: «Fomos sempre galegos e, como tales gale-

(20) R. L. *A Galiza, o Galego e Portugal*, in *Estudos...*, p. 35.
(21) Ib. p. 29.
(22) Ib. p. 40.
(23) Ib. p. 41.
(24) Ib. p. 102.
(25) Rodrigues Lapa, M., *As minhas razões* «Memórias de um idealista que quis endireitar o Mundo...», Coimbra Editora, Coimbra, 1983, p. 62.

gos, sentímonos irmáns dos portugueses, pero nunca fomos portugueses (...) pretender que somos portugueses e que o portugués é a nosa lingua é un desatino histórico.(...) Que vostede se sinta galego non quer decir que eu deba de me sentir portugués. (...) De ahí que teñamos que distinguir claramente a existencia destas tres esferas de relación: portugueses que non son galegos, portugueses que son galegos e galegos que non son portugueses»[26].

2.7. Rodrigues Lapa tem a grande orgulho declarar-se galego. Eis o que ele nos diz em resposta ao brasileiro Augusto Meyer: «Logo no começo do seu artigo, Meyer, a quem me ligou grande amizade e admiração, cita o meu nome e o do professor brasileiro Celso Cunha como galegos «honorários», pelos serviços que um e outro prestamos à cultura galega. Em carta que lhe escrevi declarei-lhe que era «galeguíssimo», por ter nascido em Anadia, dentro dos limites da velha Galiza»[27].

3.0. A LÍNGUA

3.1. A problemática da língua foi uma constante obsessiva através de toda a sua vida. Talvez não encontremos um português que com tanto amor e trabalho a tenha defendido. Por ela foi marginado da docência, por ela trabalhou toda a sua vida e com ela chegou até aos últimos momentos da sua existência[28]. O mesmo que nos apartados anteriores, vamos também seguir passo a passo as suas afirmações através dos seus escritos. Especialmente aqueles nos que fala da problemática do português da Galiza.

3.2. Na entrevista que lhe fazem para o *Diário da Noite* de Lisboa, depois da ida à Galiza para a Homenagem a Castelão, já começa a deixar claro a unidade da língua e da cultura galego-portuguesas: «O povo galego tem sabido conservar, através de tudo, com uma teimosia passiva, que é a nota dominante do seu carácter actual, o indigenato da sua cultura, que, sendo galega, é também portuguesíssima»[29]. Perguntado sobre se se deve iniciar um intercâmbio galego-português, responde: «Para esta indispensável aproximação, é necessário em primeiro lugar reformar a ortografia galega no sentido da nossa ortografia oficial, sempre que isso seja possível, que quase sempre o é. É uma ideia querida desse espírito europeíssimo que é Correa Calderón. Teremos então um português ingénuo, delicioso, sabendo a velho, mais próprio para exprimir todos os matizes da sensibilidade, com alguns subsídios, procurados naturalmente entre nós e não no castelhano»[30].

3.3. No trabalho *Política do Idioma* fala de como há povos que são obrigados a falar duas ou mais línguas, incluindo em tal caso a Galiza: «Temos aqui à porta exemplos desse formidável equívoco, um deles, a Galiza, interessa-nos particularmente, por se tratar de mais de dois milhões de bocas que falam como que às escondidas o português. Esse caso faz parte da conferência de hoje e como tal o

---

(26) VV. AA. *Correspondência de Rodrigues Lapa, Selecção (1929-1985)*, Minerva, Coimbra, 1997, pp. 354-355.
(27) Rodrigues Lapa, M. «A Recuperação...», p. 30.
(28) Veja-se o seu artigo «A Política do Idioma e as Universidades» in *As minhas razões*, «Memórias de um idealista que quis endireitar o Mundo», Coimbra Editora, 1983, pp. 39-66.
(29) Rodrigues Lapa, M. *Estudos Galego-Portugueses*, p. 18.
(30) Ib. p. 20.

trataremos na sua oportunidade»[31]. E um bocado mais adiante acrescenta: «Numa Espanha federada —para lá caminhamos, ao que parece— o grupo galego-português com cerca de nove milhões de falantes poderia ter uma indiscutível supremacia»[32]. E mais adiante volve insistir no mesmo: «Há ainda outro problema ortográfico a resolver, em que será precisa a nossa interferência. Refiro-me ao da ortografia galega. V. Ex^as sabem que para cima da risca prateada do Minho vive e sofre um grupo de dois milhões de homens, que falam a nossa língua e sentem a nossa alma; e que fora da Galiza, outros dois milhões ou mais mourejam em terra alheia, não raro ao lado de portugueses»[33]. Tudo isto, e muito mais, dizia ele no ano 1933.

3.4. Num trabalho posterior em 1935, no *Centenário de Pondal*, o Mestre ao falar dos complexos que têm os Galegos a respeito do idioma diz: «Considera-se o galego um dialecto rústico e não se conhece que esse dialecto foi já portador duma admirável civilização artística e ainda o poderá vir a ser, se for cultivado com inteligência e com amor. E as verdadeiras elites, partindo deste princípio, entendem que a única maneira de afinarem o instrumento, de que não prescindem, será pô-lo em contacto com o instrumento português, mais acertado. Em *A Galiza, o Galego e Portugal* começa falando da necessidade de conhecer a cultura galega se se quer interpretar bem Portugal e cita uma série de galegos que falam da unidade idiomática: «... por cima das águas do nosso Minho perdura a comunidade originária no idioma, na cultura, no carácter idêntico...» (Portela Valadares)[34]. «Etnografia, paisagem, amizade, língua, tudo une a terra galega à sua irmã, a terra de Portugal» (Correa Calderón)[35]. Examina a problemática do Padre Sarmiento e de certos autores portugueses que no lugar de esclarecem erros provocam confusão na harmonia que deve reinar sempre entre ambos os povos. Continua a falar das qualidades dos galegos e olha para atrás e referencia a miopia de um regionalista galego, Leopoldo Pedreira, que considerava a fala da Galiza como «pobre dialecto campesino» para afirmar: «Esse idioma galego, que nos parece hoje um pouco diferente do nosso, tem uma história melancólica como a do indivíduo que o fala»[36].

3.5. Mas onde o Mestre vai falar com maior clareza vai ser no artigo intitulado «A recuperação literária do galego», publicado por primeira vez na revista *Colóquio e Letras,* nº 13 (1973) e republicado posteriormente em *Estudos Galego-Portugueses*. Começa dizendo: «Efectivamente, tudo quanto se passa no Brasil ou para além do Minho, em matéria de língua e de cultura, não nos pode, não nos deve ser estranho; são produtos da mesma raiz e atestam a fecundidade do nosso génio criador»[37]. Ao falar da *koiné* que se pretende criar na Galiza com os diferentes falares locais diz: «Essa *koiné* tem de surgir acima dos particularismos locais e terá de se apoiar, obviamente, não no castelhano, mas sim no português, muito ao contrá-

(31) Ib. p. 41
(32) Ib. p. 42.
(33) Ib. p. 63.
(34) Rodrigues Lapa, M., «A Galiza, o Galego e Portugal» in *Estudos Galego-Portugueses*, p. 28.
(35) Ib. p. 29.
(36) Ib. p. 42.
(37) Ib. p. 53.

rio do que pensava e fazia Iglesia Alvariño»[38]. Depois de um arrazoado discurso, Rodrigues Lapa conclui: «Nada mais resta senão admitir que, sendo o português literário actual a forma que teria o galego se o não tivessem desviado do caminho próprio, este aceite uma língua que lhe é brindada numa salva de prata. É com este material da velha casa comum, e sem pôr de lado o castelhano para o que for provisoriamente necessário, que se deve forjar progressiva mas aceleradamente a língua de cultura indispensável à Galiza»[39].

3.6. Aquando um grupo de estudantes de Roma lhe envia o «Manifesto» no que eles mesmos coincidem com o seu pensamento, este diz: «Partindo do princípio, exacto, de que o galego é fundamentalmente o português, e que esse idioma rústico, descido à condição de dialecto, precisa, para tornar a ser verdadeiramente uma língua literária, de se aproximar do português culto até se confundir com ele, aportuguesam eles próprios a sua língua escrita, o que já devia ter sido feito, e não o foi, cem anos atrás»[40]. Noutro artigo posterior «Ainda a recuperação literária do galego», publicado em 1975 na revista *Árvore* e posteriormente nos *Estudos Galego-Portugueses*, aclara-nos: «Há quase meio século que ando ocupado com o problema da cultura galega. Sem a estudar em profundidade, não poderemos conhecer a nossa própria cultura, nem o homem postuguês nem a língua portuguesa. E é o idioma galego o que mais me tem interessado, naturalmente»[41]. Nele volta a repetir o dito em 1973: «Nele defendia e defendo a tese seguinte: a recuperação literária do galego, que ainda não está feita, nem sequer talvez esboçada, só poderá entender-se como um trabalho de aproximação das formas do português literário. Partia da premissa, suposta incontestável, de que o padrão literário do galego deverá ser necessariamente o português. E essa objectiva portuguesa repele o estado e a configuração do galego actual como língua literária. Se não existisse o português, o caso era diferente; assim o galego, propriamente dialecto do português, terá de ajustar-se a essa realidade»[42]. E cita o humorista galego Júlio Camba que dizia em 1926: «si en gallego se puede decir todo lo que se quiere, ello es tan sólo a condición de decirlo en português». Volta novamente a citar a Manuel Murguia, Jão Vicente Viqueira, Castelão na sua carta a Sánchez Albornoz e o grupo de estudantes de Roma. Termina o artigo dizendo: «O problema galego terá de ser repensado em todos os seus aspectos pelos próprios galegos»[43].

3.7.Sempre que fala do idioma distingue claramente entre dialecto falado e língua literária, reservando para o primeiro a fala popular galega e para a segunda a língua literária do português. Por isso acumula cada vez mais citas de outros autores que defendem o mesmo do que ele. Agora acude à *Ilustración gallega y asturiana*, de 8-10-1880 onde recolhe o dito por um asturiano, António Balbín de Unquera, que afirma: «Os galegos têm, à falta de uma própria, a literatura portuguesa, que pode servir-lhe como excelente modelo; esta lhes oferece teatro, poesia

(38) Ib. p. 60.
(39) Ib. pp. 63-64.
(40) Ib. p. 69.
(41) Ib. p. 73.
(42) Ib. p. 74.
(43) Ib. p. 77.

épica (e nesta uma jóia da literatura universal), obras históricas e científicas. *Tomar o que for necessário de além-Minho para escrever em galego é como tomá-lo do próprio pecúlio»*[44]. Volta novamente citar a Viqueira. Salienta mais uma vez, que «Língua, hoje, propriamente falando, há só uma, o português»[45].

3.8. O Mestre, que conhecia muito bem tudo o que os galegos tinham dito acerca da língua, lembra agora a um escritor pouco conhecido nas polémicas linguísticas, mas que nisto foi inequívoco, trata-se do historiador Francisco Tettamancy. Com motivo do monumento aos Mártires de Carral houve uma grande polémica sobre a inscrição. Tettamancy responde aos detractores da legenda: «A legenda do monumento, digam o que quiserem, está escrita em galego castiço. Se as línguas progridem, como tudo é susceptível de progresso na vida, e a nossa língua galega estacionou a partir do século XIV, é necessário retrotraí-la e fazê-la progredir, como fizeram os Portugueses. O seu idioma é o nosso, e tais são as suas afinidades que em nada diverge do galego, pela sua estrutura, a sua fonética, sua fraseologia, suas desinências, etc., *só que os Portugueses o civilizaram*»[46]. «Os Galegos têm a sorte rara de poderem fazer essa opção (apropriar-se da forma literária do português), coisa de que se não podem gabar nem bascos nem catalães»[47].

3.9. Protesta Rodrigues Lapa de que quando se fazem os cômputos dos lusofalantes não se incluirem neles os Galegos, porque, «dado que o galego não é mais do que uma forma arcaizante do português, ou do galego-português, como quisermos»[48]. Cita também a Juan Valera que lhe dizia a Manuel Murguia «que o português dos livros é, ou deve ser, a forma literária do galego»[49]. No último artigo da miscelânea *Estudos Galego-Portugueses* intitulado «António Sérgio e a língua literária», termina dizendo: «O português literário, sem garantia de propriedade, é privilégio de três países: Galiza, Portugal e Brasil, a que juntaram agora mais cinco nações africanas emancipadas»[50].

3.10. No trabalho já citado anteriormente, «A Recuperação...», ao comentar alguns textos adaptados para o português por autores brasileiros diz: «O galego não precisa nem deve ser traduzido para português, porque ele mesmo é português tanto como o português é galego. Se o idioma actual apresenta certas desfigurações que o fazem divergir do português num ou noutro ponto, essas alterações têm uma causa bem conhecida e deverão ser corrigidas, já o estão sendo; mas de modo nenhum legitimam um critério de diferenciação linguística, como por vezes se apregoa, com manifesta desonestidade mental»[51].

3.11. Piñeiro foi partidário de uma ortografia comum com o português. Ele mostrou-me com orgulho os livros de E. Guerra da Cal: *Lua de além Mar* e *Rio de*

---

(44) Ib. p. 86. (Ainda que podia citar em castelhano por ter o original, prefiro deixá-lo no tradução que Lapa fez e também o sublinhado que não tem o original).

(45) Ib. p. 87.

(46) Ib. p. 89.

(47.) Ib. p. 90.

(48) Rodrigues Lapa, M. «Língua portuguesa: a quantidade e a qualidade», publicado primeiro no jornal *Comunidade* em 10 de Junho de 1977, republicado em *Estudos Galego-Portugueses*, p. 99.

(49) Ib. p. 101.

(50) Ib. p. 128.

(51) Rodrigues Lapa, M., «A Recuperação....» p. 29.

Sonho e Tempo num primeiro intento de adaptação ortográfica, os primeiros fascículos do *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*. R. Piñeiro era um homem tímido, bastante ensimesmado e crido, que não tolerava que lhe levassem a contra. Quando se lhe dava a razão era uma pessoa amável, simpática, que exaltava as qualidades do que pensava ter convencido e se punha furioso e arremetia contra o oponente, em grande parte desiludido ao ver que era deixado de lado na elaboração das normas ortográficas da Junta Pré-autonómica e presionado polos do ILGA, cujas teses rejeitara, terminou aliando-se com eles. Por isso resulta muito ilustrativa uma carta que se vem de publicar na *Correspondência de Rodrigues Lapa*. Eis o que nela nos diz: «Para esa empresa histórica, tan decisiva, tan radical, non nos sirve o portugués literario actual, que nós nunca temos falado nin escrito. A alternativa que nos impón a Historia non é *galego/portugués*, senón *galego/castelán*. Nesa alternativa, o portugués literario actual non pode sustituir ao galego»[52]. Mais adiante acrescenta: «A min seméllame claro que hai unha primeira etapa común, a etapa medieval, a etapa do *galego-portugués*. Hai unha segunda etapa, a etapa moderna, en que esa lingua común medieval se diferencia en duas linguas irmás, o galego e mais o portugués. E hai unha terceira etapa que agora comenza, unha terceira etapa, na que non son duas senón tres as linguas que xurdiron do común galego-portugués: o galego, o portugués e mailo brasileiro»[53]. Ainda mais adiante: «En primeiro lugar, estamos totalmente de acordo en que o galego e o portugués son radicalmente a mesma lingua. Durante séculos —os séculos da súa formación e os primeiros séculos da súa floración literaria—, era unha lingua única que conocemos como *galego-porgués*. Si hoxe, ao cabo dos séculos, esa lingua se ramificou en tres variedades, o tronco, o núcleo, é común ás tres. (...) En consonancia con esto, a política a seguir na fixación do galego culto debe orientarse decididamente á consolidación de todo o que hai de común no galego e no portugués. E na incorporación do vocabulário técnico, que o galego ten que levar a cabo intensamente, tamén debemos tender á maior identidade das duas linguas irmás»[54]. Contudo, oito meses antes, nas «Jornadas Culturais Luso-Espanholas», celebradas em Lisboa em 12 de Fevereiro de 1973 tinha sublinhado «a dupla fraternidade que une a Galiza, politicamente à Espanha e linguisticamente a Portugal»[55]. De entre todas elas cumpre salientar a do 12-X-1976, em resposta a Rodrigues Lapa que lhe enviava o texto sobre a carta de Otero Pedrayo. Nela Piñeiro perde o controlo. Primeiro diz representar a imensa maioria dos nossos intelectuais e que coincide com o profundo sentir do povo galego. E começa o seu argumento: «Olle, meu amigo: eu suscribo plenamente os puntos de vista de Corominas -que en realidade son os meus propios puntos de vista-, mas nom podo suscribir os de Rodrigues Lapa. Corominas respeita a realidade do galego como tal porque non violenta a verdade histórica de que o galego —a lingua da Galiza—

---

(52) Piñeiro, Ramón, «Carta a Don Manuel Rodrigues Lapa» in *Grial*, Nº 42, Outubro-Dezembro 1973, p. 400.

(53) Ib. p. 401.

(54) Ib. pp. 401-402.

(55) Rodrigues Lapa, Manuel, «A Reintegração Linguística Galego-Portuguesa - Um Drama que afecta a nós» in *Linguística, Sociolinguística e Literatura Galaico-Luso-Brasileira-Africana de Expressão Portuguesa*, Vol. II, Ponte Vedra - Braga, 1986 p. 26.

non foi nunca portugués»[56]. «Mesmo por eso, pretender que somos portugueses e que o portugués é a nosa lingua é un desatino histórico». Haverá que imaginar que para ele os falantes dos países americanos colonizados por Espanha também não falarão espanhol, pois nunca foram espanhois. E que os USA tampouco falarão inglês...

4. 0. RODRIGUES LAPA E OS GALEGOS

4.1. Rodrigues Lapa, conhecedor como poucos do nosso passado comum, considerou-se sempre cidadão da comunidade cultural internacional que ultrapassa os limites geográficos e políticos: a comnidade galego-luso-brasileiro-africana. Tinha pleno direito a falar como falou. Direito que lhe compete a todo utente da língua portuguesa. No livro *Correspondência* publicado no presente ano, vê-se como estava em contacto com todos os galegos que tinham qualquer cousa a dizer. É raro o galego que não passou por Anadia, topónimo que deixou de ser só tal e que hoje é nome de mulher na Galiza que tanto amou: por sugestão de quem isto diz há polo menos duas meninas que se chamam Anadia na cidade de Vigo.

4.2. Foi pena que não se publicaram todas as cartas de Galegos a Rodrigues Lapa e deste àqueles. Mas as que aparecem no exemplar mostra claramente que o intercâmbio epistolar foi constante. Até 1936: Santiago Montero Diaz (Catedrático da Universade de Compostela), Paulino Pedret Casado e Fermim Bouça-Brei e Álvaro de las Casas; de 1940 em diante, a primeira é do Catedrático Abelardo Moralejo que o convidava a dar uma conferência na Universidade e que ele rejeita. Abelardo Moralejo chama à guerra de 1936 «a Guerra da Libertação» e o Mestre sente-se molesto. Eis o que lhe diz: «Por isto, escusado será declarar a V. Exª que, na luta que ensangüentou a Espanha durante três anos, eu fui do lado dos vencidos. E tive, aí mesmo em Espanha, excelente companhia... À vista destas declarações, suponho que não achará oportuna a ida dum homem como eu à Galiza, para fazer conferências na cidade do Apóstolo. Muito terei que fazer aí, visitar arquivos, colher da fonte viva o falar do povo e as suas tradições; mas quero ir em liberdade, não tolhido por quaisquer peias de ordem política»[57].

4.3. Aparece depois a correspondência com a Academia (nomeado correspondente em 1945), com Fuco G. Gómez (B. Aires), Fernández del Riego (Vigo), do Centro Galego de Buenos Aires, Carré Alvarelhos, Ramóm Piñeiro, Rodolfo Prada (Buenos Aires) convidando-o para dar uma conferência no Centro, e outra que lhe dirige a S. Paulo, Luís Seoane (este diz: «Ben quixéramos que algún día poidésemos facer en Galicia o homaxe que se lle debe a vostede»), Fontenla Rodrigues, Bouça-brei, Otero Pedrayo, Montero Santalha, Xavier Alcalá, Teresa Barros (Londres), Manuel Miragaia Doldán, José Ramón Pena, Carvalho Calero, Mª do Carmo Henriques Salido... E muitas outras que não foram publicadas. É só uma mostra. A Bouça-Brei escreve-lhe em plena guerra civil para saber dele e dos seus companheiros. Umas são de elogio polo muito que tem trabalhado pola cultura

---

(56) Cf. o que diz Coromines em Agália, n.º 48, Inverno de 1996, com uma pequena introdução minha, pp. 403-416 a respeito do galego e verá como Piñeiro não quis perceber o que afirma o filólogo catalão. A súa carta facsimilada está nas páginas 411-416.

(57) Ib. p. 98-99.

galega, outras solicitando informação. Através destas e outras muitas dirigidas por toda parte de pessoas do mundo inteiro demonstra o trabalho no que estava imerso todo o ano e a intensidade da vida intelectual que se vivia em Anadia.

5.0. INCOERÊNCIAS DENTRO DA COERÊNCIA DO PENSAMENTO DE RODRIGUES LAPA

5.1. Na sua conferência sobre *A Política do Idioma e as Universidades* afirma que o Povo é o artífice da Língua. A língua é o resultante de duas forças: o povo e os letrados ou clérigos. «Se atendermos na evolução duma língua, havemos de verificar que a acção dos letrados se exerce quase sempre em sentido reaccionário e limitador, coisa aliás natural por ser gente que olha muito para atrás. Inventaram porém os hipócritas maneiras de nos iludirem e criaram o neologismo; o neologismo literário é quase sempre um fenómeno de reacção encapotado em modernismo, um recurso de pedantes e —pior do que isso— um roubo feito a cadáveres, como é o furto feito ao grego e ao latim. Os letrados procedem sempre assim em literatura e em política: sob cor de novidades impingem-nos mil coisas velhas»[58]. «O povo é, pois, por cima dos interesses e das vaidades efémeras dos letrados, o verdadeiro criador da língua, e também o seu mais delicado conservador. E os letrados só o são de verdade, quando, a carão das palpitações do povo, que devem amar e proteger, se souberem elevar ao sentido universal da vida»[59]. Os filólogos, «Homens do passado, divinamente ingénuos e quase sempre teimosos, são levados, por força do seu mister, a refrear o passo à língua, julgando-se potentes e competentes para corrigir algumas das suas demasias e liberdades. Trabalho quase sempre inútil; e inútil, porque se há aí alguém que escreva mal são precisamente os filólogos, que nos aconselham a escrever bem. Estes respeitabilíssimos senhores estão quase sempre a falar-nos de «purismo» gramatical»[60]. Ao mesmo tempo reconhece que ante a exuberância de formas populares há que seleccionar, pois do contrário seria impossível de nos entender.

5.2. Na prática o Mestre também caiu nesse defeito dos filólogos ao falar do galego como dialecto rústico, selvagem, tosco e do português como o modelo a imitar. Todos sabemos que o que hoje é norma foi ainda não há muito antinorma e que o que hoje é modélico talvez em breve o deixe de ser. Arcaísmos voltam à vida e neologismos morrem continuamente. Houvesse sido melhor que falasse de codialectos como Lindley Cintra: o galego e o português pertencentes a um mesmo diassistema e língua literária mais própria do mundo português onde se continuou a cultivar sem interrupção. Mas o seu caminho foi outro.

5.3. Contudo, ele admite a unidade na diversidade, o que os seus contrários não aceitaram. Unidade e diversidade que se admite para uns idiomas e não para outros. Por isso a sua atitude de ter presente o que nos une antes do que nos separa, é lógico tendo em conta que a diversidade será muito maior quanto maior seja o território no que se fala uma língua.

58.- Ib. p. 43.
59.- Ib. p. 44.
60.- Ib. pp. 45-46.

5.4. Se se admite que galego e português é o mesmo idioma, não se concebe muito bem o falar umas vezes do português falado na Galiza e outros dos idiomas galego e português, e mesmo do galego, português e brasileiro. Que um galego chame ao português que fala na Galiza galego ainda tem sentido por mero sentimentalismo. Ora para um português será sempre português bem ou mal falado. Para evitar essas incoerências convém falar de Língua, Idioma ou Diassistema ao conjunto de falares no mundo lusófono e falas às distintas variedades locais. Se se tiver que empregar a forma dialecto, convém que se empregue indistintamente para o falado num ou noutro lugar, ou empregar a variante de co-dialectos já que todos eles formam a Língua comum.

5.5. Rodrigues Lapa assumiu na prática o falar da Galiza com o mesmo valor que o falado em Portugal. Mesmo caiu no uso falso de vocábulos empregados ainda há pouco polos galegos: *esgrévio* com o significado de *ilustre, egrégio*, que nunca teve, *ceive* com o significado de livre e independente o que é falso, mas que ainda se ouve às vezes por nacionalistas ignorantes. Os escritores galegos não criaram *azas* no lugar de *áas*. Simplesmente o colheram do português quando em Portugal *asa* se escrevia *aza*. Mas tudo isto é a seu favor. Convém que os Portugueses saibam que não é só correcto o que se fala em Lisboa. O falar «político» do Norte é tão legítimo como qualquer outro. Às vezes os purismos estrangulam os idiomas e afastam de o falar as pessoas tímidas.

Estas são, em síntese, as Razões de um idealista que quis endireitar o caótico mundo ortográfico galego, o eminente portugalego Manuel Rodrigues Lapa.

A expediçom luso-dinamarquesa ao noroeste atlântico: Alcançarom América os Portugueses antes do que Colom? (II)[1]

Joám BERNÁRDEZ VILAR
(Vigo)

E. O REI DE PORTUGAL QUE ALENTOU A IDEIA

Aclarada esta questom, e sabedores já de que o avô do monarca dinamarquês Christian III, em cujo reinado afirma Carsten Grypp que tivo lugar a expediçom, foi Christian I, tentemos conhecer agora quem pudo ser esse rei de Portugal, a convite do qual foi aquela levada a termo.

O referido Christian I reinou em Dinamarca de 1 de Setembro de 1448 a 21 de Maio de 1481, data do seu passamento[2]. Pois bem, em Setembro de 1448, o rei do vizinho país era Afonso V, moço ainda de dezasseis anos, acabado de sair dumha difícil minoria de idade. O mesmo que posteriormente chegaria a ser conhecido como «O Africano».

Por umha mais que surpreendente coincidência, Afonso V morreu também no mesmo ano que o monarca dinamarquês, concretamente a 28 de Agosto de 1481. Quer dizer, três meses depois[3].

Como consequência, nengum outro rei português pudo ter ocasiom de entrar em tratos com Christian I. Lembremos a este respeito que Afonso V lhe enviara ao dinamarquês com data de 11 de Julho de 1461 umha carta por mão de Herolden Lolland. O retorno de Lolland à Dinamarca pudo ter servido para estreitar as boas relações que parecem haver existido entre ambas as cortes, dado que no documento este aparecia expressamente reconhecido como «passavante» ou «mensageiro» do seu Senhor. O conteúdo da missiva, porém, nom nos autoriza a pensar, como aventura Sofus Larsen, na possibilidade de que pudesse ter sido este passavante portador de algumha proposta relacionada com a exploraçom que estamos a estudar[4].

F. OS PROTAGONISTAS DA EXPEDIÇOM

Ocupemo-nos agora dos navegadores que, segundo Carsten Grypp, «fôrom providos de alguns navios polo augusto avô da Vossa Majestade, o Rei Christian I, para procurarem novas terras e ilhas nos mares do Norte.».

F.1 HANS POTHORST

A figura de Hans Pothorst vai ineluctavelmente unida à de Didrik Pining, polo que nos vamos ocupar aqui nada mais que dos aspectos biográficos do primeiro que som diferentes dos do segundo.

A investigaçom actual considera que Pothorst deveu de nascer na Alemanha[5], arredor do ano 1440, e que morreu, também possivelmente, antes de 1493.

Um facto devidamente contrastado já é o de que em 1484 passou, também em uniom de Pining, ao serviço de Jacob de Oldenburg, sobrinho de Christian I, participando como corsário, e depois como soldado, na guerra naval anglo-dinamarquesa de 1484-90[6].

Deveu de ter-se estabelecido nalgum momento da sua vida na vila de Helsingor, já que aparece representado, com o seu escudo de armas, numha das abóbadas da nave lateral sul do convento carmelita desta cidade, hoje igreja de Santa Maria. Um lugar da mesma que estava reservado aos benefactores importantes. O texto que acompanha a representaçom indica que foi ele quem sufragou as obras de construçom das abóbadas. Assim mesmo, o conteúdo da pintura, que se considera posterior a 1493, parece dar a entender que morreu no mar[7].

F.2 DIDRIK PINING

Tanto ou mais obscuras e controversas que as de Pothorst som as contadas informações que acerca de Didrik Pining existem. O sempre bem informado Paul Hermann considera a ambos como alemães ao serviço da coroa dinamarquesa[8]. E inquirindo no apelido estima-se também que Pining deveu de ter nascido em Hildesheim, quiçá antes do ano 1450.

Dados firmes da sua biografia, em troca, som os factos de ter sido governador da Islândia entre 1478 e 1490, e que, além de ter estado ao serviço de Jacob de Oldenburg, junto com Pothorst, e participado como corsário, e depois como soldado, na guerra naval anglo-dinamarquesa de 1484-90[9], no ano 1487 mandava umha secçom da frota dinamarquesa na guerra contra Sten Sture «O Velho», regente da Suécia. Nesta ocasiom Pining conseguiu ganhar Gotland para Dinamarca[10]. Esse mesmo ano fôrom-lhe concedidos honores entre a nobreza norueguesa, segundo aparece reflectido no Rigsarkivet (Arquivo Nacional)[11].

A sua estadia na Islândia coincide com o esmorecimento das viagens comerciais inglesas à ilha, começadas a princípios de século. Este intercâmbio, nem sempre pacífico, assim como os enfrentamentos entre ingleses e alemães na própria Islândia, encontram-se aceitavelmente documentados, e fôrom estudados por Bjorn Thorsteinsson[12]:

Há constância documental da concessom de licenças para trafegar com a ilha para naves procedentes principalmente de Bristol, Hull e Darmouth, além de um número mais reduzido para outras com base noutros portos. Tanto estas, como as que simplesmente pescavam, partiam da Inglaterra entre os meses de Fevereiro e Maio, para retornar de Julho a Setembro, com peixe fresco, assim como linho, falcões e enxofre. E existem, igualmente, numerosos documentos e denúncias que se ocupam de alguns dos muitos navios nom autorizados que realizavam a mesma actividade.

As relações entre ingleses e islandeses nom fôrom todo o boas que deviam em circunstâncias que se presumiam nada mais que mercantis. Estám documentados saques britânicos, roubos, e mesmo ataques armados, num dos quais, em 1467, chegou a perecer o governador Bjor Thorleifsson.

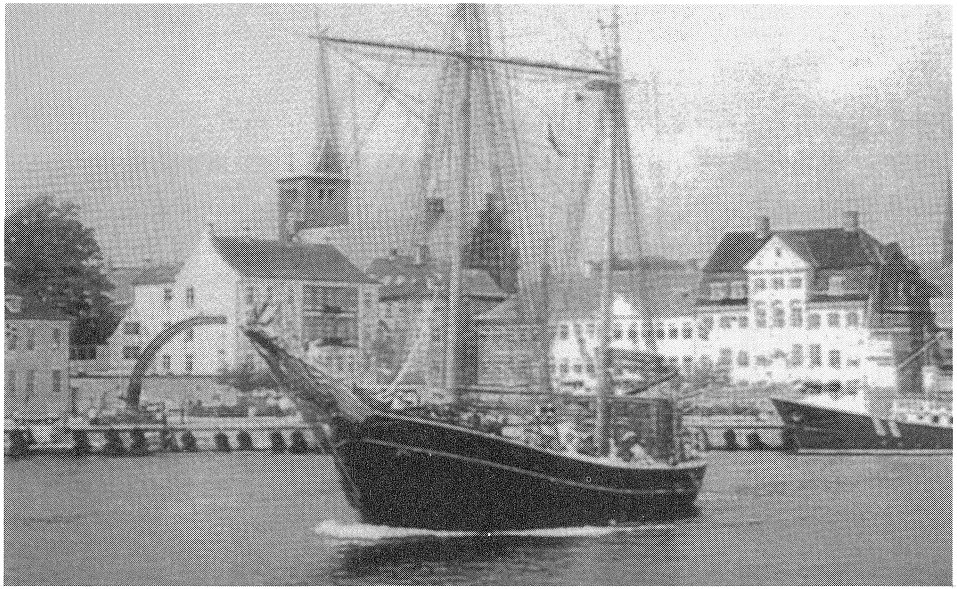
Assim mesmo, nos anos 1471, 1474 e 1475, várias naves inglesas que navegavam ilegalmente à Islândia atacárom e roubárom as cargas de dous comerciantes da Hansa, sendo umha das testemunhas de umha das acusações que contra aquela se formulárom, o próprio governador, Henrik Daniel. A Hansa fora autorizada a comerciar com a Islândia por Christian I no ano de 1468, sob a condiçom de que as suas naves nom invernassem na ilha[13]. Assim mesmo, em 1477, umha nave hamburguesa atacou outra inglesa, de Hull, nas imediações da vila de Hafnarfjordur, o principal porto da Islândia, muito próximo de Reykjavik.

Esta breve digressom conduz-nos abertamente ao limiar do ano 1478, data em que parece que, pola primeira vez, foi nomeado Pining governador da Islândia. Ignoramos se por iniciativa própria -era de procedência alemã-, ou por imposiçom do seu próprio monarca —estava-se a dar umha tensa situaçom que acabaria pouco depois em guerra aberta entre Dinamarca e Inglaterra—, o certo é que o seu mandato coincide com o incremento do comércio da Hansa na ilha, à custa do inglês. É possível que o relatório de Olaus Magnus de que na Islândia existia um corpo de guardas montados[14], corresponda a este tenso período.

O restabelecimento do velho equilíbrio mercantil nom voltará senom como consequência da paz assinada polos monarcas Hans I da Dinamarca e Henry VII da Inglaterra, no 20 de Janeiro de 1490, em que se resolveu que os ingleses pudessem comerciar de novo directamente com a ilha. O facto precede nuns meses a nomeaçom de Pining como Governador de Vardohus, ou fortaleza de Vardo, situada numha ilha do extremo nordeste da Noruega, mais além do Círculo Polar; a praça forte mais setentrional de todo o planeta.

Antes de deixar o cargo, no 1 de Julho desse mesmo ano, Pining promulgou a sua famosa lei sobre o comércio, que parece referendar outra sua do ano anterior: «Decretamos que os alemães e os ingleses têm de guardar a paz entre eles aqui na Islândia, enquanto estiverem em porto, por a autoridade real nom poder ser exercida se eles nom guardam a paz entre si, usando cada grupo os portos que lhes convenha. Que nom se negoceie com os que rompam a paz, e que paguem a multa acima indicada»[15].

O facto aparece confirmado por umha testemunha um tanto atípica. No ano 1625, o compilador britânico Samuel Purchas publicou umha monumental obra sobre descobrimentos e navegações, em que aparece a seguinte informaçom,



1. O centro e Helsingör, Dinamarca, contemplado do peirao do sudeste. Atrás do barco vê-se a igreja de Santo Olaf e, no limite da direita, umha das torres da de Santa Maria, numha de cujas abóbadas aparece esta imagem de Hans Pothorst. O controverso navegador sufragou do seu pecúnio as obras das abóbadas do templo, na altura um mosteiro carmelita.

tomada, segundo indica, de um livro de contabilidade das ilhas Faeroe, cem anos anterior:

«Punnus e Potharse vivêrom também algum tempo na Islândia e às vezes saíam ao mar, e faziam o seu comércio na Gronelândia. Punnus deu aos islandeses as suas leis e mandou pô-las por escrito. Som as chamadas Leis de Punnus.»[16]

Punnus e Potharse som a versom inglesa de Pining e Pothorst. Importa que advirtamos a especial relevância que os vizinhos feroeses parecêrom dar-lhe a estas oportunas leis, que, polo que a História nos informa, fôrom promulgadas imediatamente antes de Islândia conhecer um longo período de prosperidade. Nom é menos importante o facto de que esse livro de contabilidade, quase coetâneo da promulgaçom das mesmas, soubesse também que tanto Pining como Pothorst viveram «algum tempo» na Islândia e que comerciavam na Gronelândia.

É bem sabido, por outro lado, que apenas contamos com registos documentais que referendem a existência de contactos com os estabelecimentos nórdicos nesta ilha ao longo do século XV. Estes reduzem-se aos testemunhos de vários islandeses que estivérom na Colónia Oriental, em 1410, a possível visita do geógrafo dinamarquês Claudius Clavus, com anterioridade a 1425[17], ou às referências indirectas do tratado com Inglaterra de 1432. Porém, existem provas que demonstram que houvo sempre umha relaçom estreita e constante com a afastada Gronelândia.

Estas fôrom achegadas pola exumaçom dos túmulos do assentamento Oriental. Neles aparecêrom puchas arredondadas com a crista plana, assim como chapéus, cúfias e carapuças das chamadas «liripipe», que se dependuravam às costas, comercializadas no velho continente a princípios do século. Mas, onde eles, havia também gorros borgonhões, generalizados na Europa arredor do ano 1475, bem como puchas cónicas das que se erguem sobre a fronte e se alargam na nuca, moda na França do reinado de Luís XI (1461-83), no do seu filho Carlos VIII (1483-98). E encontrárom-se também vestidos com várias dobrezes cosidas à altura da cintura, um deles com decote em 'V', moda também de finais do século XV na Europa[18].

A presença destes produtos europeus significa que houvo constantes intercâmbios comerciais entre o velho continente e Gronelândia. A cronologia destes achados permite considerar, assim mesmo, que estes intercâmbios se dérom também durante os anos nos que Pining foi Governador da Islândia, polo que mui bem pudérom alguns ter sido realizados por ele, tal como afirma o informe feroês, e que continuárom depois de 1490, data na que o deixou de ser.

Ignora-se se o facto de ser destinado entom a um lugar tam afastado como Vardo, pudo ser umha concessom às demandas de Henry VII, por considerá-lo pessoa escasamente proclive aos interesses ingleses. Um prémio, é claro, nom parece. Tampouco sabemos com exactitude que lhe pudo ter acontecido depois. Nom há constância de que o seu novo destino se tivesse prolongado sequer um ano mais[19].

No verão seguinte chegárom confusas novas à Islândia, através dos marinheiros alemães e ingleses que visitavam o país, que asseguravam que o seu antigo governador morrera no estrangeiro[20]. Nesse momento fora nomeado já outro personagem para o desempenho do cargo[21].

Através destes fragmentários relatórios parece claro que tanto Pining como Pothorst actuárom como corsários ao serviço da coroa dinamarquesa, cousa que, por outro lado, e por necessidades de Estado, faziam quase todos os homes de mar de qualquer país. Assim mesmo, pode-se estimar que Pining deveu de ver-se na necessidade de actuar com certa energia nos conflitos gerados na sua jurisdiçom, tanto pola actuaçom da Hansa, emtom emergente, como pola prepotência com a que, até aquele momento, se vinheram conduzindo na Islândia os ingleses. Mas deveremos considerar também como um facto bastante provável, por proceder o informe de pessoas neutrais, que nengum interesse devia ter em deturpar a realidade, a opiniom feroesa de que ambos comerciárom com Gronelândia.

Mais duvidosas já, ainda que nem por isso em absoluto rejeitáveis, parecem-nos as opiniões de Olaus Magnus e Hyeronimus Gourmontium, que os consideram nada mais que piratas (vide notas 16 a 20 da primeira parte deste Estudo). Os diversos cargos que ostentou Pining, o seu enobrecimento, esse mesmo informe do livro de contabilidade feroês, e, por cima de todo, o disparatado que supõe convertir o inabitável e distante ilhéu de Hvitserk na sua base de operações[22], concedem-lhe escassas probabilidades de verossimilhança a esta opiniom sobre a última parcela da sua vida.

Por outro lado, através dos precários dados que se conhecem, parece que se pode situar o momento do seu passamento, ainda que com muitas reservas, arredor do período 1491-92 (vide também o comentário da nota 10 da primeira parte). Por isso temos de olhar com cepticismo tanto o informe recolhido por Olaus Magnus de que a utilizaçom de Hvitserk por parte de ambos começasse em 1494, como que as queixas de alguns comerciantes a respeito da sua actuaçom contra eles se alongassem nada menos que até 1499[23].

As dúvidas acerca do último período da vida destes homes, porém, a causa de tantas contradições, persistirám sempre. Mas sejamos práticos. Tal período da vida destas personagens é posterior já à morte de Christian I, encontrando-se, portanto, fora da cronologia da viagem que estamos a estudar. O que a estes efeitos nos deve de importar realmente é nada mais que saber se contamos com motivos para os poder relacionar, tanto histórica como geograficamente, com a área do noroeste atlântico na que tivo lugar a expediçom por eles comandada. E, através da opiniom generalizada que acabamos de examinar, parece clara a presença de Pining, polo menos a partir do ano 1478, na Islândia, e, num momento ainda nom determinado, também a de Pothorst.

F. 3: A CONTROVERSA ROCHA DE HVITSERK

Ordenando-se de jeito cronológico, os relatórios que acerca deste lugar, tam estreitamente relacionado com estes navegantes, pudemos encontrar som os seguintes:

1482: Mapa publicado em Ulm por Donnus Nicolaus Germanus com a sua ediçom da Geografia de Ptolomeu. No extremo meridional da Gronelândia, nele chamada «Engronelant», aparece umha ilha costeira que denomina «Vidisareter»[24].

1532: O humanista bávaro Jacob Ziegler publica em Strasburg o seu mapa Schondia, ou territórios escandinavos, acompanhado dumha exposiçom histórica[25].

Dentro da simplicidade do desenho, observam-se nele dous pontos clarissimamente ressaltados: um no ocidente da Islândia, o «Hekelfol Promontorium», o outro, frente ao mesmo, na costa oriental gronelandesa. Trata-se do perfil dumha montanha, a que denomina «Hvetsardk Promont.»[26]

1539: A «Carta Marinha», de Olaus Magnus Gothus, mostra, sob a denominaçom de Hvitsark, o desenho dumha rocha gigantesca, muito semelhante à anterior, a meio caminho entre o extremo norocidental da Islândia, e o que parece ser a ponta meridional da Gronelândia. O penedo encontra-se quase oculto sob umha figura de três grandes circunferências concêntricas, com dezasseis raios, o que fai pensar numha representaçom da rosa dos ventos.

Na secçom B do texto de apoio indica-se que os gronelandeses som uns expertíssimos navegantes que, nas suas embarcações de pele, atacam, se apoderam e afundam a machetaços as naves[27].

A «Opera Breve», um folheto publicado no mesmo ano polo próprio Olaus para um mais ajeitado manejo do mapa, denomina a referida figura «uno horlogio»... «con lettere de piombo», —um relógio... com letras de chumbo—, e considera Pining e Pothorst como «pirati dil mare».

Na sua «Ain kurze Auslegung und Verkleeung», umha traduçom bastante livre ao alemám da «Opera Breve», o «horlogio» aparece tranformado no que parece mais lógico: «ayn pley compast», «um compasso»[28].

Ambos os folhetos afirmam que este sinal servia para advertir os navegadores dos perigos das ribeiras da Gronelândia, e acrescenta-se que os indígenas tinham por costume perfurar sob a linha de flutuaçom os navios que atacavam[29].

1548: Os mapas de Islândia de Hieromymum Gourmontium situam a escassa distância do extremo noroeste desta, umha ilha de paredes quase verticais, iconograficamente semelhante tanto à de Ziegler como à de Magnus, na parte central da qual figura também a tripla circunferência. Mas, com diferença à «Carta Marinha», esta contém quatro raios que sinalam os quatro pontos cardeais. Sobre elas aparece a linha incompleta da linha de um compasso.

O texto sobre Pining e Pothorst, do que nos ocupamos no apartado C, encontra-se sob a ilha.

1551: Na sua carta ao rei Christian III, Carsten Gripp, afirma que nos mapas por ele encarregados consta que:

«No penedo de Wydthszerk, diante da Gronelândia, mesmo frente a Sniefeldsiekel, na Islândia, erguérom —Pining e Pothorst— um grande marco, —«eyn groidth baa»—, virado para o mar, por causa dos piratas gronelandeses que, em grande número, com muitas pequenas embarcações sem quilha atacam de improviso os navios».

2. Bessastadir, situada a escassa distância ao sul de Reykjavik, é na actualidade a residência oficial do Presidente da Islândia. Na Idade Média, em edifícios entom de muita menor entidade, era-o dos governadores da ilha. Nela residiu Didrik Pining quando ostentava este cargo. No canto, reproduçom do seu selo.

1555: A «História de Gentibus Septentrionalibus», de Olaus Magnus, refere que Hvitserk é umha «rocha alta». Um gravado que aparece na mesma mostra um compasso de grandes dimensões no «Mons Hvitserk». Indica assim mesmo Olaus Magnus que neste «Mons Hvitserk» é onde se instalárom no ano 1494 Pining e Pothorst, logo de serem desterrados a causa dos seus actos piráticos[30], e repete o facto de afundar as naves utilizado polos gronelandeses residentes nas suas imediações[31]. Nom relaciona, porém, com estas acções a colocaçom do gigantesco compasso, agora com linhas e círculos de chumbo[32], mas com a pirataria de Pining, já que, segundo ele, servia para indicar até onde os navegantes podiam chegar[33].

Existem, pois, acusadas diferenças acerca da ubicaçom deste acidente geográfico. Nom as há, porém, a respeito da sua morfologia, já que parece generalizada a opiniom de que se trata de um lugar elevado. Mas, dado que a metade da distância entre Islândia e Gronelândia nom existe terra ou ilha nengumha, podemos simplificar o debate rejeitando já, de entrada, quantos informes a situem neste ponto.

Polo contrário, Jacob Ziegler sabe que Gronelândia significa «Terra Verde»[34], denomina «Terra Bacalhaus» à sua parte meridional[35], e situa o Promontório de Hvitserk na costa leste da ilha, debuxando ao mesmo tempo o seu perfil. Assim mesmo, Carsten Grypp é conhecedor da proximidade deste à Gronelândia, frente ao islandês Sniefeldsiekel, —que nom é outro que a destacada península de Snaefellsnes—, no extremo da qual se ergue o coruto do glaciar Snaefells, de 1446 m de altura. Este topónimo, desconhecido tanto por Olaus Magnus como por Goumontium, foi sempre umha referência de primeira magnitude para as naves que se encaminhavam à Gronelândia[36].

Para tentar localizar este acidente nom fica mais remédio que deitar mão das antigas régulas de navegaçom dos Viquingos, reelaboradas polo arcebispo Erik Valkendorf, a princípios do século XVI, com a intençom de localizar as velhas colónias gronelandesas. O próprio Jacob Ziegler coincidiu com este prelado em Roma no período 1522-23, obtendo do mesmo avondosa informaçom para a sua obra sobre Schondia, segundo confessa na introduçom à mesma[37], polo que a localizaçom que lhe concedeu no seu mapa muito bem pudo ter sido devida a este intercâmbio.

A citada reelaboraçom precedeu em varias décadas a carta de Carsten Grypp. Vejamos o que a mesma contém, com Hvitserk relacionado:

> «Situando-se a sul do Brede Fiord, na Islândia, tome-se rumo oeste até avistar "Hvidserch", na Gronelândia. Entom colha-se o rumo do sudoeste, até "Hvidserch" ficar ao norte».

O «Brede Fiord» é o actual Breidafjörd, o golfo situado a norte da península de Snaefellsnes, à que Carsten Grypp, que escreve em antigo Baixo Alemám, denomina Sniefeldsiekel. E é claro que Hvitserk se encontra a oeste desta península (sul do Brede Fiord).

> «A meio caminho entre a Gronelândia e a Islândia, com tempo claro e límpido, verám-se montanhas muito elevadas, chamada Sneffelss Jochell, a situada na Islândia, conforme dixemos já, e "Hvidserch" a da Gronelândia»[38]

Esta outra indicaçom situa já inequivocamente Hvitserk na Gronelândia, pontualizando ao mesmo tempo que, navegando para ocidente, em linha recta, desde Snaefellsnes, no extremo da qual se ergue o Snaefelljökul, com 1.446 metros de altura, e antes de perdê-lo de vista, enxergará-se a proa, frente ao mesmo, Hvitserk, umha das grandes alturas da ribeira gronelandesa. Umha referência que nengum piloto podia deixar de utilizar para salvar os 600 quilómetros que em linha recta separam ambos os acidentes.

A referência conduz-nos abertamente à área das actuais Angmagsalik e Kap Dan na latitude 65° 35'. A primeira é umha ilha costeira de grande extensom e acusado relevo, com umha altura máxima de 1.352 metros, coberta de gelo, de rango apenas inferior ao do Snaefellsjökull, capaz portanto de converter-se noutra referência da necessária entidade. Em quanto ao Kap Dan, é o extremo meridional da pequena ilha de Kulusuk. Trata-se de umha rocha em forma de cúpula, de 350 metros de elevaçom, situada na mesma linha de observaçom que as alturas de Angmasalik, às que precede, próxima, assim mesmo ao monte Qalorujôrneq, de 660 metros, na propia Kulusuk[39].

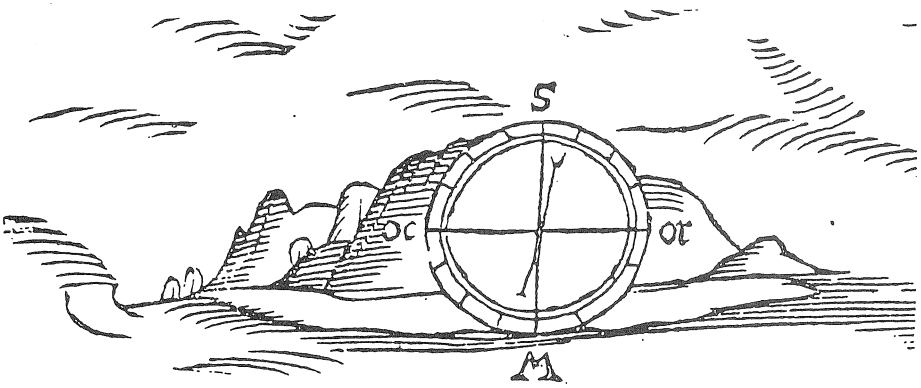
Existem também alturas bastante mais acusadas que estas, ainda que ligeiramente mais ao interior e ao norte da área resenhada[40], capazes de ser vistas desde o mar. Mas o facto de que em Hvitserk se situem tanto o Sinal como o refúgio de Pining, assim como o ataque dos indígenas gronelandeses, parece apontar a que a ignota rocha se encontrava em plena costa. E dado que Kulusuk é o primeiro lugar ao que tem de aceder qualquer embarcaçom que chegue de Islândia, e de que a sua morfologia se corresponde com a estrutura mais generalizada entre os geógrafos que de Hvistserk se ocupárom, temos de considerar esta pequena ilha como a sua mais possível localizaçom. Tanto Kulusuk como Angmagsalik som, além disso, dous dos escassísimos pontos desta difícil ribeira utilizáveis por embarcações, mesmo no outono.

E se, como se indica na primeira das normas resenhadas, umha vez enxergado desde longe Hvitserk, se toma o rumo sudoeste, este ponto de referência situará-se efectivamente, ao norte, à popa da embarcaçom.

Lembremos também, que o recrudescimento climático foi causa de acontecimentos de grande relevância para as colónias nórdicas de Gronelândia, entre eles o da modificaçom, cerca do ano 1300, da disposiçom dos seus edifícios, para umha melhor conservaçom do calor[41].

A mudança deu origem também a umha importante migraçom esquimó. Este povo permanecera até entom instalado no norte da ilha, mais além do paralelo 76°. A precariedade climática, que levaria as focas a procurar-se latitudes mais meridionais, fizo-o ter de iniciar um seguimento destas, ao longo da linha costeira, arredor do ano 1200[42].

Quase um século antes de que Pining e Pothorst tivessem visitado Hvitserk, chegárom a ela os Esquimós. Tratava-se de esquimós da cultura Thule, que logo de terem ocupado, e quiçá destruído, Vestribyggd, a Colónia Ocidental, e pressionado sobre Eystribyggd, a Oriental, ultrapassaram o cabo Farvel a leste para se estabelecer na área de Angmagsalik, nas inmediações da qual, como acabamos de ver, parece que se encontrava o tam debatido Hvitserk[43].



Mons excelſus VVitzarc appellatus, in cuius ſummitate Index marinus factus eſt à duobus piratis Pinnigt & Pothorſt, in nautarum protectionem à Grundtlandia.

3a. Assim representou Hieronymus Gourmontium a Hvitserk e o seu compasso num dos seus mapas da Islândia publicados em Paris no ano 1548.
3b. Hvitserk, tal como aparece no capítulo XI da *Historia de Gentibus Septentrionalibus* do norueguês Olaus Magnus, editada em Roma no ano 1555. Observe-se a luita de um branco com um pigmeu. O desenho que figura na rocha, se nom o compasso de que se fala no texto, lembra a rosa dos ventos.

Fôrom eles, tal como refere Olaus Magnus, confirmando ao mesmo tempo a opiniom de Carsten Grypp, os que atacavam as naves, em Hvitserk ou nas suas proximidades, entre elas, possivelmente também as de Pining e Pothorst, utilizando os seus caiaques de peles.

Aclarado isto, cumpre que falemos já do tam discutido sinal que se afirma situárom Pining e Pothorst em Hvitserk. Apesar das diferentes interpretações que sobre a sua condiçom e finalidade existem, a natureza destas, assim como os próprios desenhos que sobre ele nos fôrom transmitidos, inclinam a pensar que deveu tratar-se de um compasso. Contamos, além disso, com umha testemunha que, ainda que mais de um século posterior ao tempo que estamos a analisar, parece confirmar esta apreciaçom. Trata-se do diário de Sigvard Grubbe, personagem que em 1599 acompanhou o monarca dinamarquês Christiam IV (1588-1648), na sua viagem à fortaleza de Vardö, na extrema nororiental da Escandinávia:

> «12 de maio: Dobramos o Cabo Norte, na cima do qual há um compasso metido na rocha».

Ou seja, que o facto de que Hvitserk contasse na sua parte alta com um compasso, colocado, ou gravado, e, se acaso, com letras ou linhas de chumbo, como quer Olaus Magnus, nom se trata de um caso único. O próprio Sigvard Grubbe, autor desta anotaçom, sabe além disso que o tantas vezes aqui referido Pining fora comandante da fortaleza de Vardö, situada aproximadamente a dia e meio de navegaçom do Cabo no que acabavam de advertir este compasso[44].

O Cabo Norte é um destacadíssimo acidente; um enorme promontório chão que sobrepassa os 300 metros de altura. Lembremos o que já em parte referíamos na nota 10 da primeira entrega acerca de que esse cargo de Pining levava aparelhado o de «Lensherre», ou governador do condado, do que Vardö era entom cabeça. Quer dizer, do actual Finmark, ao que o Cabo Norte pertence. Significa isto que este outro compasso, ao parecer semelhante ao de Hvitserk, pudo ser também da autoria do antigo governador de Islândia?

Evidentemente, nom contamos com provas suficientes para nos pronunciar. Em todo o caso, a analogia da existência dum compasso num ponto tam especialmente sinalado para a navegaçom como é o Cabo Norte, situado em território sob a dependência de Didrik Pining, confere-lhe muitas possibilidades de que poda ser obra sua, pois que sabemos que colocara outro semelhante noutro lugar de características tam relevantes como as do primeiro, como é o caso da rocha de Hvitserk. Nom se prodigava, porém, este tipo de sinais, ao parecer, daquela. Polo menos nom hai testemunhos da existência de nengum outro, o que incrementa as probabilidades de que ambos tivessem a mesma paternidade.

Discute-se assim mesmo acerca da sua finalidade. De que jeito poderia o compasso de Hvitserk advertir os navegantes acerca do perigo tanto das ribeiras gronelandesas como dos piratas esquimós, ou da suposta pirataria do mesmo personagem que ali o colocou[45], tal como se tira dos informes que possuímos? Tinha capacidade para iguais, ou parecidas utilidades o compasso do Cabo Norte?

Tampouco temos respostas contundentes para estas perguntas. À hora de decidir-nos por umha plausível aplicaçom prática para estas instalações, ainda sem

esquecer as apontadas por Olaus Magnus e Carsten Grypp, parece que nom se deve rejeitar a possibilidade que a este respeito aventura Sofus Larsen:

> «Parece-me bastante provável que Pining tenha mandado colocar estes sinais num sítio visível do mar, para atestar que a respectiva ilha, e o continente que lhe ficava por detrás, não eram terra sem dono».[46]

Resulta altamente problemático, como já dixemos, que a ilha Kulusuk, ou algum ponto imediato desta perigosa geografia, pudesse ter servido a Pining e Pothorst para algo distinto que nom fosse como escala ocasional para o comércio que, segundo aquele livro feroês, praticavam com Gronelândia. Nengum deles apresenta a devida garantia para montar umha base estável, como a que se pretende que tivérom ambos. O próprio Olaus Magnus lembra-nos no capítulo 10 —«De naufragiis Gruntlandiae»— do segundo libro da sua «Historia de Gentibus Septentrionalibus», as terríveis galernas que, especialmente durante o tempo da Lua cheia, afectam esta costa[47].

G. A DATA DA EXPEDIÇOM

Conhecidas as precedentes circunstâncias, cumpre tentemos situar no tempo a expediçom objecto deste trabalho. E sabendo que Christian I, em cujos tempos foi efectuada, estivo no trono desde 1448 a 1481, estes «terminus ante quen» e «post quen», servem-nos ainda que nada mais que de jeito aproximado, para enquadrá-la sem nengumha classe de temor entre ambas as datas.

G.1: A EXPEDIÇOM EM TEMPOS DE DOM HENRIQUE?

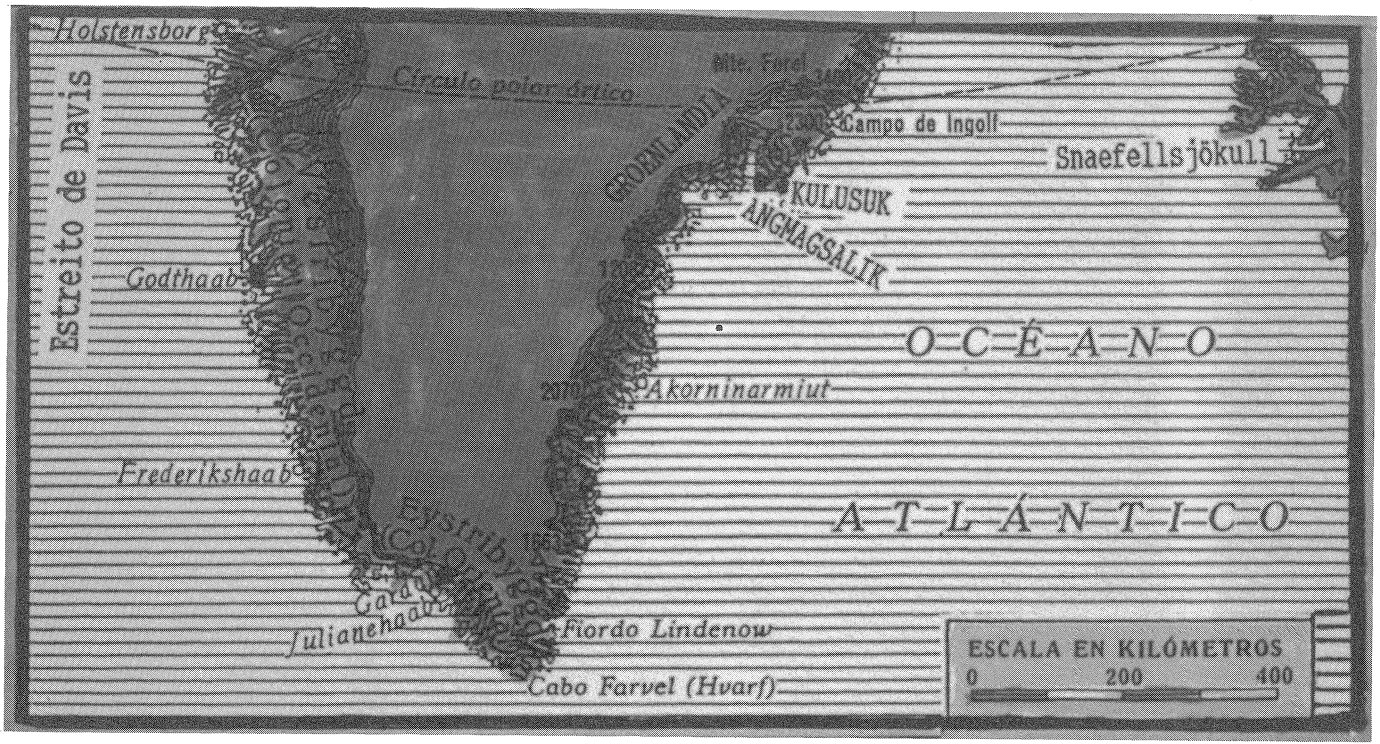
Por outra banda, o reinado de Christian I coincidiu também com os primeiros tempos da expansom colonial portuguesa, que, como comentamos, dera começo o 21 de agosto do ano 1415 com a conquista de Ceuta (nota 23 da anterior entrega).

Em contra da visom simplista que se adoita oferecer acerca desta parcela da história de Portugal, a exploraçom do litoral africano por parte deste país nom tomou ímpeto senom depois do descobrimento e colonizaçom das ilhas atlânticas: Madeira, a partir de 1420, ou Açores, depois de 1427, assim como da concessom ao infante dom Henrique das prerrogativas de administrador da Ordem de Cristo —1420—, e de importantes prebendas económicas entre 1433 e 1446 (nota 29 da anterior entrega).

Conseguidos estes, as explorações marítimas portuguesas, que apenas tinham atingido até aquele momento a actual Agadir, na África setentrional, ultrapassariam o cabo Bojador já no ano 1434, e, apesar do desastre militar sofrido polo próprio infante em Tânger em 1437, no momento do advento ao trono de Christian I —ano 1448— as suas naves ultrapassavam já o território da actual Guiné-Bissau.

Mas, ao mesmo tempo, o Infante ocupou-se também do Oceano Ocidental. Umha realidade que muitos autores preferem esquecer:

> «Naquele tempo o infante D. Henrique, desejando conhecer as regiões afastadas do Oceano Ocidental, para saber se havia ilhas ou terra firme, além da descrição de Ptolomeu, enviou caravelas a buscar terras».



4. A distância entre a vila deste nome e a ilha de Kulusuk é de 19 km em linha recta.

Som palavras ditadas na sua velhice ao geógrafo Martin Behaim, por um antigo moço de câmara do Infante, e mais tarde marinheiro, escudeiro, escribão e juiz de sisas: Diogo Gomes[48].

Mas, pudo haver algum motivo polo que dom Henrique chegasse a se interessar polo inóspito noroeste?

No ano 1427, o geógrafo dinamarquês, Claudius Clausson, ou Clavus, publicou, ao parecer por encargo do rei Erik de Pomerânia (1396-1439), umha ediçom da Geografia de Ptolomeu, que incluía, pola primeira vez, um mapa da Escandinávia, Islândia e Gronelândia, que parece ter visitado, complementado, pouco depois, com outro ampliado ao oeste da Gronelândia, com comentários[49]. Entre eles o que segue:

> «A península da ilha da Gronelândia estende-se desde umha terra inacessível ou desconhecida por causa do gelo, que se encontra ao norte. Contudo, os pagãos carélios, como eu mesmo tivem ocasiom de observar, descem a miúdo em grandes turbas à Gronelândia, chegados da outra parte do Polo Norte. Por consequência, o oceano não rodeia a terra firme junto ao Círculo Polar, como todos os antigos autores asseguram, e o nobre cavalheiro inglês João Mandeville não mentiu ao afirmar que da China viera dar a uma das ilhas da Noruega» (Vide nota 17 da anterior entrega).

O cavaleiro ao que Claudius Clavus se refere podemo-lo considerar, ainda que com certas reservas, como um navegante autêntico. A sua sona, porém, procede da publicaçom a princípios da segunda metade do século XIV de «The Voyage and Travels of Sir John Mandeville, Knight», umha extraordinária obra sua que chegou a fascinar o mundo. Em Portugal foi conhecida como o «Livro das maravilhas».

Trata-se de um relatório de navegações autênticas, complementado com acontecimentos históricos, costumes, lendas, assim como com a descriçom da longa viagem que afirma ter ele mesmo realizado entre os anos 1322 e 1356, e que, seguramente, nunca chegou a fazer. O relato, bem adoviado com lances de cavalaria e pinceladas românticas, serviu ao mesmo tempo para divulgar alguns conhecimentos científicos respeito à esfericidade da Terra, a habitabilidade da zona tórrida, a possibilidade de navegar os mares austrais com o auxílio de umha estrela antárctica, ou a de atingir um dos extremos do mundo partindo do outro.

Descreve assim mesmo o reino do Preste Joám, as terras onde estavam as desaparecidas dez tribos de Israel, a ave Fénix, as incríveis riquezas da China e do Egipto, a torre de Babilónia, o Paraíso Terreal, e informa sobre a existência de dragões, serpentes venenosas, ou de seres humanos com umha só perna, cabeça de cam, ou com esta situada no tórax[50].

Esta surpreendente mistura de mentiras e verdades, especialmente as suas considerações cosmográficas acerca da altura dos pólos e a possibilidade de navegar por eles, produziu um enorme impacto, em parte graças a um razoamento seu da mais estrita lógica:

> «E isto pode muito bem ser, apesar de também ser verdade que gente simples não quere acreditar, que se possa andar pelo lado debaixo da Terra, sem se caír para o firmamento»[51].

A credibilidade que entom se lhe outorgou aos escritos de John Mandeville, constantemente reeditados, influiu de jeito decisivo na concepçom cosmográfica de finais da Idade Média e princípios da Moderna.

Os predicamentos tanto desta obra como do mapa de Claudius Clavus, que dom Henrique nom pudo deixar de conhecer, podem ser mais que suficientes para justificar a montagem de umha expediçom como da que Garsten Grypp nos dá conta. Mesmo poderia falar no seu favor o facto de que Herolden Lolland, «passavante» ou «mensageiro» de Christian I, chegara a tomar parte em Outubro de 1458 na conquista de Alcácer Ceguer, perto de Tânger, sob as ordens do próprio Infante (Vide o apartado D).

Ora bem, a possibilidade cronológica de que a exploraçom de Pining e Pothorst se tenha podido realizar em vida de Dom Henrique, descansa no facto de que consideremos infundada a «estima» que fam os analistas de que o primeiro tivesse nascido arredor do ano 1450[52], já que, de ter chegado ao mundo nessa data, no momento da intervençom de Lolland nos assuntos portugueses, Pining nom seria nada mais que um neno ainda.

Apuremos, porém, todas as possibilidades. Consideremos como tese de trabalho, que o navegante contava com madureza suficiente para comandar a expediçom com anterioridade a esse ano 1458, no que se levou a termo a conquista africana, que absorveu toda a capacidade do reino, tanto antes como depois desta operaçom.

Mas, ainda que lhe suponhamos umha idade de nada mais que uns 25 anos, na prudencial data estimativa de 1456, vem resultar que no momento no que foi designado governador de Vardö, ano 1490, Pining tinha de contar arredor dos sessenta. Umha idade nom proibitiva para o desempenho do cargo, com certeza, mas sim um tanto improvável, havida conta o afastado e inclemente dessa fortaleza de Vardohus à que foi destinado. E contaria com 64 e 69, respectivamente, no momento no que Olaus Magnus o situa em Hvitserk, e no que certos comerciantes o denunciavam como presumível e tenaz predador marítimo[53].

Acrescente-se a isto o facto de que, três anos depois da toma de Alcácer Ceguer, morto já dom Henrique, Lolland retornou ao seu país. E ainda que a missiva da que foi portador parece nom ter outra finalidade que a de recomendá-lo diante de Christian I, nela nada mais que se consideram como méritos salientáveis algumhas das suas actuações em África. Nom há referências, nem alusões, que permitam suspeitar que o «passavante» pudesse ter contribuído à organizaçom da comum expediçom que estamos aqui a procurar.

G.2: A DÉCADA DE 70

Consideremos agora como acertada a opiniom historiográfica que estima que Pining e Pothorst deviam ser pouco menos que recém nascidos no ano 1448, quando começou o reinado de Christian I.

Como consequência haverá que supô-los superando também, como pouco, os vinte e cinco anos de idade no momento em que fôrom eleitos para comandar esta missom. Isto reduz o leque das possibilidades cronológicas a nada mais que a déca-

5. Vardö, um luxo a 70º 21' 14'' de latitude: 3.200 habitantes, todos os serviços necessários para umha comunidade humana, e um túnel de 3 km que, a 88 m baixo o nível do mar, a comunica com a terra firme e o aeroporto de Svartness. Do seu porto partiu em 1893 o explorador polar Fritjof Nansen com o seu navio *Fram*. A imagem foi tomada desde o sudoeste. Ao fundo, as ilhas de Reinöya e Hornöya, reserva ortinológica. Em primeiro plano pode-se advertir o «Vardöhus festning», ou «Fortaleza de Vardö», de que foi governador em 1490 Didrik Pining. Construída no ano 1307, foi reformada em 1460 e 1734. No seu interior há umha sorveira, única árvore capaz de sobreviver neste lugar, mui cuidado polas autoridades, que mesmo se dam ao trabalho de o guardarem no inverno. Todos os anos, em 20 de Janeiro, os disparos de um dos canhões da fortaleza encarregam-se de comunicar-lhe aos vizinhos a jubilosa nova da reapariçom do sol no horizonte, após vários meses de noite ininterrupta.

da que se inicia em 1470, já que Christian I desapareceu da cena em 1481. Umha maior aproximaçom poderíamo-la encontrar no facto de ser Pining governador de Islândia, e portanto residente nela, em 1478.

Trata-se esta nada mais que doutra hipótese, porquanto a ninguém se lhe escapa que nom resulta indispensável que Pining tivesse que estar a desempenhar um cargo na ilha para que lhe fosse encomendada a exploraçom. O facto é sinificativo, porém, no sentido de que demonstra que, nessa data de 1478, o «sceppere» gozava da confiança da coroa, o que converte esse momento, assim como os imediatamente anteriores e posteriores, nos que parecem contar com mais probabilidades de ser aqueles nos que pudo ter sido requerido para a finalidade que nos ocupa. Se as estimações biográficas som acertadas, em 1478 o nosso controverso personagem poderia andar polos 30 anos. Umha idade idónea para esta classe de negócios.

G.3: PROVAS CIRCUNSTANCIAIS

A «Carta Nautica» de Zuane Pizzigano do ano 1424, ubica a ocidente da Península Ibérica várias ilhas. Interpretar este facto no sentido de considerá-lo como umha prova irrefutável para demonstrar que antes desse ano tivo que haver expedições de descoberta para o oeste, poderia resultar um tanto aventurado.

Mas, se doze anos mais tarde, o Atlas de Andrea Bianco conhece o Mar dos Sargaços —«Questo xe mar de Baga»[54]—, o que si poderia resultar aventurado seria o negar tal possibilidade. Consideremos isto enquanto lemos o que continua.

Durante umha visita a Nurenberg, no período 1490-92, o geógrafo Martin Behaim construiu um globo terráqueo em que recolhe as descobertas e explorações portuguesas até entom realizadas. Nele mostra mais de 1.100 topónimos, e avondosa informaçom, anterior tudo, como é natural, à primeira viagem de Cristóvao Colom.

No que a Islândia se refere, coloca um estandarte com três leões, os da Dinamarca, acompanhado polo seguinte texto:

> «Na Islândia encontra-se bonita gente branca; som cristã, e ali há o costume de vender-se os cães por alto preço e dar aos comerciantes, a conta de Deus, os próprios filhos. Também se encontram na Islândia pessoas de 80 anos que nunca comérom pam, nem medra ali o trigo, e em lugar de pam comem peixe seco. Na ilha de Islândia pescam o bacalhau, que é traído à nossa terra»[55].

Num grupo de ilhas situados ao noroeste desta, —evidentemente Gronelândia— aparece um urso branco perseguido por um arqueiro, seguidos desta explicaçom:

> «Hie fecht man weisen valken». «Aqui encontra-se gente branca».[56]

Som informes em parte coincidentes com os que, várias décadas mais tarde, refere Olaus Magnus nas suas obras.

G.3.1: JOÃO VAZ CORTE REAL.

Martin Behaim viveu na açoriana ilha do Faial. E estava casado com Joana de Macedo, irmã do também residente açoriano Jesse von Huertere, o moço, esposo,

por sua vez, dumha filha de João Vaz Corte Real, capitám donatário na Ilha Terceira, desde o ano 1474, e da ilha de São Jorge a partir de 1483[57]. João Vaz Corte Real passou a residir no Faial em 1486, onde permaneceria até a sua morte dez anos mais tarde[58]. Significa isto que Behaim, mais conhecido em Portugal como Martinho de Boémia, tivo que tratá-lo.

Deste João Vaz sabemos que fora porteiro maior do Infante dom Fernando, sobrinho, herdeiro e sucessor de Dom Henrique o Navegante. A etapa de Dom Fernando —1460 a 1470, ano em que faleceu—, caracteriza-se polo total abandono da exploraçom marítima iniciada polo seu antecessor[59].

Porém, quatro anos depois, a sua viúva, dona Beatriz, concedeu-lhe ao fidel João Vaz a capitania de Angra, na Ilha Terceira, segundo consta em documento de data do 2 de Abril do ano 1474, inscrito no Registo do Arquivo da Câmara de Angra, fólio 70[60].

Quase cem anos mais tarde, o bacharel e erudito açoriano Gaspar Frutuoso (1522-1591), escrevia umha magna obra, «Saudades da Terra», em seis volumes, sobre os descobrimentos, dedicando dous deles à entom recente história do arquipélago. Trata-se de um meticuloso trabalho realizado sobre bases documentais, assim como com a recolha de testemumhos, especialmente de gente velha, e tradições familiares[61].

Pois bem, no capítulo 9, do libro VI de SAUDADES DA TERRA, Gaspar Frutuoso, informa-nos do seguinte:

> «E vindo o João Vaz Corte-Real do descobrimento da Terra nova dos Bacalhaus, que por mandado del-rei foi fazer, lhe foi dada a capitania de Angra da Ilha Terceira e da Ilha de S. Jorge».

Semelhante afirmaçom promoveria umha das mais acendidas polémicas da historiografia dos descobrimentos, ainda nom o suficientemente esclarecida hoje, na que, desde logo, nom pretendemos entrar[62]. Limitaremo-nos nada mais que a considerar os seguintes aspectos:

1°) Num atlas português de arredor de 1534, —40 anos posterior à morte de João Vaz Corte Real—, que se conserva na Biblioteca Riccardiana de Florença, aparece um ponto da costa americana denominado «Baía de João Vaz»[63].

Assim mesmo, o atlas lisboeta de Vaz Dourado, publicado em 1571, mais mui possivelmente inspirado, ou polo menos conhecedor do anterior, situa na Terra do Lavrador, umha chamada «Terra de João Vaz», e umha «B. de João Vaz»[64].

Mais tarde ainda, Cornelis de Jode, na sua documentadíssima carta «Americae Pars Borealis», publicada em Antuérpia no ano 1593, e conservada na Biblioteca Newberry de Chicago, situa no extremo oriental do continente, por ele denominado «Terra de Laborador», onde outros topónimos portugueses, um «Gio de Ioau Vanz» e umha «Terra de Ioau Vanz». A Carta contém também anotações sumamente precisas a respeito das datas das descobertas realizadas por «Corterealis», «Sebastiano Gabatto», e «Iohaune Verazano».

6. O Cabo Norte contemplado da parte sul do seu extremo mais ocidental. Umha rocha de 307 m de queda, coroada por um gigantesco globo terráqueo oco, confeccionado com hastes metálicas, que alcança uns 4 m de diâmetro. Ignoramos se a sua colocaçom guarda algumha relaçom com o compasso supostamente aqui deixado por Pining. O que sim é certo é que o globo se tornou já o emblema do cabo. E ainda que o seu peso supera umha tonelada, quando há vento rijo, gira sobre si mesmo a tal velocidade que parece umha superfície lisa.

2º) Um filho de João Vaz, Gaspar Corte Real, a respeito do que contamos com avondosa, ainda que incompleta, documentaçom, fizo a sua primeira viagem exploratória polas costas americanas no verão do ano 1500. Pois bem, ainda que estas terras ficavam fora da demarcaçom que o Tratado de Tordesilhas lhe concedeu a Portugal, e de que nengum dos documentos com este descobridor relacionados contenha referências ao seu pai, Gaspar Corte Real viajou, suspeitosamente, polos mesmos lugares polos que o informe de Frutuoso leva o seu progenitor.

Som os citados, elementos suficientes para que podamos admitir como um facto inegável a participaçom de João Vaz Corte Real numha expediçom ao noroeste, e considerá-lo ao mesmo tempo como umha das fontes utilizadas polo seu parente, Martin Behaim? Pudo ter sido Gaspar quem baptizou estes lugares sob a advocaçom, e em lembrança, do seu pai?

G.3.2: O RELATÓRIO DE OLAUS MAGNUS GOTHUS

Como já referimos, este prelado sueco ocupa-se, na sua «Historia de Gentibus Septentrionalibus», das grandes galernas que têm que padecer os navegantes na costa oriental da Gronelândia, especialmente no tempo de Lua cheia[65]. E pontualiza:

> «Som, porém, os portugueses entre os que têm lugar, nestas singulares terras, onde buscam perpetuar a mais que fértil glória da sua estirpe».

Resulta um tanto surpreendente esta tentativa de vinculaçom dum povo tam meridional como o português com naufrágios e dificuldades nas costas da Gronelândia, porquanto as únicas referências acerca da sua presença nelas se reduzem a:

A) Informe do embaixador de Veneza, Pietro Pasqualigo, testemunha presencial do retorno em outubro de 1501 de umha das naves de Gaspar Corte Real a Lisboa, pola que soubo que, o ano anterior, avistaram outra terra, situada ao norte, à que nom se puderam achegar a causa dos numerosos grandes blocos de gelo que havia no mar[66].

B) O Planisferio Cantino, (1502), que situa umha bandeira portuguesa no leste da Gronelândia, com a seguinte informaçom:

> «Esta terra he descober (ta) per mandado do muy esçelentíssimo princepe dom manuel Rey de Portugall a quall se cree ser esta a ponta dasia E os que a descobriram nam chegárom a terra mais viram la e nam viram senam serras muyto espessas polla quall segum (do) a opinyon dos cosmof(o)ricos se cree ser a ponta dasia»[67].

C) O mapa português do Atlas Kunstmann, da possível autoria de Pedro Reinel (1519?), indica no ponto que se corresponde com a Gronelândia:

> «Esta terra vírom-na os portugueses, mas, nom penetrárom nela»[68].

D) Referência de Damião de Gois na sua «Chronica do felicíssimo Rei Dom Emanuel» (1566), na que afirma que Gaspar Corte Real denominou «Terra Viridis» —«Terra Verde»—, à «Terra Nova». (Incluímo-la aqui porque o topónimo pode ser o resultado da translocaçom do nome de «Gronlandia», que tem o significado de «Terra Verde»)[69].

Nengum destes textos apresenta a menor alusom a galernas ou naufrágios. Mais parecem todos eles ter bebido nos informes procedentes da expediçom de Gaspar Corte Real do ano 1500.

Nom se pode pensar que Olaus Magnus fosse informado acerca das penalidades portuguesas em Gronelândia polo seu amigo Damião de Gois, com quem tivo tratos em Itália[70], pois que este ignora tais circunstâncias. Nem sequer as pudo conhecer através do informe de Pietro Pasqualigo, do «Planisferio Cantino», ou do Atlas Kunstmann, que também as desconhecem.

Descartado que a referência tenha podido ser fruto da imaginaçom do prelado sueco, e ainda que nom contemos com textos que se ocupem explícitamente do caso, parece que encontramos aqui indícios da existência de algumha, ou algumhas, viagens portuguesas à área de Gronelândia, distintas da de Gaspar Corte Real, e que devêrom ser estas hoje indocumentadas expedições as afectadas polas galernas.

Por outro lado, e ainda que escreveu com bastante posterioridade —entre 1539 e 1555— Olaus Magnus parece desconhecer essa semifrustrada expediçom de Gaspar Corte Real a Gronelândia. Por outro lado, as suas obras fôrom publicadas num momento de marcada preocupaçom na Escandinávia acerca da situaçom das colónias Gronelandesas, com as que se perdera já todo o contacto. Lembremos os projectos do arcebispo Erik Valkendor, e as suas régulas de navegaçom. Ao deste prelado vêm-se acrescentar os documentos descobertos por Louis Bobe, dos anos 1520, 1521, 1528 e 1533, que se ocupam dos preparativos doutra expediçom de ajuda, que nunca pudo ser levada a termo[71].

A investigaçom actual, e os achados dos túmulos do assentamento Oriental assim o parecem confirmar[72], estima que as granjas gronelandesas nom devêrom de sobreviver muito tempo à mundança de século. Se isto é assim, quanto Olaus Magnus nos refere: troncos de árvores levados a Gronelândia polas correntes marinhas, violentos remoinhos, presença portuguesa, temporais e naufrágios, ou os seus desenhos com as tendas de verão dos gronelandeses, um esquimó disparando um arco, ou um home branco a luitar com um pigmeu, nunca poderám ser factos acontecidos quando já nom havia colonos naquelas terras, nem ser posteriores ao momento da perda de contactos com elas. Por força terám que ser anteriores a esse crítico momento.

Olaus Magnus está a oferecer-nos, com toda a probabilidade, informações relativas a tempos nom demasiado afastados do de Pining e Pothorst, sobre os que conseguiu juntar bastantes, ainda que um tanto discutíveis, testemumhos, como já tivemos ocasiom de ver.

G.3.3: JOHANNES SCOLVUS.

O globo terrestre do astrónomo e geógrafo holandês, Regnier Gemma Frisius, realizado no período 1536-1537, contém também vários topónimos portugueses ao oeste de Gronelândia. Ligeiramente mais ao oeste, mas na mesma latitude, mostra, assim mesmo, o seguinte texto:

> «Povos Quii aos que chegou o dinamarquês Johannes Scolvus arredor do ano 1476».

7. Snaefellsjökull contemplado desde o sudeste de Reykjavik, a capital da Islândia. Cento e vinte quilómetros separam a fantástica montanha do ponto de observaçom. Nom pode admirar, pois, que as naves que partiam para a Gronelândia -610 km em linha recta- pudessem contemplá-la até mais além da metade dessa distância. Mas, ao chegarem ali, podiam orientar-se já polas alturas próximas a Hvitserk, no oeste.

Um terceiro e importante dado apresenta-no-lo ao longo de um corredor marítimo que, polo sul de Gronelândia e dos territórios anteriormente indicados, une no referido globo o Atlântico com o Pacífico:

> «Estreito árctico ou dos Tres Irmãos, polo que os lusitanos se esforçárom em navegar para o Oriente e para os Indos e as Molucas»[73].

Lembremos que este globo é também cronologicamente anterior tanto às obras de Olaus, como à carta de Carstem Grypp. O seu conteúdo resulta, porém, absolutamente desconhecido para ambos.

O lugar em que Gemma Frisius situa a referida nomenclatura portuguesa é a área do que parecem ser os actuais Estreito de Davis, Baía de Baffin, e Estreito de Lancaster, ou, se mais que o seu impreciso desenho, preferimos a latitude que lhe aplica, o sul da ilha de Baffin. E, além da velada admiraçom com a que parece falar das tentativas portuguesas por atingir o caminho do oriente através destas paragens, é o primeiro em nos informar de que um dinamarquês, por nome Johannes Scolvus, chegou a travar contacto, arredor de 1476, com umha etnia, denominada «Quii», que habitava a margem setentrional desse entom nada mais que suposto passo.

Nom especifica, porém, se a presença lusitana pode ser coetánea com esta viagem de Scolvus.

No que si devemos de incidir e no facto de que, a julgar polo material que estamos a encontrar, segue a parecer que a primeira metade do século XVI chegou a dispor de mais informaçom do que pudesse parecer em relaçom com a presença portuguesa tanto na Gronelândia como mais alá dela.

A partir de Gemma Frigius, as referências sobre Scolvus multiplican-se, sem que todas pareçam proceder da mesma fonte, o que incrementa as suas possibilidades de verossimilhança.

Assim, o castelhano Francisco López de Gómara, que tivo contactos pessoais com Olaus Magnus e Saxo Gramáticus durante a sua estadia em Italia, diz-nos a este respeito na sua «La Istoria de las Indias y conquista de Mexico» (Zaragoza 1552):

> «Tambien an ido alla ombres de Noruega com el piloto Joan Scolvo. E ingleses com Sebastian Caboto»[74].
>
> «Bretones y daneses am ido tambien a los bacallaos. Y Jaques Cortier frances fue dos vezes con tres galeones. Una el anho de treinta y quatro. Y otra el de treinta y cinco»[75].
>
> «Agora ay mucha noticia, y experiencia, como se navega de Noruega hasta passar por debaxo el mismo norte y continuar la costa hazia el Sur: la vuelta de la China. Olao Godo me contava muchas cosas de aquella terra, y navegación»[76].

Evidentemente, Gómara conheceu tanto as «Décadas del Nuevo Mundo» de Pedro Mártir de Anglería, como as cartas de Pietro Pasqualigo. Mas os dados que da sua obra acabamos de reproduzir nom se encontram nestes autores[77], nem tampouco em Gemma Frisius. Utilizou, portanto, outras fontes hoje para nós desconhecidas.

1575: Documento inglês, possivelmente preparatório para a expediçom de Martin Frobisher do ano seguinte:

> «Mas para encontrar o caminho do Atlântico ao Pacífico há que navegar até 60 graus, quer dizer, do 66 ao 68. Esta passagem chama-se o Mar Estreito, ou Estreito dos Tres Irmãos, que quase nunca se gela em todo o ano a causa da rápida corrente que existe de mar a mar. Na banda norte desta passagem estivo o piloto dinamarquês John Scolus no ano 1476»[78].

1597: «Continens Indica», do cartógrafo holandês Cornelis Wytfliet:

> «A glória deste segundo descobrimento levou-na o polaco Johannes Scolvus, que renovou a presença ali no ano 1476, oitenta e seis depois desta primeira inspecçom. Logo de ter navegado mais alá de Noruega, Gronelândia, e Frislândia, adentrou-se neste estreito Boreal sob o Círculo Árctico, e chegou ao Lavrador e a esta terra de Estotilândia»[79].

1671: Georg Horn:

> «O polaco John Scolnus descobriu, sob o auspício de Christian I, rei de Dinamarca, o estreito de Anian e a terra do Lavrador no ano 1476»[80].

É muito possível que o «piloto» de López de Gomara, «pilotus» nos documentos latinos, fosse lido «polonus» —polaco—, na fonte utilizada por Wytfliet e Horn, enquanto que a consideraçom de dinamarquês que lhe concedem Gemma Frisius e o documento inglês de 1575, poda que nada mais que oculte a condiçom mais restritiva de norueguês por parte deste navegante. E ainda que a sua nacionalidade represente um aspecto secundário, convém nom esquecer que «skolp» quiçá seja umha alcunha alusiva a um habitante da ribeira norueguesa. Em tal caso, o seu nome poderia ter sido, Jon Skolp[81].

Há, de todas as maneiras, outras interpretações. Assim, para os investigadores polacos trata-se de Jan di Kolno[82], enquanto que Jon Duason e Tryggvi Oleson pensam que poderia ser o islandês Jon Skulason[83].

Ignoramos a que pode dever-se o silêncio que até 1537 parece ter existido acerca da figura deste explorador, o mesmo que a quê pode obedecer o facto de que a imprecisa data que acerca da sua viagem nos oferece Gemma Frisius, se convirta noutra já consolidada nos informantes posteriores. Desconhece-se assim mesmo se o auspício de Christian I e os descobrimentos do estreito de Anian e da terra do Lavrador, que lhe atribui a Skolvus som interpretações gratuitas de Georg Horn, ou baseiam-se em informes documentais precisos, já que este escreve quase douscentos anos depois dos acontecimentos.

G.3.4: A VIAGEM DE COLOM «ULTRA TILE»

> «Yo navegué el año de cuatrocientos setenta y siete, em el mes de Hebrero, ultra Tile, isla, cient leguas, cuya parte austral dista del equinocial setenta y tres grados, y no sesenta y tres, como algunos dizen, y no está dentro de la línea que incluye el Occidente, como dize Ptolomeo, sino mucho más occidental. Y a esta isla, que es tan grande como Inglaterra, van los ingleses con mercaderia, espeçcialmente los de Bristol, y al tiempo que yo a elha fue no

estaba congelado el mar, aunque avia grandísimas mareas, tanto que en algunas partes dos vezes al día subía veinte y cinco braças y desçendía otras tantas en altura»[84].

A cita pertence a umha carta que, em Janeiro do ano 1495, no decurso da sua segunda viagem, escreveu Cristovo Colom aos reis, Fernando e Isabel. O seu conteúdo, como pode ver-se, nom tem desperdício algum, e foi examinado com lupa por todos os historiadores e todos os biógrafos do Descobridor, ainda que as suas conclusões difiram abertamente. No ánimo de nom dilatar este trabalho entrando em matéria acerca de se o «Almirante de la Mar Océana» pudo ou nom ter realizado semelhante viagem, remetemos os interessados no tema ao nosso artigo sobre a mesma publicado no número 31 de *Agália*[85].

Agora vamo-nos centrar nada mais que numha das suas afirmações. A de que navegou mais alá da ilha de Tile, (Islândia), cem léguas, no mês de Fevereiro do ano 1477.

Podemos complementar o dado dizendo que, se a expressom «ultra» foi utilizada por Colom no seu correcto sentido de «além de», ou «mais alá de», e o que diz a continuaçom nom é fruto de algum dos seus muitos erros de cálculo e mediçom, nem alterou tampouco deliberadamente, por qualquer especial motivo, a distância, com essas cem léguas —590 quilómetros— com as que assegura ter ultrapassado Islândia, pudo chegar à ilha Jan Mayen, situada ao nordeste da mesma. Um lugar tam inóspito que resulta bastante difícil imaginar que se lhe poderia ter perdido nele. Pudo ter atingido também qualquer ponto da costa de Gronelândia entre a Baía de Scoresby, situada no paralelo 70° 20', e a área Kulusuk-Angmagsaliq, no 65° 35', que tam bem conhecemos já.

Mas o futuro Almirante, tanto no caso de que tivesse realizado esta viagem, como no de se estar a apropriar de feitos protagonizados por outro, nom cabe a menor dúvida de que pudo ser também o responsável pola difusom dos assombrosos informes sobre estes lugares e a presença portuguesa neles que, segundo acabamos de ver, conheceu a cartografia do século XVI.

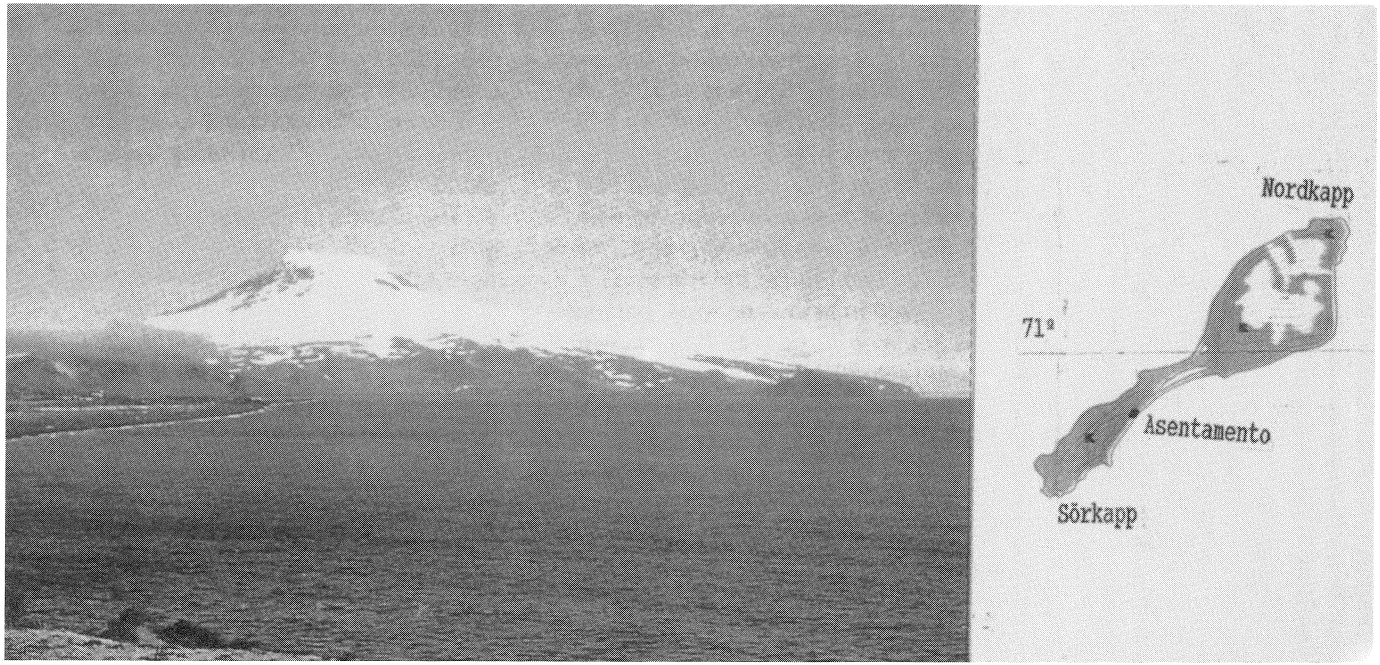
H. CONCLUSÕES

Do até aqui considerado, cremos poder tirar a certeza de:

—Que quanto o burgomestre Carsten Gryp lhe comunica ao rei Christian III na sua carta de 3 de Março de 1551, tomado ao parecer integramente das referências que acompanhavam os mapas editados aquele mesmo ano em Paris, aos que, de algum jeito tivo aquele acesso, é autêntico e comprovável.

—Que a possibilidade da viagem de Pining e Pothorst, da que nos dá conta, descansa na credibilidade que se lhes poda conceder a Carsten Grypp e aos mapas por ele mencionados, fidedignos em todo o demais, mas também na existência de toda umha data de indícios, que, tomados em conjunto resultam dificilmente rejeitáveis.

Em semelhante contingência pensávamos quando nos referíamos à presença do Mar dos Sargaços num atlas do ano 1436, autenticamente inexplicável se nom



8. Jan Mayer, a 550 km de distância do nordeste da Islândia, contemplada pola sua beira sudoriental. A imagem foi tomada do promontório situado a sul do assentamento. Ao fundo, Beerenberg, o principal dos seus vulcães, ainda activos, que atingem umha altura de 2.277 m. O mar que rodeia este território, com um comprimento de 54 km e umha largura média de quase 6 km, está gelado durante umha boa parte do ano. A riqueza desta solitária ilha consiste em nada mais que aves estacionais e algúns raposos árcticos. Muito difícil é que Colom pudesse ter-se referido a ela na sua discutida carta.

se aceita que, de jeito fortuíto ou deliberado, chegou antes alguém a ele, ainda que nom contemos com documentaçom que assim o demonstre.

Como consequência, ainda com toda a classe de reservas, formulamos como remate as seguintes conclusões:

1ª) A colaboraçom entre Dinamarca e Portugal muito bem pudo representar a contribuiçom por parte dos escandinavos de barcos e marinhagem experimentada, e pola dos portugueses o financiamento económico da empresa, além da presença de observadores. Christian I passou à historia como modelo de jerarca incapaz de administrar os seus recursos.

2ª) A expediçom de João Vaz Corte Real, se realmente foi levada a termo, deve ser situada nom muito antes do ano 1474, data em que foi recompensado por ela, quiçá em 1473, ou 1472. As possibilidades de que se trate da mesma que a de Pining e Pothors som muito escassas, já que o período indicado coincide com o imediatamente posterior à decisiva derrota de Chistian I frente aos Suecos, nas aforas de Estocolmo, na que resultou malferido[86], assim como com os protestos nas cortes portuguesas pola política de arrendar os benefícios das explorações marítimas ao melhor postor[87].

3ª) O melhor momento para que ambos os países pudessem programar a sua colaboraçom parece ser o ano 1474, em que Christian IV fizo umha fastuosa peregrinagem a Roma[88], e o príncipe João —mais tarde João II— tomou definitivamente o controlo das empresas ultramarinas. No mês de Agosto cancela-lhe o contrato das mesmas a Fernão Gomes e promulga simultaneamente a Lei Reguladora do Comércio Africano[89]. Acontecia isto imediatamente depois de chegar a Lisboa umha carta de Paolo dal Pozo Toscanelli sugerindo a possibilidade de atingir a Índia polo Oeste[90].

4ª) A expediçom, porém, deveu de se demorar devido ao enfrentamento entre Castela e Portugal a causa dos direitos de D. Juana «La Beltraneja», começado a finais do mesmo ano, que terminou com o retorno do exército português em Junho de 1476, e a imediata viagem de Afonso V à França. Os ataques das naves castelhanas ao comércio africano português, que se alongárom até 1480[91], pudérom ser outro determinante para a procura desta rota do noroeste.

5ª) Em consequência, parece um tanto fácil considerar como possível data para a expediçom que nos ocupa o ano 1477, quando o príncipe João, além das descobertas, se estava a ocupar «de facto» do governo, devido ao quase ano e meio de ausência do seu pai Afonso V[92].

6ª) Esta data coincide com a da controversa viagem de Cristóvao Colom e, por aproximaçom, também com a que em 1536-7 lhe outorga o globo de Gemma Frisius à do piloto Joannes Scolvus: «Quij populi, ad quos Joannes Scoluus peruenit CIRCA ANNUM 1476»[93].

7ª) Cabe também que esse CIRCA ANNUM, «arredor do ano», o convertessem os autores posteriores em nada mais que ANNUN, já que todos eles situam no 1476. A existência de duas expedições tam próximas parece um tanto improvável, já que, dada a pouco favorável situaçom pós-bélica de

Portugal na segunda metade desse ano, a de 1476 teria que ter corrido a cargo nada mais que de Christian I.

8ª) Quanto ao que Cristóvao Colom lhe comunicou aos Reis, pudo ter sido tomado de ouvidas. Ninguém que tenha estado realmente em Islândia pode assegurar a existência ali de marés de vinte e cinco braças -uns 14,5 metros, segundo a medida genovesa-, já que a sua oscilaçom média é na actualidade duns 3,8 metros, com umha máxima de 4,63 metros[94], sem que se tenha conhecimento que sofresse umha variaçom mensurável nos últimos séculos.

Marés da entidade que refere dam-se nada mais que nalguns pontos do Canadá situados entre Nova Escócia -ao sudeste de Terra Nova- e o Estreito de Hudson[95], imediato à ilha de Baffin. Quiçá nom se trate dumha casualidade que este seja o lugar a que o globo de Gemma Frisius fai chegar o piloto Johannes Scolvus e às naves portuguesas (Vide apartado G.3.3).

9ª) Gemma Frisius pudo conceder-lhe o protagonismo da expediçom ao piloto Johannes Scolvus, silenciando Pining e Pothorst, os seus comandantes, a causa de certo folheto hanseático que, pouco antes e com intenções exemplarizantes, se ocupou do terrível fim sofrido por diversos piratas, entre os que incluía Pining e Pothorst. Tal informaçom parece ter sido utilizada imediatamente tanto polo erudito dinamarquês Povl Helgesen na sua «Den Skibyske Kronike»[96], como polo próprio Olaus Magnus.

Assim, pois, parece que a carta Carsten Grypp documenta a existência real de umha expediçom dano-portuguesa, comandada por Didrik Pining e Hans Pothorst, da que Johannes Scolvus foi piloto, que, à procura dum passo para a Índia, ultrapassou Gronelândia, e quiçá também a ilha de Baffin. Assim mesmo parece que Cristóvao Colom tivo conhecimento dela, ainda que seja difícil admitir a sua participaçom na mesma.

NOTAS

(1) NOTA IMPORTANTE:

No apartado C da nossa primeira entrega escapou-se-nos todo um parágrafo, cujo conteúdo afecta a conclusom que ali se fazia. Para salvar o dislate rogamos-vos substituais a última locuçom do mesmo, a que começa: «Assim, pois,»... pola que segue:

> «Ainda com todas estas analogias, existe em contra umha circunstância ao nosso jeito de ver insalvável: os mapas de Gourmontium desconhecem tanto a expediçom de Pining e Pothorst como a ubicaçom de Hvitserk. Como consequência, temos de concluir que, ainda que pudesse haver mais folhas da obra deste cartógrafo, nom pudérom ser estas as que informárom a Carsten Grypp acerca de ambas as questões, já que muito dificilmente poderia nengumha delas contradizer o que se referem os dous mapas que de Gourmontium se conservam».

(2) LAGERQVIST, Lars: KINGS AND RULERS OF SWEDEN. Vincent Publications. Stockholm, 1995, pág. 30.

(3) SERRAO, Joel: obra citada, Tomo I, página 42.

(4) LARSEN, Sofus: obra citada, págs. 17-21.

(5) ANNA, Luigi de: LE ISOLE PERDUTE E LE ISOLE RITROVATE. Universita di Turku (Finland). Turku 1993, págs. 122-3.

—HERRMANN, Paul: LA AVENTURA DE LOS PRIMEROS DESCUBRIMIENTOS. Ed. Labor. Barcelona 1957, pág. 350.

(6) GAD, Finn: HANS POTHORST, em DANSK BIOGRAFISK LEKSICON. 3ª ediçom. Tomo XI. Gyldendal, s/ano, pág. 459. Este autor analisa bibliografia até 1978.

(7) GAD, Finn: HANS POTHORST, em DANSK BIOGRAFISK LEKSICON. 3ª ediçom. Tomo XI. Gyldendal, s/ano, pág. 459. Este autor analisa bibliografia até 1978.

(8) ANNA, Luigi de: LE ISOLE PERDUTE E LE ISOLE RITROVATE. Universita di Turku (Finland). Turku 1993, págs. 122-3.

—HERRMANN, Paul: LA AVENTURA DE LOS PRIMEROS DESCUBRIMIENTOS. Ed. Labor. Barcelona 1957, pág. 350.

(9) GAD, Finn: HANS POTHORST, em DANSK BIOGRAFISK LEKSICON. 3ª ediçom. Tomo XI. Gyldendal, s/ano, pág. 459. Este autor analisa bibliografia até 1978.

(10) BIRKET-SMITH, Kaj: DIDERIK PINING, em DANSK BIOGRAFISK LEKSION. 3ª ediçom. Tomo XI. Gyldendal, s/ ano, pág. 381. A bibliografia por ele consultada chega até 1971. Assim mesmo, em carta de 12 de Março de 1993, Sigurdur Hjartarson, professor da Universidade de Rejkiavik, confirma-me que Pining fora «governador em Islândia entre 1478 e 1490». Jan M. Solstad, do Departamento de Fomento (Naeringsetaten) da vila de Vardö, confirma-me assim mesmo no 4/12/1996 esta data, pontualizando além disso que Pining fora «Lensherre», chefe da área Vardö e Finmark, ou seja, governador do condado, e que nom existe informaçom referente a que o fosse durante nengum ano mais. O «Lensherre» passou a denominar-se «Amtmann», a partir do século XVII. GISLASON, Vilhjálmur: BESSASTADIR. Bókaútgáfan Nordri. Akureyri, 1947, págs. 33 a 36.

(11) BOBE, Lois, obra citada, página 306.

(12) THORSTEINSSON, Björnr, obra citada, passim. Id. id. «Henry VII and Iceland», em «Saga-Book», XV, 1957-9, páginas 67 a 101.

(13) Informaçom facilitada também por Sigurdur Hjartarson, tomada do «Diplomatyarium Islandicum» XVI, nr. 220).

(14) MAGNUS, Sofus: HISTORIA, VII, 23, em LARSEN, Sofus, obra citada, páginas 81 e 82.

(15) LARSEN, Sofus, obra citada, página 80. Sobre a existência de ambos os decretos, veja-se: BOBE, Luís, obra citada, página 306, nota (1).

(16) PURCHAS, Samuel: HAKLUTUS POSTUMUS, OR PURCHAS, HIS PILGRIMES, CONTAINING A HISTORY OF THE WORLD IN SEA VOYAGES AND LAND TRAVELLS BY ENGLIMSHMEN AND OTHERS. Glasgow 1906, tomo XIII, em THORSTEINSSON, Björnr, obra citada, páginas 294 a 299. A obra tinha 4 volumes na ediçom original, e 20 volumes na reediçom de Glasgow em 1905-7. Com anterioridade, em 1613, escrevera «PURCHAS, HIS PILGRIMAGE, OR RELATION OF THE WORLD, AND THE RELIGIONS OBSERVED IN ALL AGES», editada pola primeira vez quase douscentos anos depois, umha obra que se converteu na leitura favorita do escritor e erudito inglês Samuel Taylor Coleridge. LARSEN, Sofus, obra citada, página 59. STEOFF, Rebeca, obra citada, página 144.

(17) LARSEN, Sofus, obra citada, pág. 28. Tomado da segunda ediçom da sua obra sobre as gentes do norte: BJORNBO, A.A. e PETERSEN, C.S.: «Der Däne Claudius Claussön Swart», Innsbruk 1909. PETERSEN, Carl S.: CLAUDIUS CLAVUS, em «Dansk Biografisk Leksikon». Gyldendal. Tomo III, págs. 437-8. Utiliza bibliografia até 1971.

(18) JONES, Gwyn: EL PRIMER DESCUBRIMIENTO DE AMERICA, Libros Tau. Barcelona, 1965, páginas 107-111. THORSTEINSSON, Björn, obra citada, pág. 275.

(19) Vid. nota 10.

(20) THORSTEINSSON, Björn: ISLANDS OG GROENLANDSSIGLINGAR ENGLEDINGA A 15 OLD OG FUNDUR NORDUR-AMERIKU. Bókasain. Menntaskólans vid Hamrahlid. 1965, pág. 70. O autor nom indica, porém, a fonte desta informaçom.

(21) Vid. nota 10.

(22) MAGNUS, Sofus: Historia II, 10, em LARSEN. Sofus, obra citada, página 57. THORSTEINSSON, Björn: HELZTU HEIMILDIR UM LANDKONNUDINN DIDRIK PINING, pág. 295.

(23) BOBE, Louis: AKTSTYKKER TIL OPLUSNING OM GRONLANDS BESEJLIN, em «Danske Magazin», Quinta Parte, Tomo Sexto, 1909, pág. 306.

(24) LANDSTRÖM, Björnr, na página 207 da sua EN BUSCA DE LAS INDIAS, editorial Juventud, Barcelona 1971, sustenta que esta rocha aparece já no mapa de Claudius Clavus de 1427.

(25) LARSEN, Sofus: obra citada, páginas 64 a 66.

(26) LARSEN, Sofus: obra citada, páginas 64 a 66.

(27) LARSEN, Sofus: obra citada, página, 60.

(28) THORSTEINSSON, Björn: HELZTU HEIMILDIR..., pág. 295. MAGNUS, Olaus: HISTORIA, II, 11, em LARSEN, Sofus, obra citada, página 56.

(29) LARSEN, Sofus, obra citada, páginas 34 e 56-60. KARROW, Robert W: MAPMAKERS OF THE SIXTEENTH CENTURY AND THEIR MAPS. Speculum Orbis Press. Chicago, 1993, páginas 363-64. MAGNUS, Olaus: HISTORIA, II, 9, em LARSEN, Sofus, obra citada, página 60.

(30) MAGNUS, Olaus: HISTORIA, II, 11, em LARSEN, Sofus, pág. 40.

(31) MAGNUS, Olaus: HISTORIA, II, 9, em LARSEN, Sofus, pág. 54.

(32) THORSTEINSSON, Björn: HELZTU HEIMILDIR..., pág. 297.

(33) LARSEN, Sofus, obra citada, páginas, 34, 54-57, e 60.

(34) ZIEGLER, Jacob: SCHONDIA, fol XCII, em LARSEN, Sofus, obra citada, pág. 69.

(35) BOBE, Louis: AKTSTYKKER..., página 305. LARSEN, Sofus, obra citada, página, 65. KARROW, Robert W, obra citada, página 609.

(36) O «Jökll» -glaciar- que figura na «Carta Marina» poderia, porém, referir-se ao Snaefellsjökull, o mesmo que o «Hekelfol promontorium» do mapa de Ziegler: LARSEN, Sofus, obra citada, páginas 36-55 e 71.

(37) LARSEN, Sofus, obra citada, páginas, 64, 67-70.

(38) LARSEN, Sofus, obra citada, páginas, 50-53-55.

(39) HOL, G, & GARDE V: «Den Danske Konebaads-Expedition», 1887, pág. 226, e, AHLENIUS, K.: «Olaus Magnus», Uppsala, 1865, p. 152, em LARSEN, Sofus, obra citada, páginas 49-56. GRONDLANDS OSTKYST. CAP TYCHO BRAHE-CAP DAN. Kort & Matrikelstryrelsen. Danmark 1996. 2310. Escala 1:80.000.

(40) Vid. a nota anterior.

(41) WAHLGREN, Erik: LOS VIKINGOS EN AMERICA. Ed. Destino. Barcelona 1990. página, 25. STRAHLER, Arthur, obra citada, página 384, figura 21.36. BUCKLAND, P.C. e outros: BIOARCHAEOLOGICAL AND CLIMATOLOGICAL EVIDENCE FOR THE FATE OF NORSE FARMERS IN MEDIEVAL GREENLAND, em «Antiquity 70», 1996, páginas 88 a 96. ANNA, Luigi, obra citada, página, 12. JONES, Gwyn, obra citada, páginas 87, 89 e 90. PETTERSEN, Franck, em EARTH SCIENCE, publicaçom do Tromsö Museum (Noruega), 1994, página 14 oferece umha tabela das variações climáticas dos últimos 2000 anos, comparada com a variaçom da actividade solar no mesmo período. HALD, Morten, em EARTH SCIENCE, citada, páginas 26 a 34.

(42) Segundo investigações do explorador dinamarquês Thorkel Mathiassen. HERRMANN, Paul, obra citada página 298.

(43) JONES, Gwyn, obra citada, páginas 93 e 302. HERRMANN, Paul, obra citada, mapa página 273. HAYWOOD, John: HISTORICAL ATLAS OF THE VIKINGS. Penguin Books. Bath, 1995, pág. 97. WAHLGREN, Erik: LOS VIKINGOS EN AMERICA. Ed. Destino. Barcelona 1990. página, 16.

(44) LARSEN, Sofus, obra citada, páginas 55-57. SKAVHAUG, Kjersti: AU CAP NORD. Nordkapplitteratur. Honningsvag 1990, página 29.

(45) MAGNUS, Olaus: HISTORIA, II, 10, em LARSEN, Sofus, pág. 57.

(46) LARSEN, Sofus, obra citada, página 58.

(47) LARSEN, Sofus, obra citada, págs. 41-42.

(48) CORTESAO, Jaime: obra citada, pág. 303. PEREZ, Damiao: obra citada, pág. 39. SERRAO, Joel: obra citada, vol III, páginas 126-27: Conserva-se vertido ao latim por Martin Behaim, a partir do relato oral do próprio Diogo Gomes, no «Manuscrito Valentim Fernandes» da Bayerische Staats-Bibliothek de Munich.

(49) THORSTEINSSON, Björn: ENSKA OLDIN..., pág. 270. O testemunho de ter sido induzido por Erik, está recolhido por Sofus Larsen, na página 27 da sua obra.

(50) A obra corresponde-se com os muitos «Livros de Maravilhas» que entom aparecêrom, e aparece reflectida com diferentes nomes nas bibliotecas portuguesas do século XV. Veja-se ALBURQUERQUE, Luís de: INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. Pub. Europa-América. Mira-Sintra 1989. 4ª edição, págs. 133 a 143.

(51) LARSEN, Sofus, obra citada, página 25.

(52) LARSEN, Sofus: Obra citada, página 41. THORSTEINSSON, Bjorn: ENSKA OLDIN I SOGU ISLEDINGA. Reikjavic 1970, pág. 294.

(53) BOBE, Louis: AKTSTYKKER TIL OPLUSNING OM GRONLANDS BESEJLIN, em «Danske Magazin», Quinta Parte, Tomo Sexto, 1909, pág. 306.

(54) CORTESÃO, Jaime: obra citada, Tomos II-III, págs. 300 e 663-4.

(55) SOFUS LARSEN, obra citada, pág. 98. Martin Behaim refere-se aqui, evidentemente, à Alemanha donde era oriundo.

(56) LARSEN, Sofus: obra citada, página 97.

(57) PERES, Damiao: obra citada, pág. 172.

(58) LARSEN, Sofus: obra citada, pág. 97.

(59) SERRAO, Joel: obra citada, vol. II, pág. 556-7

(60) LARSEN, Sofus: obra citada, pág. 88. PEREZ, Damiao: obra citada, pág. 171.

(61) PEREZ, Damiao: obra citada, pág. 173. LARSEN, Sofus: obra citada, pág. 89. SERRAO, Joel: obra citada, vol. III, pág. 83.

(62) Esta controvérsia pode-se seguir em: PEREZ, Damiao: obra citada, páginas 171 a 176. LARSEN, Sofus: obra citada, págs. 87 a 112.

(63) LARSEN, Sofus: obra citada, pág. 96. Atlas publicado por Kretschmer.

(64) LARSEN, Sofus: ibidem. PEREZ, Damiao: obra citada, página 177.

(65) STEOFF, Rebeca, obra citada, página 74. PINHEIRO MARQUES, Alfredo: A CARTOGRAFIA DOS DESCOBRIMENTOS. Edição, Elo, 1994, pág. 49.

(66) PEREZ, Damiao: obra citada, pág. 351.

(67) Cópia Facsimilar do Planisfério Cantino facilitada polo Museu da Marinha, Lisboa. SERRAO, Joel: obra citada. Vol III, pág. 163. O rei Dom Manuel I sucedeu a João II o 27 de Outubro de 1495, permanecendo no trono até a sua morte, em 1521.

(68) LARSEN, Sofus: obra citada, pág. 47.

(69) LARSEN, Sofus: obra citada, páginas 41-44.

(70) LARSEN, Sofus: obra citada, pág. 44. SERRAO, Joel: obra citada, Vol III, págs. 123-5.

(71) Danske Magazin. Quinta Parte. Tomo Sexto. Det Kongelige Danske Selskab. Copenhague 1909, págs. 303-309.

(72) JONES, Gwyn: EL PRIMER DESCUBRIMIENTO DE AMERICA, Libros Tau. Barcelona, 1965, páginas 107-111. THORSTEINSSON, Björn, obra citada, pág. 275.

(73) LARSEN, Sofus: obra citada, pág. 111.

(74) Fl. XX, e, Fl. VII, em LARSEN, Sofus: obra citada, pág. 103. Veja-se: MARTIR DE ANGLERIA, Pedro: «Décadas del Nuevo Mundo». Ediciones Polifemo. Madrid 1989.

(75) Vid. nota anterior.

(76) Vid. nota anterior.

(77) Vid. nota anterior.

(78) Informe localizado por Fridtjof Nansen: LARSEN, Sofus: obra citada, pág. 106.

(79) A primeira descoberta atribuía-lha Wyfliet à nunca demonstrada navegaçom dos irmãos Zeno do ano 1388, um relatório construído sobre factos reais, ainda que traslocados. Frobisher, seguindo os seus informes conseguiu chegar à baía do seu nome, na actual ilha de Baffin. PARIAS, L.H.: HISTORIA UNIVERSAL DE LAS EXPLORACIONES. Espasa Calpe. Madrid 1968, II tomo, páginas 374 e segs.

(80 «Ulyssea vise studiosus peregrinans», publicada em Lugduni Batavorum, 1671 pág. 335: LARSEN, Sofus, obra citada, páginas 106-108.

(81) LARSEN, Sofus: obra citada, pág. 105.

(82) ANNA, Luigi de: obra citada, pág. 30, tomado de S.E. Morison: STORIA DELLA SCOPERTA DELL'AMERICA. Milano 1976.

(83) THORSTEISSON, Bjorn: ISLANDS OG..., obra citada, pág. 51.

(84) VARELA, Consuelo: CRISTOBAL COLON. TEXTOS Y DOCUMENTOS COMPLETOS. Alianza Editorial. Madrid 1989, 2ª reimpressom, págs. 166-7, COLON, Hernando: HISTORIA DEL ALMIRANTE. Historia-16. Edic. Luís Arranz. Madrid 1985. 3ª edic. pág. 56-57. PHILIPPOT ABELEDO, Alfonso: LA IDENTIDAD DE CRISTOBAL COLON. Ponte Vedra, 1992, 2ª ed. págs. 17 e 22.

(85) O DESCOBRIDOR QUE CHEGOU DO FRIO. A VIAGEM DE CRISTÓVAO COLOMBO A THULE. Págs. 323 a 350, *Agália* núm. 31, Outono 1992.

(86) LAURING, Palle: obra citada, pág. 115.

(87) MATTOSO, José: HISTÓRIA DE PORTUGAL. Ed. Estampa 1993. Vol. 2, pág. 506.

(88) VÁRIOS: HISTORIA DE LA IGLESIA CATOLICA. BAC. Madrid 1967. Vol. III, 2ª Ed. pág. 411. LAGERQVIST, Lars: obra citada, pág. 31.

(89) CORTESAO, Jaime: obra citada, págs. 485, 493-3.

(90) SERRAO, Joel: obra citada, tomo VI, págs. 182-3.

(91) CORTESAO, Jaime: obra citada, págs. 549-59. PERES, Damiao: obra citada, págs. 194-5.

(92) SERRAO, Joel: obra citada, Tomo I, págs. 42-44. Tomo III, pág. 387.

(93) LARSEN, Sofus: obra citada, pág. 105.

(94) ALMANAQUE PARA ISLANDIA, 1991 e 1992. Universidade de Islândia. Dados facilitados com a data de 12/03/1993 polo professor Sigurdur Hjartarson. THORSTEINSSON, Bjorn: ISLAND OG NYI HERMURINN, em SAGA ISLANDS. Hid Islenzka Bokmenntafelag. Reikjavic 1990, págs. 7-8.

(95) VARIOS: PLANETA TIERRA. Círculo Lectores. Barcelona 1978, Vol. VIII, pág. 26. VARIOS: LIBRO GUINNESS DE LOS RECORDS. Maeva. Estella 1987, pág. 59. Referimo-nos, claro é, nada mais que às existentes na área de que o Almirante se está a ocupar. Marés de parecida magnitude atingem-se também em lugares como a ria de Bristol, monte Saint Michel, golfos de Omám e Bengala, Panamá, ou o estreito de Magalhães.

(96) MONUMENTA HISTORIAE DANICA, I, 1873, pág. 28, em LARSEN, Sofus, obra citada, págs. 41-42. THORSTEINSSON, Bjorn: HELZTU HEIMILDIR..., citada, pág. 294: A crónica de Povl Helguesen, realizada em 1530-34, recolhe informes do período 1046 a 1534. Segundo ela Pining, Pothorst, e outros sete piratas fôrom «mortos polos seus marinheiros, pendurados do patíbulo, ou afogados nas ondas do mar». Vinte e oito anos mais tarde, Hans Henriksen, repetia o mesmo na sua crónica «Udtog og Fortsaettelser».

A reforma do Hino Galego: um passo atrás?

Dores CHICOTE
(Corunha)

1. "OS PINHEIROS", EMBLEMA DO POVO GALEGO

1.0. Introdução.

O breviário que vou comentar, *De Breogán aos Pinos* (Ferreiro, 1997), propõe "a restauración do texto orixinal do Himno". Distinguem-se nesse trabalho dous aspectos funcionais nitidamente diferenciados.

Por um lado, está o labor filológico de recopilação e cotejo de diversas versões de um texto literário, dando luz sobre o seu processo de elaboração e modificações posteriores, efeito da sua transmissão e difusão.

Por outro, perfilha-se, não só na intenção do Autor mas também no 'Prólogo' de Maria Pilar Garcia Negro, uma "restauración" de tão emblemático texto. Segundo informa a deputada Garcia Negro, existe um processo institucional para "a restauración conveniente da letra do Himno", a que ela adere de maneira decidida: "Agardemos que, nun breve prazo, o Parlamento Galego dé cabo aos seus traballos e consolide a necesária revisión da letra do Himno Galego". Fechando os olhos à ausência de instituições nacionais galegas legitimadas para desempenharem o papel que Garcia Negro confia a essa instituição espanhola, desde a sua criação e qualidade até à sua limitação e obediência hierárquica.

Não entrarei no trabalho filológico de pesquisa textual, que acho sério e meritório. O meu intuito é reflectir e analisar a modificação do texto proposta, que ultrapassa obviamente a mera edição de um poema, tendo repercussões políticas de transcendência.

1.1. Polissemia histórico-ideológica.

"Os Pinheiros", hoje, são mais do que uma composição da autoria de Eduardo Pondal. Têm-se convertido num emblema da Galiza, através de um processo (que vai além da pena do bardo e das gestões de José Fontenla Leal) complexo e indissociável da progressiva tomada de consciência nacional.

A pluralidade de ideias é positiva. A evolução ideológica do Galeguismo ao longo de mais de cento e cinquenta anos é natural e inegável. Assim, o significado, o valor atribuído aos versos do Hino, diverge indubitavelmente conforme nos trasladem os nos paradigmas temporal e ideológico. A mesma literalidade será interpretada de jeito diferente, sem ir mais longe, por um Fraga Iribarne e por um Beiras Torrado. Escrevia Pondal aquando da primeira redacção do Hino:

> *Excuso advertir a V. que estas estrofas aspiran solo a despertar en nuestros paisanos las nobles ideas de un bien entendido regionalismo; pero de ningún modo a promover el separatismo; pues que soy acérrimo partidario de unidad e integridad de nuestra noble y gloriosa España.*

'Excusatio non petita, accusatio manifesta' reza a máxima latina... Em qualquer caso, quem perceberia actualmente (1998) nos versos do Hino tal espírito (de 1890 e hoje ultrapassado)? Eis como para o mesmo texto, para os mesmos significantes, cabem interpretações diversas.

1.2. Popularização e polimorfismo.

Os poemas e os textos literários costumam ser polissémicos. Quando se trata de obras vivas, pertencentes a um povo e a uma tradição, com frequência apresentam também polimorfismo. Este é o caso de certas estórias, certos contos, certas poesias, coplas, cantares... e também do nosso Hino Nacional.

Não deve surpreender que se tenham produzido algumas alterações na sua textualidade: pois elas são o efeito da sua transmissão. Nem sequer me parecem intrinsecamente condenáveis. Um texto que deve pertencer à tradição popular está sujeito a modificações, ao sabor da época, das mentalidades, das ideologias, das estratégias, dos sentimentos, das conjunturas... numa palavra, do evoluir social.

Em suma, não é possível nem conveniente esclerosar um texto da natureza do nosso Hino, nem nos seus significados nem nos seus significantes. Tentar reduzi-lo à sua pureza primigénia, fixá-lo na sua versão inicial é como querer cortar-lhe as asas que, como escudo da Galiza, felizmente ganhou. Pelo patriotismo que encerram, *Os Pinheiros* valeram, valem e hão-de valer como estandarte animoso dos defensores da Galiza, outrora, hoje e, decerto, durante muito tempo mais. Mas não foi nem provavelmente será com idêntica interpretação e exacta literalidade, pois a sociedade e o pensamento evoluem e, assim, o Hino da nossa comunidade e das nossas ideias. É a sorte das tradições vivas.

1.3. Mas de que género pode ser essa evolução?

Ferreiro e Garcia Negro propugnam uma "restauración" que pretende ser purista, de "fonte limpa", em palavras de Garcia Negro (1997: 6).

A meu ver, é preciso distinguir estudo histórico (referente ao passado) e prática política (virada para o futuro). Um sinal de identificação política não pode construir-se arqueologicamente. Devemos conhecer a nossa História fiéis à máxima objectividade, mas isso não significa que devamos reproduzir no presente atitudes ou práticas de outros momentos históricos. A génese e composição do texto original interessam para a História, mas não necessariamente para a finalidade sociopolítica que o Hino tem aqui e agora. Portanto, serão modificações boas para o presente aquelas que beneficiem esta segunda perspectiva.

2. ALGUMAS CRÍTICAS ÀS PROPOSTAS DE REVISÃO

2.0. Tipos de correcções.

As correcções filológicas de Ferreiro podem classificar-se em três tipos: restituições lexicais e sintácticas (a seguir analisadas no ponto 5.1), oposição à actualização linguística (ponto 5.2) e «modernização» ortográfica (ponto 5.3).

Não compreendo o critério seguido, que procura respeitar todas as variantes morfológicas e lexicais atribuídas a Pondal, mas não as ortográficas; é que a ortografia não faz parte do texto escrito? Na minha opinião, se o escopo for editar com a máxima aproximação aos originais, empregue-se antes o fac-símile.

2.1. Léxico e sintaxe.

As reposições lexicais e sintácticas propostas têm por objectivo a maior fidelidade possível ao texto do Certame Musical de 1890. Mas algumas mudam o sentido do texto nas versões modernas em curso. Examinarei criticamente as principais reposições:

2.1.1. Na estrofe VI, propõe-se o troco de "bem" por "vem" (do verbo *ver*). Assim, "os eidos bem antigos" passaria a "os eidos vem ('vêem'), antigos". Acho oportuna e compreensível a transformação popular para "bem", pois faz mais sentido. Ao dizer-se "os eidos bem antigos", reforça-se a exortação ('tende os braços amigos à Lusitânia') com uma alegação positiva a um tempo pretérito que se quer mitificar. Como também se reforça no verso seguinte, "com um pungente afã". Para no futuro cumprir "as vaguidades [...] duns mágicos destinos", interpretáveis como anelos nacionais que não se definem concretamente (o que contribui para a polissemia acima referida e, em definitivo, permite a perpetuação da obra com validade simbólico-ideológica ao longo da História).

Parece-me, portanto, preferível "bem" com *b*:

À nobre Lusitânia
os braços tende amigos,
[que] aos eidos bem antigos,
com um pungente afã

Admitindo "bem", é preciso, por coerência sintáctica e seguindo as versões em curso desde há décadas, suprimir o "que" prévio a "os eidos" da edição do Certame Musical:

À nobre Lusitânia
os braços tende amigos,
aos eidos bem antigos,
com um pungente afã,
e cumpre as vaguidades
dos teus soantes pinos
duns mágicos destinos,
ó grei de Breogão!

Deve advertir-se que Ferreiro também não consegue conservar intacta a estrofe em que se baseia, pois muda "ós éidos" (= 'aos eidos'), complemento directo com preposição, em "os eidos", sujeito do tal verbo 'ver'. Ou seja, suprime a preposição *a*. Explico-o no ponto 2.3.8.

2.1.2. Nos versos 53-54, propõe-se "e, alô nos seus garridos justilhos mal constreitos" em vez da versão corrente "que alô...". O *que* entende-se como desiderativo:

que alô nos seus garridos
justilhos, mal constreitos,
os doces e alvos peitos
das filhas de Breogão,
que à nobre prole ensinem
fortíssimos acentos

Com *e*, cabe a mesma leitura (início de frase desiderativa, após pausa) ou então interpretá-lo como continuação da frase anterior (complemento directo do verbo anterior), assim: *"Amor da terra verde* [...] *acende a raça briosa de Ousinde e de Frojão e* [...] *os doces e alvos peitos das filhas de Breogão"*, talvez interpretação mais machista.

2.1.3. Na estrofe IX, propõe-se "qual quem" em vez de "qualquer":

Estima não se alcança
c'um vil gemido brando,
qual quem requer rogando
com voz que esquecerão,
mas c'um rumor gigante,
sublime e parecido
ao intrépido sonido
das armas de Breogão!

Ao passo que com "qualquer" é necessário um inciso:

Estima não se alcança
c'um vil gemido brando
(qualquer requer rogando
com voz que esquecerão!),
mas c'um rumor gigante, etc.

A reposição de "qual quem" representa uma mudança semântica pouco significativa. De um ponto de vista retórico, cabe preferir o mais rotundo e claro "qualquer".

2.1.4. No verso 12, propõe-se "clã" em vez do termo mais popular "chão":

Do teu verdor cingido
e de benignos astros,
confim dos verdes castros
e valeroso clã / chão,
não dês a esquecimento
da injúria o rudo encono,
desperta do teu sono
fogar de Breogão!

2.1.5. No verso 21, propõe-se "sós" (adjectivo) em vez de "só" (advérbio) e, no 22, "férridos" em vez de "féridos", embora também fosse possível o termo mais comum "feridos":

Os bons e generosos
a nossa voz entendem
e com arroubo atendem
o nosso rouco som,
mas sós / só os ignorantes
e férridos / féridos / feridos e duros,
imbecis e escuros,
não nos entendem, não.

Neste último verso, Ferreiro prefere "não os entendem, não". Mas, enquanto o referente de *nos* é muito claro ('não nos entendem a nós'), o referente de *os* é difícil de reconhecer e menos directo ('não entendem a nossa voz e o nosso rouco som'). Confira-se a versão pondaliana: "no-nos entenden, non", onde o *nos* evoca no receptor, mesmo que seja uma intelecção inexacta, a primeira pessoa do plural.

2.2. Actualização linguística.

Julgo que a actualização linguística de um texto tão actual é indispensável: não se trata de uma relíquia a conservar, trata-se de um texto a manter vivo. Formas como "trasparente", "prácido", "edades", "vaguedades", "donde", "encende", "insinen", devem regularizar-se de acordo com o padrão actual: "transparente", "plácido", "idades", "vaguidades", "onde", "acende", "ensinem". Discordo, pois, da opinião de Ferreiro.

2.3. Ortografia.

Discrepo ainda do que Ferreiro chama «actualizar e modernizar a grafia». Já disse que não compreendo que na restauração filológica de um texto se deixe de parte a grafia, pois faz parte dele. Mais me assombra que o Autor, com isso de "actualizando e modernizando a súa grafía", quer significar *aplicando as normas ortográficas ILG-RAG*. Já vão sendo horas de que certos editores, que se dedicam a suprimir $g^{+e,i}$ e j^{i} (sem, às vezes, nem o indicarem nos critérios de edição), tomem conhecimento da existência de uma tradição bastante sólida de uso de $g^{+e,i}$ e *j* que na actualidade permanece na prática reintegracionista; por conseguinte, parece desapropriado tirar essas grafias aos nossos textos dizendo, simplesmente, que se estão «modernizando»: ignora-se que actual e modernamente essas grafias são usadas?, ou age-se como se os reintegracionistas não existíssemos? Se essa omissão não obedece a desconhecimento, como se pode supor, é um gravíssimo e nada objectivo silenciamento intelectual —esse que metodicamente nos elimina. O orgulho em ignorar só mostra desprezo e desconsideração.

Contrariamente aos aspectos morfológicos e lexicais, as propostas de alteração ortográfica não são conservadoras, mas inovadoras («modernizadoras», diz o Autor). Exponho-as a seguir:

2.3.1. Introdução dos pontos de interrogação e de exclamação invertidos *(¿, ¡)*, iniciais de frase, usados quase só no idioma espanhol e inexistentes no texto de 1890. Nisto, a opção apresentada é puramente espanholista.

2.3.2. Restauração da contracção *ó*, face à forma padronizada *ao*, que é a habitual na transmissão do Hino e se encontra na generalidade das versões: "ao raio transparente".

2.3.3. Supressão do ípsilon: "raio", "grei" (com *i*).

2.3.4. Restauração das reticências nas duas primeiras quadras: "do prácido luar...?", "monótono fungar...?".

2.3.5. Supressão do apóstrofo, salvo, no verso 60, *'stán* ('estão') por razões métricas.

Nuns casos, resolve-se com reposição vocálica, por exemplo: "d'escuro arume" › "de escuro arume", "q'as vosas vaguedades" › "que as vosas vaguedades", "estíma non s'alcanza" › "estima non se alcanza", etc. Concordo com estas reposições vocálicas em atenção à actualização linguística do poema, mas deve advertir-se que não é apenas uma alteração ortográfica, como também fonética, já que muda a leitura em voz alta do texto; o qual significa que nisto a opção do Editor é contraditória com a conservação a todo o transe de cada um dos pormenores filológicos, excepto os gráficos.

Noutros casos, a supressão resolve-se com crase: "d'uns mágicos destinos" › "duns máxicos destinos", "c'un vil gemido" › "cun vil xemido", "c'un rumor gigante" › "cun rumor xigante". Acho acertada a adaptação em "duns", mas em

(1) E a edição dos *Queixumes dos Pinos* do próprio Ferreiro (1995) é uma excepção rara.

"c'um" deve manter-se o apóstrofo por não ser uma contracção normativa e sistemática (cfr. "com um pungente afã", verso 44).

2.3.6. Introdução do *h* em "harpado" e em "harpas", de acordo com a etimologia e o português padrão. Mas falta tirar o *h* na interjeição invocativa: "ó grei de Breogão!", "ó pátria!", seguindo o mesmo critério etimológico.

2.3.7. Supressão do $g^{+e,i}$ e do *j* do texto pondaliano: "cingido", "injuria", "generosos", "gigante", "region", "pungente", "mágicos", "justillos", "vírges", "gemído", "gigante" na restauração *(sic!)* de Ferreiro passam a ter todos *x*.

2.3.8. Variações acentuais:

a) Suprimem-se acentos inusuais: "benígnos", "despérta", "pregóa", "bóa", "tí", "indígna", "éidos", "vírges", "écos", "estíma" e "gemído".

b) Suprimem-se acentos com valor morfossintáctico em dous complementos directos com preposição *a*: "ós éidos" (v. 43) e "á raza briosa" (v. 51). Estas alterações não são estritamente gráficas, mas também morfossintácticas, entrando de novo em contradição com os critérios do Editor.

No segundo caso, só se tira a preposição *a* ao complemento directo.

No primeiro, transforma-se o complemento directo em sujeito. Assim, na edição de Ferreiro, lê-se:

Á nobre Lusitania
os brazos tende amigos,
que os eidos ven, antigos

Ou seja: 'tende os braços amigos à nobre Lusitânia, que os eidos vêem, antigos'. Mas a leitura de Ferreiro, que entendo que é essa, diverge da exumada edição *princeps* em que se baseia (Certame Musical, 22.5.1890). Esta última diz:

Á serva Lusitania,
Os brazos tende amigos;
Q'ós éidos ven antigos

Além da mudança de "serva" em "nobre" (documentada pela primeira vez em 1909), observe-se que "os eidos" é claramente complemento directo de "vem". Sendo difícil determinar o sujeito deste verbo, o "vem" modificou-se em "bem", assim:

Á nobre Lusitania,
Os brazos tende amigos,
Ós (= 'Aos') *eidos ben antigos*

Passando o verbo para advérbio e suprimindo o *Q'*. Enquanto Ferreiro opta por salvar este problema textual mediante uma alteração morfossintáctica, e rejeitando as versões modernas.

c) Suprimem-se também acentos do texto pondaliano em "clán" ('clã'), "dés" ('dês'), "ván" ('vão') e "pátria", ou seja, em palavras que sim devem manter acento ou til.

d) O Editor introduz acento em "confín", segundo a regra do espanhol.

2.3.9. Simplificação da grafia arcaizante de "boos" em "bos", mas sem adaptação à forma padrão: "os bons e generosos". O que sim se faz com "mas" (e não "mais"): "mas sós / só os ignorantes", porque —explica Ferreiro— "especialmente a partir de 1886, despois da publicación dos *Queixumes*, Pondal utiliza maioritariamente a forma foneticamente reducida para esta conxunción adversativa" — segundo essa lógica, se o texto tivesse sido escrito cinco anos antes, o Editor teria preferido a forma *mais* para o nosso Hino!...

2.3.10. Modificações na pontuação do texto de Pondal para ajudar à interpretação sintáctica.

2.3.11. Introdução de aspas a partir da segunda estrofe, substituindo o travessão que no texto pondaliano dá a palavra, retoricamente, aos pinheiros. Mas é melhor o travessão do que as aspas, pois a partir desse momento *falam* os pinheiros até ao fim, nove estrofes depois, fechando-se as aspas demasiado longe do início (o que não acontece com o travessão, que não se fecha). Em todo o caso, poderiam ajuntar-se os dous sinais (aspas e travessão), de preferência repetindo as aspas no começo de cada estrofe para maior clareza.[2]

2.4. Em resumo.

As mudanças propostas por Ferreiro são, sem dúvida, questionáveis.

3. HINO COMPLETO E INTEGRADO NA LÍNGUA PORTUGUESA

3.0. Prioridades.

No entanto, estimo de maior importância a reivindicação do Hino completo e a sua integração na língua portuguesa. Objectivos que o livro *De Breogán aos Pinos* não compartilha de jeito nenhum.

3.1. Hino completo.

Acriticamente, aceita-se truncar o Hino na quarta estrofe, conforme vem sendo prática habitual, e, mais ainda, deslegitima-se a décima estrofe em nome da "prudencia á hora de aceptar innovacións" —uma prudência bem ousada!...

Mas, cortando o Hino na quarta estrofe, tira-se-lhe grande parte do seu conteúdo: *"teus filhos vagarosos* [...] *a intrépido combate dispondo o peito vão", "sê, por ti mesma, livre de indigna servidume e de oprobioso alcume região de Breogão", "à nobre Lusitânia os braços tende amigos* [...] *com um pungente afã, e cumpre as vaguidades* [...] *duns mágicos destinos, ó grei de Breogão!"* e um óbvio etc., até chegar à décima estrofe que encerra e dá cimo ao poema com um apelo à luta:

---

(2) Cfr. as edições de Xavier Senín (1985 e 1991) e *El Correo Gallego* (1991).

Galegos, sede fortes,
prontos a grandes feitos,
aparelhade os peitos
a glorioso afã;
filhos dos nobres celtas,
fortes e peregrinos,
luitade p'los destinos
dos eidos de Breogão![3]

Considero que estes versos são um remate coerente e que ajudam a compreender a mensagem do Hino. Parecem-me, pois, irrenunciáveis. Pouco importa que o seu aparecimento seja tardio (1917) e a autoria de Pondal não seja certa (embora provável): são tradição patrimonial e isso basta para admiti-los como Hino Galego, emblema que pertence ao povo da Galiza, secundariamente composição datada de determinado escritor.

Fago estas reflexões de um ponto de vista político, como já expliquei. O mesmo através do qual nos foi legado o Hino ao longo destas décadas. O único com que se pode focar, como tal, o Hino de uma nação.

Assim, deve ser reivindicação patriótica o Hino completo desde a primeira até à décima estrofe, e não só as quatro iniciais. José Fontenla dizia a Pondal, em carta de 1910:

> *Le remito la música del Himno, acompañada de su orijinalísima poesia* Os Pinos, *como usted vera, no quise suprimir el verso* [= 'estrofe'] *que empieza,* A nobre Lusitania. *Por que entiendo que sufría el conjunto de la poesia, ademas encierran las estrofas* [= 'versos'] *unas ideas tan hermosas basadas en la union de Galicia y Portugal que de ningún modo quise cumplir el encargo que de usted me trajo el amigo Peinó.*
>
> *Por lo tanto queda en pie mi petición de rogarle escriba otro verso final* [a estrofe décima] *y de esa manera la poesia no quedará coja para la música.*

Deduz-se que Pondal lhe pediu que suprimisse a estrofe sexta, provavelmente pela necessidade musical de serem pares (oito), e Fontenla não a quis suprimir, solicitando-lhe de novo mais uma estrofe (a décima, daquela ainda não escrita), para, assim, ficarem pares (dez) e harmonizarem com a música.

---

(3) Observe-se como "No juntoiro da Barja" (1930), poema de Ramão Cabanilhas, este chama a Pondal "o que ordenou para os afãs gloriosos aparelhar os esforçados peitos" —em clara alusão a esta estrofe. Extraído de Garcia Negro (1997).

Mais: com anterioridade, em 1890, documentam-se sugestões rítmicas de Pascoal Veiga, que implicam mudanças textuais, variando Pondal a versão 'final' que lhe remetera e aproveitando para acrescentar as estrofes oitava e nona.[4]

Até na sua gestação o Hino foi mais do que a vontade de uma pessoa!

Prossegue Fontenla, na sua carta:

> *Las razones que usted me alego de que la letra de los Himnos, tienen que ser cortas, son de gran peso, pero fijese que la Marsellesa y otros cantos de diferentes Naciones, tienen la letra muy larga.*

Pode-se dizer mais claro?

3.2. Integrado na língua portuguesa.

"Os Pinheiros" são um canto à liberdade da pátria galega, pelo menos de uma perspectiva nacionalista. Hoje não se pode entender tal reivindicação sob a farda da ortografia espanhola. Decerto, há cem anos a situação era outra, mas as contradições internas e externas, a dinâmica do Galeguismo, têm feito mudar as cousas; do mesmo modo, por exemplo, que hoje não se entenderia o abundante uso da língua castelhana que os galeguistas faziam naquela época.

Dizia Pondal no poema 45 dos *Queixumes:*

E os bons filhos do Luso,
e os fortes irmãos,
num só nó, fortemente,
os dous constringirás;
Tal é a semelhança sonorosa
do garrido falar!
Sim... dos filhos do Luso,
que apartados estão,
por real estultícia
da gloriosa mãe;
ó pastor, bom e forte
algum dia serás,
que a tribo vagarosa,
ao deixado clã,
o descarriado gado,
que agora errando está,
ao redil antigo,
gloriosa volverás.

---

(4) Chega inclusive a dizer-lhe: "Si a pesar de todo tropieza V. con alguna que otra pequeña dificultad le autorizo desde luego para que pueda removerla como tenga por conveniente aunque entiendo que no lo habra menester". Por consequência, não se pode assegurar que a do Certame Musical seja a última versão da mão Pondal, segundo o Editor a recuperar para a actualidade. Porque:

a) Pondal fez retoques posteriores, como, presumivelmente, o acrescentamento da décima estrofe. O mesmo Ferreiro atribui a Pondal a modificação de "serva Lusitânia" em "nobre Lusitânia".

b) Pascoal Veiga pôde ter intervindo na versão do Certame Musical, editada por ele, pois até estava autorizado.

Reitera o seu lusismo no poema 75:

Nos esquivos combates
e nos fortes empenhos,
que há que ter pelos nobres
ideais ibéricos,
não detenhas a planta
nos limites estreitos,
não sigas os hispânicos
políticos pigmeus;
não olvides, ó forte!,
os galaicos intentos:
Quebrantemos da serva Lusitânia,
também os duros e oprobiosos ferros!

No seu poema "Os Fastos", diz:

Os filhos escuros
do chão polvorento,
de rosto mourisco;
os filhos do vento,
os sempre invejosos
dos galegos feitos...
borraram os fastos
dos fortes galegos.
Os feitos borraram
dos filhos egrégios,
os filhos dos celtas
de intrépidos peitos;
de inveja movidos
borraram os feitos,
mas não borraram os fastos
dos fortes galegos.
Varreram os límites
do povo galego,
dos filhos de Luso
os laços rompendo,
borraram os nomes
dos pátridos eidos...
Mas não borraram a fala,
mas não borraram o génio,
mas não borraram o esp'rito
dos fortes galegos.

O poema significativamente intitulado "Visão" começa:

Os filhos dos celtas
de longe estão vendo,
qual soem os pinhos
movidos co vento;
de longe abraçados,
de longe estão vendo
os filhos do Luso
de frentes de ferro;
de longe abraçados,
de longe estão vendo.

E, numa composição que lembra em parte o Hino, afinca:

Batidas dos ventos,
garridas e belas
e bem encastoadas
dos pinhos pendentes,
suspiram as harpas.
Estão murmurando
mil cousas passadas.
Que dirão as copas
do vento agitadas!
Que dirão suspensas
as mágicas harpas!
Não solo (= 'só') *murmuram*
as cousas passadas
dos filhos dos celtas,
mas também murmuram
as futuras ânsias,
as harpas garridas
e bem acordadas
dos pinhos da pátria.
Gentis penduradas,
mil cousas graciosas
asseguram as harpas.
Da dura Frouseira
parece que falam,
parece que choram,
parece que mágoam.
Às vezes parece
que nas cordas mágicas,

parece que falam
da boa Lusitânia,
dos filhos dos celtas
as mágicas harpas.

Referindo-se à edição da *Crónica Troiana* em 1900 por André Martins Salazar, escreverá Pondal:

Em esses acentos bravos
de fortes —e não de escravos—,
com alentos soberanos
parec(e) que diga: —Abraçai-vos
galegos e lusitanos.
Abraçade-vos contentos
desses vossos nobres sons,
sonorosos e roburentos;
que são os vossos acentos,
os acentos de Camões.

E, no seu poema "A Fala", proclama:

Nobre e harmoniosa
fala de Breogão,
fala boa, de fortes
e grandes sem rival;
tu do celta aos ouvidos
sempre soando estás,
como soam os pinhos
na costa de Frojão;
tu nos eidos da Céltia
e co tempo serás
um lábaro sagrado
que ao triunfo guiará,
fala nobre, harmoniosa,
fala de Breogão!
[...]
Serás épica tuba
e forte sem rival,
que chamarás os filhos
que alô do Minho estão,
os bons filhos do Luso,
apartados irmãos,
de nós, por um destino
invejoso e fatal.
Cos robustos acentos,
grandes, os chamarás,
verbo do grão Camões,
fala de Breogão!

Nos nossos dias, a fala comum tem uma grafia comum assumida por muitos galegos e alicerçada na etimologia, na história do idioma e na afirmação orgulhosa da unidade e identidade linguística galego-portuguesa. Como Manuel Lugris Freire (1928), o amigo e discípulo de Pondal, manifestava a Álvaro Zebreiro:

> *Escrevo-lhe com grafia portuguesa pela razão de que agora a mocidade galega faz tal jeito de modificações que acredito que devemos voltar os nossos olhos ao português, já que não há meio de concordarmos na escritura. Não imos, decerto, em má companhia, embora alguns disseram que isto não é patriótico.*

Empregar a grafia comum, naturalmente também no nosso Hino, é um direito legal (de liberdade de expressão), um compromisso político com o país e um dever de consciência e honradez. Como se vai subtrair aos galegos a língua aqui nascida e pelos portugueses nacionalizada e espalhada? Como se nos vai subtrair sequer (até!) a consciência de a possuir?[5]

4. CONCLUSÕES

"Os Pinheiros" não é um simples texto literário pondaliano, mas emblema patriótico do povo galego. É preciso ter isto em conta para não se adoptar uma atitude assepticamente purista a respeito desta obra. Não esqueçamos que as transformações históricas condenadas como deturpadoras em *De Breogán aos Pinos* são efeito da transmissão e divulgação do Hino como símbolo político, com a carga ideológica que isso implica. Por sinal, certas transformações lexicais ajudam a clarificar e/ou popularizar alguns pontos do poema. E Ferreiro demonstra, tangencialmente, que pelo menos Pascoal Veiga e José Fontenla tiveram um papel determinante na elaboração e fixação do texto —o que questiona a restritiva visão autorial do livro analisado.

Um símbolo de identificação política não pode construir-se arqueologicamente. O Hino deve cumprir uma função sociopolítica aqui e agora. E se não a cumprisse, perderia validade como Hino da Galiza. Por isso, é lícita a actualização linguístico-ortográfica do texto. Mas não num sentido dialectalizante ou espanholista.

Pondal defendeu ardorosamente não só a unidade linguística galego-portuguesa, mas, num alcance mais lato, "tendermos os braços amigos à nobre Lusitânia" (como constante do seu pensamento, não como desvio insólito). E, a propósito da «imparcialidade científica» que ressumbra o livro *De Breogán aos Pinos*, pergunto-me: não haverá, falando em geral, uma perspectiva ideológica não isenta na focagem (ou, mais ainda, no silenciamento) destes temas?[6] Difícil é abstrair-se do lusismo de Pondal.

---

(5) Assim, é de celebrar a edição de Ângelo Brea (1996).

(6) Neste livro, por exemplo, Ferreiro (1997: 64) afirma que a qualificação negativa "a serva Lusitânia" vale "para xustificar poeticamente a misión galega de redención do Alén-Miño", e remete para o poema 75 de *Queixumes*, versos 23-24 e 35-36: "Quebrantemos da serva Lusitânia também os duros e oprobiosos ferros!". Mas não se explica o que possa significar esse "também"; se pode relacionar-se, por exemplo, com "a nossa voz pregoa a redenção da boa, nação de Breogão" (e, então, já não seria só a *redenção do Além-Minho*). Nem se repara na enorme heterodoxia que para hoje contém esse poema, ao apelar a 'não deter a planta nos limites estreitos, não seguir os hispânicos políticos pigmeus, não olvidar os galaicos intentos'. Tudo o qual significa que esse «negativo» "serva" acaba por fazer parte de um texto totalmente «positivo» e comprometido com Portugal, tão acorde com o seu ideário poético-político como as composições com adjectivação positiva.

Em consequência, integrar o Hino na grafia comum galego-portuguesa respeita o espírito de Pondal muito mais do que adaptá-lo às normas ILG-RAG. Aliás, hoje não se podem entender as reivindicações nacionais sob a farda da ortografia espanhola. Isto supõe um importantíssimo avanço sociopolítico que devemos assumir a todos os níveis, e com mais razão no Hino Nacional.

Num labor restaurador, seria de primeira importância recuperar o Hino completo; e não, por certo, invalidar a décima estrofe. Em atenção ao conteúdo coeso da composição. Para bem compreender o seu significado e a sua mensagem. E priorizando o valor do Hino Galego para o tempo presente.

Em referência às considerações prologais de Garcia Negro, diria que nestas angueiras de reconstrução nacional não se precisa, em boa coerência, do visto-e-praz das instituições espanholas, forem «nacionais», «regionais» ou «locais». É absurdo submeter à aprovação dos espanhóis "Parlamento de Galicia" ou "Xunta de Galicia" questões como a simbologia da nossa pátria, como o nosso Hino. A Galiza não dispõe de instituições nacionais; as instituições espanholas carecem de autoridade para determinar os nossos símbolos nacionais. Corresponde-nos aos patriotas galegos agirmos cívica e conscientemente. Assim aconteceu sempre no nosso movimento reivindicativo, para nada dependente da oficialidade; antes pelo contrário, ontem como hoje, combatido e perseguido por ela, por Espanha, isto é, pelo aparelho estatal concretizado nas suas instituições oficiais. É desde a iniciativa cidadã e democrática, organizada e perseverante, que se pode cultivar a Galiza livre, essa semente que um dia abrolhará.

O Hino da Galiza é dos galegos. Nossa é a voz e a palavra.

BILIOGRAFIA

Brea, Â. 1996. Eduardo Pondal. *Queixumes dos Pinheiros e Outros Poemas*. Ed. Cadernos do Povo. Ponte Vedra / Braga. 167 pp.

El Correo Gallego.1991. Eduardo Pondal. *Queixumes dos Pinos e outros poemas*. Ed. El Correo Gallego. Compostela, 55-56.

Ferreiro, M. 1995. Eduardo Pondal. *Poesía Galega Completa I. Queixumes dos Pinos*. Ed. Sotelo Blanco. Compostela. 326 pp.

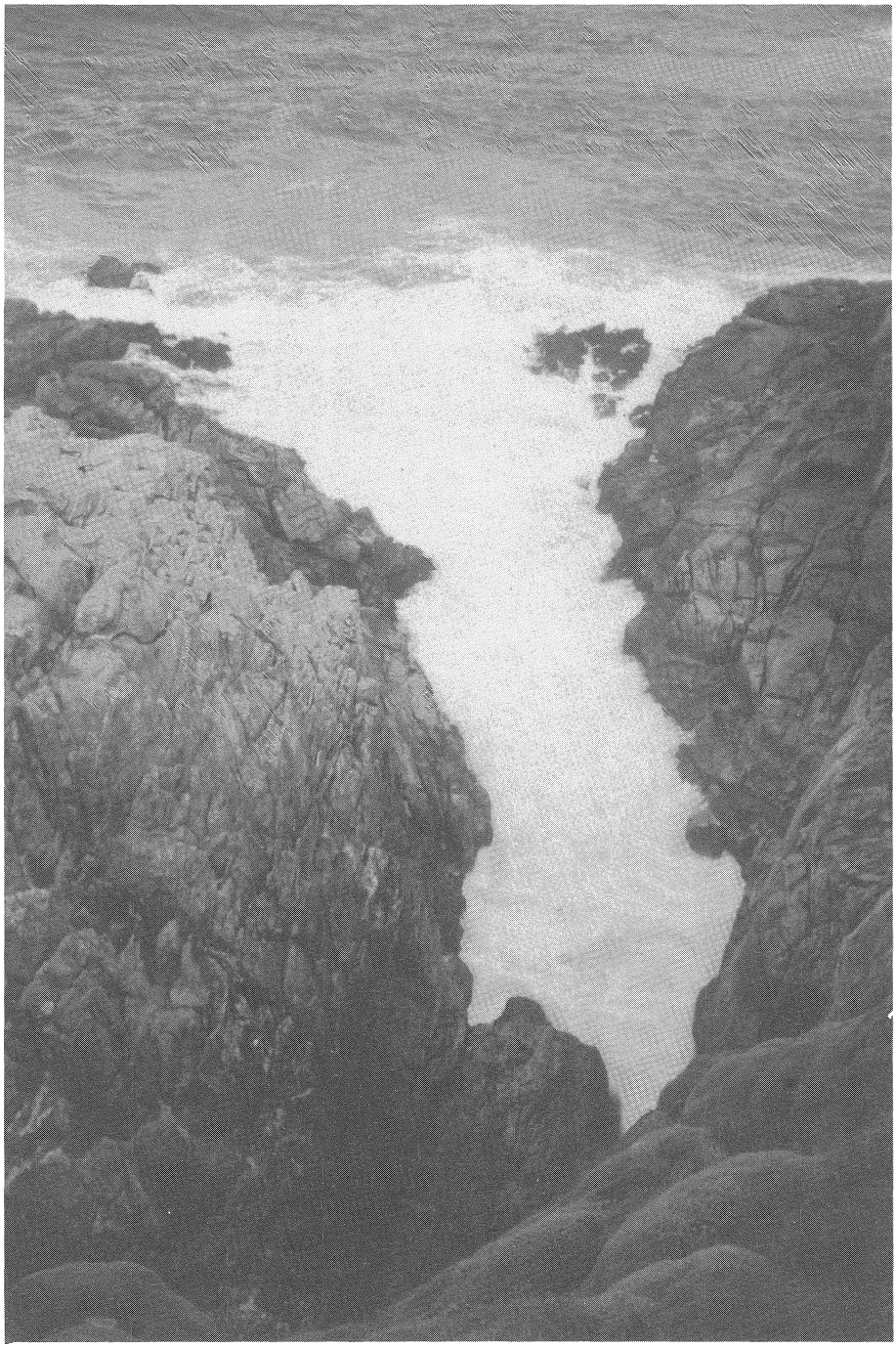
Ferreiro, M. 1997. *De Breogán aos Pinos. O texto do Himno Galego*. Ed. Laiovento. Compostela. 72 pp. (1.ª ed., não venal, 1996)

Garcia Negro, P. 1997. Prólogo. Em: Ferreiro 1997.

Lugris Freire, M. 1928. [Carta manuscrita dirigida a Álvaro Zebreiro, com data de 3 de Maio de 1928.] *Agália*, 22 (Verão 1990), 235-237.

Senín, X. 1985. Eduardo Pondal. *Queixumes dos Pinos e Outros Poemas*. Ed. Galaxia. Vigo, 123-126.

Senín, X. 1991. Eduardo Pondal. *Queixumes dos Pinos e Outros Poemas*. Ed. Diario 16 de Galicia. s/l, vol. II, 123-126.



O aviso de Duarte Nunes de Leão

Fernando VÁZQUEZ CORREDOIRA
(Corunha)

O. INTRODUÇÃO

Quem examinar de que maneira se trata o galego nas gramáticas e ortografias portuguesas redigidas nos séculos XVI, XVII e XVIII, comprovará que a nossa língua não interessa, ou apenas de passagem para referir certas afinidades reprováveis (sob o rótulo de «vícios do vulgo») com as variedades de Entre-Douro-e-Minho e trasmontanas.

Tal desconsideração não deveria admirar-nos. Com efeito, se atendermos tanto ao propósito dos gramáticos e ortografistas, centrado em nobilitar e gramaticalizar o vulgar do *seu reino* (importa sublinhar isto), como à situação sociolinguística em que o galego se achava, reduzido já a um falar rústico e ágrafo, não espanta que ele seja omitido do discurso metalinguístico português.

Compreende-se, pois, que marcar semelhanças entre a «altiva e soberba língua lusitana» (assim era, ao menos, como os portugueses gostavam de se representar o seu idioma) e o «sórdido» galego só poderia resultar em detracção de aquela.

Porém, Duarte Nunes de Leão dedica na sua *Origem da língua portuguesa* (1606) uma atenção invulgar à nossa língua. Neste artigo tenta descobrir-se o intuito do humanista, sugerindo a interpretação de que galego lhe serve como exemplo *a contrario* e como advertência da *ameaça* que supõe para o português a inexistência de uma Corte própria.

1. DIGLOSSIA MEDIEVAL

Durante a Alta Idade Média, nos territórios de fala românica, latim e vulgar(es) —*locutio secundaria artificialis* e *locutio primaria naturalis* respectivamente, em palavras de Dante— sentem-se como duas formas ou dois registos da mesma língua. O latim é interpretado e funciona como o registo formal da fala diária. Portanto, o par latim/vulgar põe-se em termos de hierarquia ou complementarie-

dade cultural/funcional não de oposição ou conflito[1]. Em síntese: «o regime de diglossia [...] define exactamente a situação medieval»[2]. Dois factos revelam com eloquência a natureza das relações entre o latim e os dialectos românicos: *1*) todos eles são abrangidos por um nome genérico (*romanço*, *vulgar* ou *linguagem*, denominações que, de resto, continuam bem além da época em consideração) e *2*) o latim detém em exclusivo a denominação de *grammatica*. Em relação ao galego, é interessante comprovar como, até finais do século XIV e começos do XV, só quando referido em oposição a outras «linguagens», recebe denominação específica[3].

Ora bem, desde os séculos XII-XIII, começam a manifestar-se os primeiros sinais de mudança: ressurge uma literatura profana vulgar (poesia lírica e épica cavaleiresca) e aparecem os primeiros tratados gramaticais destinados a regrar e ensinar certas *koinés* literárias.

Esta incipiente *expansão funcional* do vulgar, que parece acompanhar a ascensão de forças sociais estranhas à classe sacerdotal, detentora do latim (pequena e meia aristocracia, primeiro, príncipes e burguesia urbana, depois)[4], constitui a primeira fase da superação da diglossia latim/vulgar.

2. LÍNGUA E MONARQUIA

As profundas tranformações económicas, demográficas e sociais, início de uma sociedade urbana e mercantil, que se desenvolvem no derradeiro período da Idade Média, geram a emergência de novas camadas sociais que buscam dotar-se de expressão própria distintiva. Nasce, então, em certos grupos de notáveis a vontade de *inventar* uma língua, prestigiosa como o latim.

Das mesmas trasformações fazem parte a afirmação, concentração e extensão do poder das monarquias que, sem ainda conceberem um Estado unificado, são, no entanto, o seu embrião. Deste modo, desde o Outono da Idade Média, estão assentando os alicerces de uma nova organização do espaço europeu em reinos, progressivamente centralizantes e absorventes que dividem o continente e minam a universalidade cristã, expressa em latim. A nova orientação política, dirigida a criar os meios de acção da monarquia sobre todo o espaço do reino, acha-se estabelecida desde finais do século XV e começos do XVI.

Nesta altura, acompanhando o novo centro de poder, a lingua (a do rei, a da sua Corte, a da aristocracia-burocrática em formação) começa a ser investida de

---

(1) Vid. M. Lloyd, Roger Wright (ed.), *Latin and the Romance Languages in the early Middle Ages*, London-New York, Routletdge, 1991.

(2) Luce Giard, «L'entrée en lice des vernaculaires», in *Histoire des idées linguistiques*, 2v., Sylvain Auroux (dir.), Liège, Mardarga, 1992, v. 2, p. 212.

(3) Vid. Henrique Monteagudo,«Aspectos sociolinguísticos do uso escrito do galego, o castelán e o latín na Galicia tardomedieval (ss. XIII-XIV)», in *Estudios galegos en homenaxe ó profesor Giuseppe Tavani*, Elvira Fidalgo e Pilar Lorenzo Gradín (coordenadoras), 3v., Santiago de Compostela, Xunta de Galiza-Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias Ramón Piñeiro, 1984, pp. 169-185.

(4) O nascimento de uma literatura profana em vulgar, seria expressão do desejo «da pequena e média aristocracia de criar para si uma cultura relativamente independente da cultura clerical», escreve Jacques Le Goff (*Para um novo conceito de Idade Média*, Lisboa, Estampa, 1980, p. 216. Ed. orig.: Paris, Gallimard, 1977), suscrevendo a interpretação de Erich Kohler.

uma importância simbólica até então desconhecida. Começa a ser posta em termos de *sinal* de individualidade e de prestígio do reino[5] que, como o latim, é preciso regular e ilustrar.

A língua da Corte expande-se espacial e fucionalmente, e os novos âmbitos que vai ocupando progressivamente (códigos legais, documentos das chancelarias, disposições dos concelhos, novos usos literários...) exigem-lhe adequação (adaptação às novas funções), via codificação ortográfica, léxica e gramatical como também via transferência e assimilação dos elementos estruturais e léxicos do latim (e, em menor medida, do grego), necessários para o desempenho das novas funções.

Surge, então, a necessidade **gramaticalizar** a língua padrão emergente, dotando-a de duas tecnologias, até à altura exclusivas das línguas clássicas: a *Gramática* e o *Dicionário*[6].

Por consequência, a hierarquia latim/vulgar principia a questionar-se: conforme, sob a égide da monarquia, se vai constituindo uma identidade e uma consciência local, à medida que o vulgar vai ganhando novos espaços, começa a reflectir-se criticamente acerca da situação diglóssica tradicional.

É interessante o paradoxo que se produz então: ao mesmo tempo que, em boa medida, o elogio do vulgar se centra em que é *natural*, *mamado com o leite materno*, em contraste com o latim, língua *artificial*, aprendida livrescamente, está-se trabalhando na elaboração de uma eminência para o vulgar que se baseia, precisamente, no seu uso escrito, distante e distinto da oralidade. Na realidade, entram em jogo dois aspectos. De um lado, nos inícios da *elaboração*[7] da nova língua-padrão, perante a evidência de ela ser *inferior* ao paradigma greco-latino (*inadequada* ainda para desempenhar todas as funções formais tradicionalmente preenchidas pela línguas clássicas), argumenta-se que, em potência, todas as línguas, se *cultivadas*, são igualmente aptas para veicular quaisquer conteúdos. Daí a insistência em lembrar que, como o vulgar, grego e latim, foram outrora vernáculos e até grosseiros: «E é manifesto que as línguas grega e latina forão primeiro grosseiras, e os homens as puserão na perfeição que agora tem». Escreve Fernão de Oliveira no capítulo IV da sua *Gramática da linguagem portuguesa* (1536).

Dado que «a vertu [das línguas] nasce al mondo dal voler dei mortali», como afirma Sperone Speroni no *Dialogo delle lingue* (1542), cumpre responsabilizar da sua imperfeição silvestre, não à natureza das próprias línguas, mais ao deleixo dos seus falantes.

A percepção da *insuficiência expressiva* ou *ineloquência* do vernáculo aparece no momento em que a *vanguarda padronizadora* de uma comunidade linguística experimenta a necessidade de exprimir na língua vernácula aquilo que até então só tinha sido expresso na língua padrão[8]. Nestes casos é inevitável a controvérsia,

---

(5) Deveria evitar-se usar do adjectivo *nacional*, aplicando-o à língua (como a qualquer outra instituição) antes, ao menos, de finais do século XVIII.

(6) Cf. Sylvain Auroux, «Le processus de grammatisation et ses enjeux» in *Histoire des idées linguistiques*, v. 2, pp. 11-64.

(7) Na esteira de Heil Kloss («*Abstand* languages and *Asbau* languages», *Anthropological linguistic* 9, 1967, pp. 29-71), entendo por *elaboração* a acção consciente exercida sobre a forma e o *status* de uma língua.

(8) Vid. John Earl Joseph, *Eloquence and Power.The Rise of Language Standars ans Standars Languages*, London, Frances Printer, 1987, pp. 88-93.

que se coloca em dois extremos: aqueles que se opõem a que o vulgar venha a substituir a língua padrão alegam ser aquele intrínseca e irremediavelmente inferior a esta, incapaz, portanto, de a suprir. Os promotores da padronização do vulgar, ao contrário, insistem na perfectibilidade e nas virtualidades que o vulgar encerra. O apelo ao aperfeiçoamento possível da *língua minorizada* é, de facto, um desafio à *ideologia diglóssica* que se suscita sempre que se emprende o caminho da sua elaboração[9].

Ressalta-se, assim, na Renascença o condicionalismo histórico na sorte e feitura das línguas e a necessária acção sobre elas («E não desconfiemos da nossa língua porque os homens fazem a língua e não a língua os homens»[10]) para, no primeiro momento da nobilitação do vulgar, enfrentar o repto de demostrar e demostrar-se, contra ideologia diglóssica, que ele será capaz de substituir, decorosa e eficazmente, a língua clássica.

A reflexão humanista leva, portanto, a perceber claramente a implicação entre o devir histórico das unidades políticas e a fortuna das línguas a elas associadas. A célebre máxima de Nebrixa («siempre la lengua fue compañera del imperio») espelha exactamente tal convicção. A conclusão lógica deste raciocínio obriga a pensar a difusão da língua (seja latim, português, castelhano, ou outra qualquer) como uma *coacção*: «natural cousa he os vencedores darem leis, e língua aos vencidos»[11], escreve Duarte Nunes de Leão, com um realismo que contrasta com a candidez *consensual* de alguns contemporâneos. E eis que língua se torna **um sinal de império**, um **testimunho de vitória** [12].

Isto conecta-se com a ligação acima apontada entre o poder e o prestígio da monarquia e a *sua* língua. Fernão de Oliveira, no capítulo XXII da obra referida, assinala rotundamente a precisão para a individualidade e perenidade do reino de uma língua própria [sublinho]:

> a lingua e unidade della he muy çerto apellido do senhor e irmandade dos vassalos. E o rey ou senhor ainda que fosse estrangeiro e viesse de fora senhorear em algua terra havia de apartar sua lingua e não a deixar corromper com algua outra; assi parelle viver em paz como tambem porque **seu reyno fique e persevere em seus filhos** Quanto de minha parte segundo eu entendo eu juraria que quem folga douvir lingua estrngeira na sua terra não he amigo da sua gente nem conforme a musica natural della.

E, no capítulo XLIII:

> Aqui quero lembrar como em Portugal temos hua cousa alhea e com grande disonançia onde menos se devia fazer, a qual é esta: que a este nome *rey* dámoslhe artigo castelhano chamandolhe *el*

(9) Leia-se, por exemplo, a *Gaita gallega[...]*(Ponte Vedra, 1853) de Joan Manuel Pintos.

(10) Fernão de Oliveira, *op. cit.*, cap. V

(11)*Origem da língua portuguesa*, cap. XXII.

(12) João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa linguagem* (1540).

> *rey*. Não lhe haviamos de chamar senam *o rey*, posto que alguns doces d'orelhas estranharão este meu parecer, se não bem olhar quanto nele vay. E com tudo, isto abasta para ser a minha milhor música que a destes: **porque o nosso rey e senhor pois tem terra e mando, tenha também nome próprio e destinto por si e a sua gente tenha fala ou linguagem não mal misturada mas bem apartada.**

Se algo nos ensinam estes textos é que a língua não é para os gramáticos da Renascença insignificante do ponto de vista político. Note-se que as reflexões acerca do idioma ultrapasam os limites do linguístico para se situarem no terreno patriótico. E repare-se ainda em que o potencial político da língua só opera em conexão com a instituição monárquica.

3. A *QUESTÃO DA LÍNGUA* EM PORTUGAL

A controvérsia que se suscita à volta da oportunidade de empregar em âmbitos formais um idioma até aí excluído deles e a elaboração que esse idioma deve sofrer são os elementos essenciais da chamada Questão da Língua. Julgo que ela pode ser interpretada como um *conflito* entre dois padrões linguísticos (um estabelecido, outro emergente), causado pela desigual distribuição de *eloquência*, isto é eficácia e elegância: «magestade pera cousas graves e hua eficáçia baroil que representa grandes feitos», escreve João de Barros no *Diálogo em louvor da nossa linguagem* (1540).

Importa recordar que em Portugal a Questão da Língua nasce e decorre condicionada pela presença em meios cortesãos e literários do castelhano[13]. Assim o português deve concorrer não apenas com o latim (como acontece noutros reinos da nossa área cultural) como também, desde a segunda metade do século XV, com a língua de Castela, cuja voga progride na centúria seguinte sob a dinástia filipina. A união das duas coroas (1580), tão cobiçada pelas camadas dirigentes portuguesas, na pessoa de Filipe II, realizada para Portugal em condições de dependência em relação a Castela, acarretou a subalternização e procincialização cultural do reino[14].

A «invasão» do castelhano, «tão intensa que ameaçou fazer malograr a ainda pouco madura literatura portuguesa» —como afirma, talvez com exagero, Pilar Vásquez Cuesta[15]— ia configurando uma situação de hierarquia linguística em que o português ficava num nível inferior e, sobretudo, interior a respeito do castelhano. Estava perfilando-se uma oposição que atribuía a cada língua valores e alcances desiguais: o castelhano, língua de cultura internacional, o português língua

---

(13) Cf. Luciana Stegagno Picchio, «La questione della lingua in Portogallo», introdução à sua edição do *Diálogo em louvor da nossa linguagem* de João de Barros, Módena, Società editrice Modenense, 1959 e Maria Leonor Carvalhão Buescu, *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

(14) Cf. António José Saraiva, *A cultura em Portugal. Teoria e história*, vol. I, Lisboa, Gradiva,1984.

(15) *A língua e a cultura portuguesas no tempo dos Filipes*, Lisboa, Europa-América, 1988, p. 83 (Ed. Orig., Espasa-Calpe 1986).

local: «escribo en castelllano por ser idioma claro y casi universal»[16]. Ferreira de Vasconcelos regista, queixoso, o carácter desigual, assimétrico, das relações entre ambos os reinos: «somos nos com elles [...] humanos e elles connosco ingratos: porque aceytamos suas cousas com gosto, elles sofrem mal as nossas»[17].

O bilinguismo literário dos autores portugueses torna-se mais embaraçoso à medida que se acentua a consciência da autonomia linguística e cultural como factor essencial para o prestígio, individualidade e mesmo continuidade do reino. Daí que fosse sentido em sectores de «intelectuais» tanto como um perigo para a autonomia cultural do reino como um sinal inequívoco da sua submissão.

Não examinarei com pormenor a estratégia de dignificação e individuação do português, baste com dizer que esta passa por realçar, instrumentalizando polemicamente as trasformações fonéticas, a sua maior semelhança, quando comparado com o castelhano, com o latim. O português, menos «corrupto», seria, assim, melhor que a língua concorrente.

Afirmou-se acima que, desde a Era Moderna, se estabelece a identificação entre a monarquia e a sua língua. Interessa agora relacionar esta ideia com o processo de elaboração de certos vulgares.

4. CORRUPÇÃO E ELABORAÇÃO

Para o Humanismo os romanços nascem sob o signo de «um acontecimento traumático»[18]: as invasões bárbaras, culpáveis da ruína de Roma e a subsequente *corrupção* (mistura e degenerescência) do latim.: «[as gentes bárbaras] com a sua bárbara língua corromperam a latina e a misturaram com a sua»[19].

Se, por um lado, a visão tradicional do mundo, que concebia a mudança, causa de instabilidade e destruição, como intrinsecamente perversa condizia bem com a crença na origem «traumática» dos romanços, por outro lado, o processo de fixação/elaboração em curso, exercido sobre eles, oferecia poderosos motivos para a reflexão a contradizer a visão tradicional. Resultado do acção elaboradora, a comparação entre o estado «gótico» dos vulgares e o «moderno» não permitia nenhuma dúvida quanto às benfeitorias que o labor humano trouxera no decurso do tempo. Como observa Luciana Stegagno Picchio: o conceito de «polimento» (elaboração) do vulgar neutraliza «a crença comum de uma progressiva corrupção linguística»[20]. No entanto, é preciso sublinhar que a avaliação elogiosa das «inovações [...] para polícia e pureza dos vocábulos» se inscreve no contraste diacrónico que os humanistas estabelecem entre os dois estados do vulgar: o «gótico» e o «moderno». Porque, enquanto o modelo de referência inexcusável continue a ser o latim ou, mais geralmente, a Antiguidade, a formação e evolução dos romanços ler-se-á como ruptura e corrupção.

---

(16) Escreve Bernarda Ferreira Lacerda (citada por Dámaso Alonso, *Obras Completas*, Vol. VII, Madrid, Gredos, 1984, p. 244).

(17) Citado por Eugenio Asensio no seu «Prólogo» à *Comédia Efrosina* (1555), t. 1, Madrid, 1951, p. LI.

(18) Claudio Marrazzini, *Storia e conscienza della lingua in Italia: dall'Umanesimo al Romantismo*, Torino, Rosemberg and Sellier, 1989, pp. 17 e ss.

(19) Duarte Nunes de Leão, *op. cit.*, cap. VI.

(20) *Op. cit.* p. 32.

5. A LÍNGUA E A CORTE

Os gramáticos da Renascença, pois, eram bem conscientes de que o vulgar estava sendo submetido, através da gramática e da literatura, a uma progressiva regulamentação e enriquecimento e de que, por consequência, os vulgares estavam a mudar ou, mais exactamente, a *renovar-se*. De tal sorte que «se vão dessemelhando umas línguas de outras com que tinham alguma semelhança e consigo mesmas tanto que ficam parecendo outras» ou «em uma língua vão fazendo-se tantas mudanças de vocábulos que, por discurso do tempo, fica parecendo outra, como verá quem cotejar a linguagem que se fala hoje em Portugal com a que se falava em tempo de el-Rei D. Afonso Henriques»[21].

A elaboração da língua coloca-se para os gramáticos renascentistas não apenas relacionada com a fortuna histórica da unidade política a ela associada, como ainda em estreita dependência com o arbítrio do monarca. Assim, Duarte Nunes de Leão faz remontar a regulamentação e enriquecimento do português ao tempo e à acção pessoal de D. Dinis:

> Era a língua portuguesa [...] mui rude e falta de palavras e cousas [até ao tempo de D. Dinis], que teve algua polícia e foi o primeiro que pôs as leis em ordem e compôs muitas cousas em metro à imitação dos poetas proençais [...].[22]

Viu-se que a língua da Corte é considerada, desde os inícios da Era Moderna, um elemento identificador que se poderia qualificar de *proto-nacional*. Verificou-se também que em Portugal a da língua é uma questão especialmente problemática. Acaba de se comprovar que a Corte aparece como agente-chave na elaboração da língua. Julgo que dispomos já dos elementos necessários que nos permitirão abordar a questão anunciada no começo destas linhas.

No capítulo VI da citada *Origem da língua portugesa*, Duarte Nunes de Leão, após descrever a origem e história dos romanços hispânicos, estabelece uma divisão linguística neta entre a Catalunha (onde «ficou [...] sabor de língua francesa») e o resto da Península:

> [A língua catalã] se apartou e lhes ficou notável diferença entre ela e a língua de Castela e das de Galiza e das de Portugal, as quais eram antigamente quase uma mesma, nas palavras e nos ditongos e na pronunciação que outras partes não têm. Da qual língua galega a portuguesa se avantajou tanto, quanto na cópia como na elegância que dela vemos. O que se causou por em Portugal haver reis e corte que é a oficina e donde manam para os outros homens, o que nunca houve na Galiza.

---

(21) Duarte Nunes de Leão, *op. cit.*, caps. V e I.

(22) *Op. cit.*, cap. VI. De modo similar escrevera Nebrixa no Prólogo da sua *Gramática de la lengua castellana* (1492): «[a língua de Castela] começó a mostrar sus fuerças en el tiempo del mui esclarecido e digno de todad eternidad el Rei Don Alonso el Sabio, por cuio mandado se escrivieron las Siete Partidas, la General Istoria, e fueron trasladados muchos libros de latín e arávigo».

O galego, que na época em que se emprendia a gramaticalização do português ficara reduzido à oralidade e que perante os gramáticos lusitanos aparece como um desvio arcaico, rústico e dialectal da norma literária portuguesa[23], serve, quando mencionado (sempre incidentalmente) para notar reprovatoriamente certos fenómenos linguísticos comuns ao *continuum* dialectal galaico-interamnense (nomeadamente, *-OM* por *-ÃO* e «trocas» de *B* por *V*) excluídos do padrão português. Empenhados em construir a *distinção* (nos dois sentidos da palavra), a afinidade galego-portuguesa não é para os gramáticos lusitanos um mérito que deva ser alegado. A sua rusticidade e o seu «arcaismo» colocam o galego exactamente no «mísero estado» de *ineloquência* que eles se esforçam em remediar na sua língua.

No entanto, Duarte Nunes de Leão dedica uma atenção invulgar a uma língua que, além de rústica, era falada por uma gente commumente reputada como «sórdida» («ô sórdidos galegos, duro bando...»). Acerca deste trecho notou-se que «a consciência linguística» de Duarte Nunes de Leão «sentia o galego e o português como duas línguas distintas»[24]. Cuido que se trata de uma leitura que faz abstracção das circunstâncias em que se suscita elaboração do português. É claro que o gramático, olhando para o passado, refere a quase-identidade do galego e do português, para logo marcar a *diferença*. Tenta, justamente, *distinguir*, por elaboração, o português não só do galego, como ainda do próprio português antigo (tanto «se vão dessemelhando umas línguas de outras [...] e consigo mesmas»). Não acho aventurado afirmar que, para Duarte Nunes de Leão, o português do seu tempo é *quase* tão distante do antigo como poderia sê-lo do galego. Ainda mais: o galego, esse quase-português, cuja situação o situa no mísero estado de ineloquência atribuído à língua «gótica» («mui rude e falta de palavras e cousas») serve-lhe para frisar quão necessária tem sido para a elaboração («cópia e elegância») da língua a acção da Corte. Ora, na altura que Duarte Nunes de Leão escreve, Portugal não tem Corte própria. Assim, o galego é utilizado, ao mesmo tempo, para advertir aos seus compatriotas do perigo (não de extinção, mas de empobrecimento) que supõe para o português a falta desse centro de regulação e irradiação idiomática. O galego vale como exemplo ao contrário, como exemplo do que acontece a uma língua quando desprovida de suporte político.

REFERÊNCIAS

Auroux, Sylvain (dir.) (1992): *Histoire des idées linguistiques*, 2v., Liége, Mandarga.

Barros, João de (1540): *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, edição de Luciana Stegagno Picchio, Módena, Società Editrice Modenense, 1959.

Buescu, Maria Leonor Carvalhão(1984): *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI,* Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Cuesta, Pilar Vásquez (1988): *A língua e a cultura portuguesas no tempo dos Filipes*, Europa América.

(23) Cf. Paul Teyssier, *História da língua portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 2ª edição, 1980, pp. 39-40 (Ed. Or., PUF, 1980).

(24) Henrique Monteagudo, «Portugués e galego nos gramáticos portuguese de quiñentos», in D. Kremer (ed.), *Actes du XVIII Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes,* Universidade de Trier, Tubinguen, Max Niemeyer, 1989, pp. 144-158.

Fidalgo, Elvira e Pilar Lorenzo Grandín (coordenadoras) (1994): *Estudios galegos en homenaxe ó profesor Gioseppe Tavani*, Santiago de Compostela, Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias Ramón Piñeiro.

Kloss, Heil (1967): «*Abstand* languages and *Asbau* languages», *Anthropological Linguistic*, 9, pp. 29-71.

Kremer, D. (editor): *Actes du XVIII Congrès international de linguistique et Philologie romanes*, Tubingen, Max Niemeyer.

Joseph, John Earl (1987): *Eloquence and Power. The Rise of Language Standards and Standars Languages,* London, Frances Printer.

Leão, Duarte Nunes de (1606): *Origem da língua portuguesa*, edição de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

Legoff, Jacques (1979): *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*, Lisboa, Estampa.

Marrazzini, Claudio (1989): *Storia e conscienza della lingua in italia: dall'Umanesimo al Romantismo,* Torino, T. Rosemberg and Sellier.

Nebrixa, E. Antonio (1492): *Gramática de la lengua castellana,* edição de Antonio Quilis, Madrid, Editora Nacional, 1980.

Oliveira, Fernão de (1536): *Grammatica da lingoagem portuguesa*, edição fac-similada, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

Picchio, L. Stegagno (1959): «La Questione della Lingua in Portogallo», introdução à edição do *Diálogo* de João de Barros.

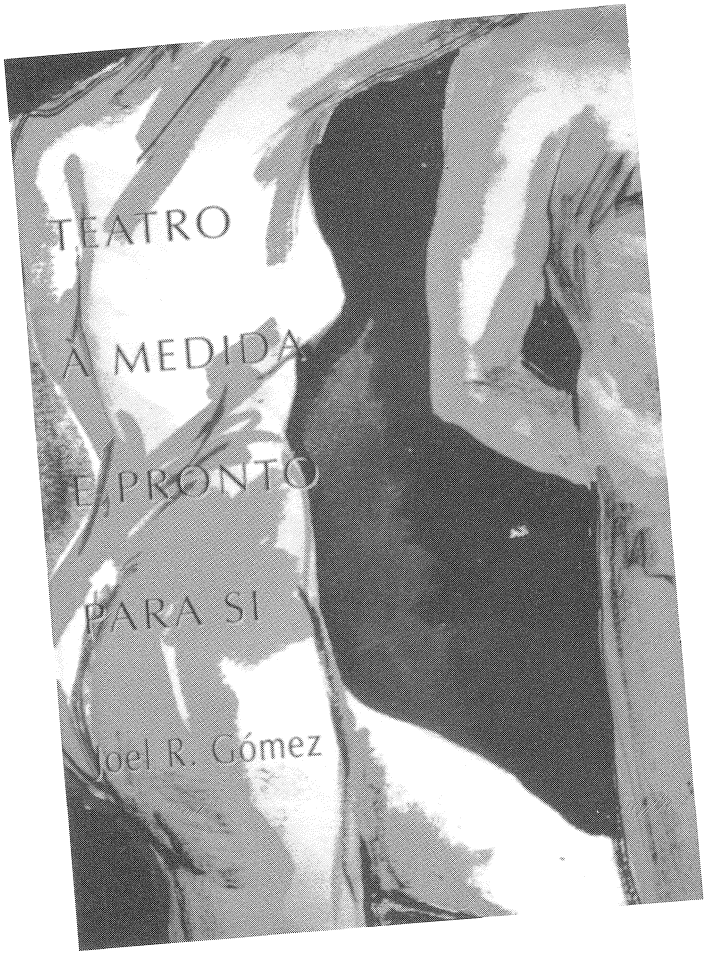
Pintos, Joan Manuel (1853): *A gaita gallega[...]*, Ponte Vedra, Imprenta de Don José e Don Primitivo Vilas.

Saraiva, J. António (1994): *A cultura em Portugal. Teoria e história*, Lisboa, Gradiva.

Teryssier, Paul (1984): *História da língua portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa.

Wright, R. (editor) (1991): *Latin and the Romance Languages in the Middle Ages*, London, Routledge.

NOVIDADE



NOTAS

Novas dúvidas e interferências lexicais na traduçom científico-técnica inglês>galego

Carlos GARRIDO
(Universidade de Vigo)

I. INTRODUÇOM

No recente número 50 da revista *Agália* apareceu publicada umha nota da minha autoria (pp. 219-228) em que se continham glosas respeitantes a certas equivalências terminológicas inglês>galego do campo científico-técnico que resultam comprometidas pola forte pressom que no momento presente exerce o idioma castelhano sobre o tradutor galego. Visto que, infelizmente, o número das possíveis interferências e dúvidas lexicais nom ficou nem de longe esgotado no trabalho aludido, damos agora ao prelo umha nova lista de comentários terminológicos com a esperança de que eles podam servir de advertência tanto ao mediador como ao redactor de textos especializados.

Em benefício da clareza e propriedade, a classificaçom empregada no trabalho precedente é levemente alterada neste. Assim, o apartado intitulado «Acentuaçom divergente galego-castelhano», que antes aparecia sob a epígrafe «Dúvidas e interferências morfológicas», passa agora a estar subordinado à nova categoria das «Dúvidas e interferências prosódicas», e a categoria «Dúvidas e interferências lexicais» é substituída aqui por «Dúvidas e interferências semânticas».

Tenho para mim que a aprendizagem de léxico científico galego constitui hoje umha exigência urgente e ineludível do nosso processo de normalizaçom lingüística, capacitaçom técnica que apenas será possível quando os especialistas e docentes galegos vencerem as barreiras que actualmente se opõem à osmose cultural galego-portuguesa e se derem ao hábito de ler bibliografia redigida em português. Neste sentido, todo o material que ordene e sistematize a exposiçom do léxico facilita em grande medida esse aprendizado, mas, levando em conta a presente reali-

dade da Galiza de geral instruçom em castelhano e a proximidade estrutural existente entre espanhol e galego-português, poucos métodos deve de haver mais eficazes para atingir o fim proposto que o de utilizar as divergências lexicais registadas entre as duas línguas para organizar, polo menos em parte, aquela exposiçom. Desta maneira, talvez nos seja dado elaborar no futuro, a partir de umha extensa colecçom de glosas terminológicas como as aqui apresentadas, um manual didáctico de galego científico-técnico.

As soluções terminológicas galegas que aqui se formulam seguem os critérios expostos em Garrido e Conde (1993) e Garrido (1997a: XXII). Resultou de interesse para a elaboraçom desta nota a consulta de AA.VV. (1993), AA.VV. (1994), Hartmann-Petersen e Pigford (1991), Farinha dos Santos Tavares (1994), Masa Vázquez e Fortes López (1995) e Garrido (1997a). As abreviaturas que aparecem ao longo do trabalho som: *f*: género feminino; *m*: género masculino; *pl*: plural; *Astr.*: Astronomia; *Biol.*: Biologia; *Bot.*: Botânica; *Elect.*: Electricidade ou Electrónica; *Fís.*: Física; *Geol.*: Geologia; *Inst.*: Instrumental; *Ling.*: Lingüística; *Mat.*: Matemáticas; *Med.*: Medicina; *Min.*: Mineralogia; *Ópt.*: Óptica; *Quím.*: Química; *Zool.*: Zoologia.

II. APONTAMENTOS TERMINOLÓGICOS

A. Dúvidas e interferências morfológicas

1. Singular-plural

Os seguintes substantivos, que designam instrumentos ou ferramentas utilizados em diversos ramos das Ciências Naturais e da Técnica, apresentam-se de preferência em forma de plural lexicalizado tanto em inglês como em castelhano (cf. AA.VV., 1994: s.v. *pincers*, *pliers*; Seco, 1995: s.v. *alicates*, *pinzas*), enquanto em galego-português adoptam normalmente a forma do singular:

binoculars [*Ópt.*] > binóculo
pincers/tweezers [*Inst.*; *Zool.*] > pinça
pliers/plyers [*Inst.*]> alicate$_m$
scissors [*Inst.*] > tesoura/tesoira
tongs [*Inst.*] > tenaz$_f$

2. Género gramatical

Os seguintes substantivos, de interesse científico-técnico, possuem género gramatical diferente em galego e em castelhano:

autoclave [*Biol.*] > autoclave$_f$
hundredth, thousandth [*Mat.*] > centésimo, milésimo (de segundo, de mm, etc.)
radio [*Elect.*] > rádio$_m$ [aparelho; sistema: rádio$_f$]
signal [*Fís.*] > sinal$_m$ (analógico/digital)
spring [*Fís.*] > mola (esp. muelle$_m$)
torrent [*Geol.*] > torrente$_f$

Os termos findos em *-ite* que designam minerais ou fósseis som femininos em galego. Exemplos:

ammonite [*Zool.*] > amonite$_f$
apatite [*Min.*] > apatite$_f$
graphite [*Min.*] > grafite$_f$
trilobite [*Zool.*] > trilobite$_f$ [Brasil: trilobita]

3. Queda do esse nas seqüências latinas *sce-* e *sci-*

O esse das seqüências latinas *sce-* e *sci-* (ou, em grego, *scy-*) cai sempre em galego-português, enquanto em castelhano umhas vezes cai e outras dá *esc-*. Exemplos:

scene > cena
sceptre > ceptro
sciatica [*Med.*] > ciática
science > ciência
scientist > cientista$_{m/f}$
scintillation [*Fís.*] > cintilaçom$_f$
scission [*Fís.*] > cissom$_f$
scyphistoma [*Zool.*] > cifístoma$_m$
Scyphozoa [*Zool.*] > Cifozoários$_{mpl}$

4. Formaçom de substantivos deverbais

Como se afirmou em Garrido (1997: 220, 221), o galego, em comparaçom com o castelhano, mostra preferência pola formaçom nom regressiva de substantivos deverbais (mediante os sufixos *-agem*, *-çom*, *-mento* ou *-ura*). Atente-se, pois, nos seguintes exemplos:

Os derivados de *bater* som *batimento* (do relógio, dos cílios e flagelos, por exemplo; ing. *beat*) ou *batida* (do coraçom; ing. *beat*);

de *derramar*, *derramamento* ou *derrame* (sangüíneo/de bílis)

de *melhorar*, *melhoria* (da saude; ing. *amelioration*) ou *melhoramento* (aperfeiçoamento: *melhoramento genético*, p. ex.), nunca **melhora*.

de *parar*, *paragem* (cardíaca)

Repare-se em que a formaçom dos quatro substantivos deverbais que seguem é regular:

de *deglutir*, *deglutiçom*

de *percorrer*, *percurso* (*percorrido* é forma verbal; em paralelo com *recorrer*, *recurso*)

de *rejeitar*, *rejeiçom* (segundo o modelo de *sujeitar*, *sujeiçom*; cf. ing. *rejection*)

de *suar* (mediante cultismo), *sudaçom*

B. Dúvidas e interferências prosódicas

5. Grupos *güi, qüe, qüi*

Os seguintes termos galegos incluem as seqüências *güi*, *qüe*, *qüi*, em que, com diferença ao que acontece nos seus equivalentes castelhanos, o *u* é proferido:

blood- [*Med.*; *Zool.*] > sangüíneo
quinquennium > qüinqüénio
unguiculate [*Zool.*] > ungüiculado
Mas:
antiquity > antiguidade$_f$
sequestrum [*Med.*] > sequestro

6. Acentuaçom divergente

Muitos termos científicos galego-portugueses mostram, em contraste com os seus equivalentes castelhanos (paroxítonos), umha acentuaçom proparoxítona. Assim temos que som termos de acentuaçom esdrúxula em galego (além dos terminados em *-cito*, *-géneo/-génio, -lito* e *-tipo*, já vistos em Garrido, 1997b):

amálgama
anódino
apótema
batíscafo
eléctrodo
gâmeta$_m$ (Brasil: gameta$_m$)
hemácia
medíocre
míope
térmite$_f$

Os findos nos diminutivos *-ola, -olo*: auréola, nucléolo, ostíolo, vacúolo, vitríolo.

Os findos em *-íase* (doenças): bilharzíase$_f$ (tb. bilharziose$_f$), leishmaníase$_f$ (tb. leishmaniose$_f$), miíase$_f$.

Muitos nomes de elementos químicos: néon$_m$, árgon$_m$, críptom$_m$, xénon$_m$, rádon$_m$ (tb. radom$_m$, radão), ástato (tb. astato), telúrio, crómio, molibdénio (tb. molibdeno), tungsténio (tb. volfrâmio), manganésio (tb. manganés$_m$, Brasil: manganês$_m$).

Polo contrário, os seguintes termos galegos apresentam, em relaçom aos seus equivalentes castelhanos, o acento de intensidade deslocado para a direita (cf. extensa lista fornecida por Alonso Estraviz, 1986):

Archimedes(‘ principle) [*Fís.*] > (princípio de) Arquimedes (cf. Cleópatra, complexo de Édipo)

assymptote [*Mat.*] > assimptota

atmosphere [*Fís.*] > atmosfera (como todos os termos findos em *-sfera*)
condor [*Zool.*] > condor$_m$
crater [*Geol.*] > cratera
dextral [*Zool.*] > dextrogiro (e levogiro)
limit > limite$_m$
medulla [*Zool.*] > medula
ocean [*Geol.*] > oceano
osmosis [*Fís.*] > osmose$_f$
parasite [*Zool.*] > parasita$_m$ (Brasil: parasito)
pelican [*Zool.*] > pelicano
pylorus [*Zool.*] > piloro
symptom [*Med.*] > sintoma

C. Dúvidas e interferências semânticas

7. Amónio, amoníaco, amónia

Amónio (<ammonium): Catiom univalente NH_4^+, dotado de propriedades análogas às dos catiões alcalinos.

Amoníaco (<ammonia): Composto gasoso de azoto e de hidrogénio (NH_3), muito solúvel em água, de cheiro picante, lacrimogéneo, existente nos produtos gasosos da destilaçom da hulha e da fermentaçom de matérias orgânicas, como a urina.

Amónia (<ammonia solution, ammonia water): Nome vulgar das soluções aquosas de amoníaco.

8. Animais

Repare-se nos seguintes casos de diferente organizaçom em inglês, espanhol e galego dos sistemas de designaçom de animais:

turtle (nome genérico dos quelónios, e particularmente das espécies marinhas) > tartaruga (nome geral dos quelónios, e particularmente das espécies marinhas e terrestres, isto é, das nom dulceaqüícolas) (esp. tortuga)

terrapin (quelónios de águas dulceaqüícolas, continentais) > sapo-concho (quelónios anfíbios, de águas continentais) (esp. galápago)

tortoise (quelónios terrestres) > tartaruga (terrestre) (esp. tortuga)

Tenha-se em conta que *cágado* é sinónimo em Portugal de *sapo-concho*, mas na Galiza constitui umha das muitas variantes populares (junto com cabeçolo, caganato, cabeçudo, trinquelho, colherete, etc.) por que se designam as larvas aquáticas dos anfíbios, as quais, no registo científico, devem receber o nome de *girinos*.

earthworm > minhoca: anelídeo oligoqueta de vida livre (esp. lombriz de tierra)

tapeworm, roundworm, pinworm > lombriga (intestinal): platelminte céstode (solitária) ou nemátode ascarídeo, parasitas (esp. lombriz intestinal)

slug > lesma: gastrópode pulmonado nu (lesma terrestre; esp. limaco, babosa terrestre) ou gastrópode opistobrânquio (lesmas marinhas; esp. babosa marina)

pullet carpet shell > (amêijoa) babosa: bivalve *Venerupis pullastra*

lobster > lagosta: crustáceo decápode palinurídeo (esp. langosta)

locust > gafanhoto, saltom: insecto ortóptero (esp. langosta)

Norway lobster > lagostim (esp. cigala): *Nephrops norvegicus*

Penaeus kerathurus: prawn > camarom (esp. langostino)

crayfish, crawfish > lagostim do rio (esp. cangrejo de río): *Astacus fluviatilis*

9. Ardósia, piçarra, lousa, xisto

Piçarra: Nome extensivo a um grupo de rochas xistosas de grão muito fino, umhas muito duras, constituídas essencialmente por quartzo e micas (*filites=filádios=xistos luzentes*, ing. *phyllites*), outras menos duras, constituídas por grãos de quartzo e matéria argilosa, a que se associam outros componentes (*piçarras argilosas=xistos argilosos*, ing. *shale*), e a que pertencem a *ardósia*, a *pedra de afiar* ou *de amolar*, etc.

Ardósia (> slate): Rocha metamórfica argilosa, surgida a partir de xistos argilosos mediante metamorfismo compressivo, de cor cinzenta (por vezes muito escura) e xistosidade evidente.

Lousa (> slate): Laje de ardósia preparada para cobrir telhados ou como quadro preto para escrever. (Também se usa, por extensom, com o significado de ardósia).

Xisto (> schist): Rocha sedimentar ou metamórfica que apresenta xistosidade, como a ardósia, os xistos betuminosos, etc.

Xistosidade: Propriedade que permite a certas rochas sedimentares e metamórficas dividirem-se em porções orientadas por planos paralelos entre si e independentes da estratificaçom.

10. Artigo, artículo

Artigo (> ing. article; esp. artículo): 1. [*Ling.*] Partícula que se antepõe a um substantivo para lhe determinar o sentido; 2. Divisom de texto legal; 3. Escrito inserto num periódico (escritor de artigos: articulista); 4. Objecto, produto, mercadoria.

Artículo (> ing. article; esp. artejo): 1. [*Zool.*] Cada um dos segmentos que formam o corpo dos animais articulados; 2. [*Med.*] Falange dos dedos; 3. [*Bot.*] Espaço entre os nós de um caule.

11. Cores

grey matter (esp. materia gris) [*Zool.*] > matéria cinzenta

ambergris (esp. ámbar gris) [*Zool.*] > âmbar cinzento$_m$

greywacke [*Geol.*] > grauvaque$_m$

brown algae (esp. algas pardas) [*Bot.*] > algas castanhas$_{fpl}$

brown earth (esp. tierra parda) [*Geol.*] > terra castanha

12. Cultura, cultivo

Cultura: Acçom e efeito de fazer crescer num meio apropriado plantas (Agricultura), tecidos ou microorganismos (para a investigaçom científica ou com fins médicos). Assim, em Agricultura fala-se de «rotaçom de culturas», e em Biologia de «meio de cultura em caixa de Petri».

Cultivo: 1. Preparaçom e uso dos solos para produzirem colheitas; 2. O melhoramento em laboratório de certas espécies de plantas.

13. Descer, descender

Descer (<to descend): Baixar, deslocar-se para baixo. Exemplo: a ave desceu do ramo.

Descender (<to descend from): Provir, proceder por geraçom. Exemplo: as aves descendem dos répteis.

14. Fraseologia

Repare-se nas três construções seguintes pertencentes ao campo das Matemáticas:

3/6 = 1/2: Três está para seis como um para dous

3/5: Em cada 5 espécies de insectos, 3 som coleópteros

to solve for x > separar umha incógnita

15. Instrumentos

blowtorch, blowing-iron, blowpipe (> esp. soplete) > maçarico

Bunsen burner > bico de Bunsen, queimador$_m$ de Bunsen (esp. mechero Bunsen)

Erlenmeyer flask > balom$_m$ de Erlenmeyer (esp. matraz Erlenmeyer)

volumetric flask > balom$_m$ de afericçom (esp. matraz de aforar)

sounding balloon, meteorological balloon> balom-sonda$_m$, balom$_m$ meteorológico (esp. globo)

Petri dish > caixa de Petri (esp. placa Petri)

protractor > transferidor$_m$ (de ângulos) (esp. transportador)

16. Jazigo, jazida

Jazigo: [*Min.*] Lugar em que abundam metais, pedras preciosas ou petróleo (oil pool > jazigo petrolífero).

Jazida: 1. [*Min.*] Depósito natural de minério (deposit of ores > jazida de minérios; mineral deposit > jazida mineral); 2. [*Zool.*] Terreno abundante em fósseis (fossil bed > jazida fossilífera).

17. Lactante, lactente

Lactante (esp. lactante): Que lacta, que produz leite.

Lactente (esp. lactante): Criança que mama.

18. Lacuna, lagoa, laguna

Lacuna [*Zool.*] (< lacuna): Cavidade intercelular nos tecidos dos organismos.

Lagoa [*Geol.*] (< small lake): Lago pequeno.

Laguna [*Geol.*] (< lagoon): 1. Bacia litoral de águas quietas, separada do mar apenas por umha restinga de areia e com o qual mantém comunicaçom intermitente; 2. Canal entre bancos de areia ou ilhotas, na foz de um rio; 3. Pequena lagoa central de um atol.

19. Milhom, biliom, triliom

million > milhom, 10^6

billion [E.U.A., cada vez mais também R.U.] > mil milhões, 10^9 [Brasil: > bilhão]

billion [R.U., cada vez menos] > biliom, 10^{12} [Brasil: > trilhão]

trillion [E.U.A.] > biliom, 10^{12} [Brasil: > trilhão]

trillion [R.U.] > triliom, 10^{18} [Brasil: > quintilhão]

20. Poluir, contaminar

Poluir e poluiçom (< to pollute, pollution) som os termos largamente usados para denotar a degradaçom do ambiente natural e são (poluiçom da atmosfera, das águas, poluiçom acústica, etc.); os termos **contaminar** e contaminaçom (< to contaminate, contamination) têm um uso mais restrito e significam introduzir impurezas (num composto, num meio de cultura, num ambiente...), contagiar, infeccionar.

21. Quadro, marco

Exemplo de uso: No **quadro** [conjunto, panorama, moldura; > esp. marco, ing. scene] da investigaçom bioquímica, o descobrimento da estrutura do ADN é um **marco** [acontecimento fundamental; > esp. hito, ing. landmark] da história da Biologia.

22. Rádio, raio

Rádio: 1. [*Med.*] O osso mais curto e externo dos dous que formam o endosqueleto do antebraço (> ing. radius); 2. [*Quím.*] Elemento químico de tipo metáli-

co, radiactivo, que tem o número 88 na classificaçom periódica (> ing. radium); 3. [*Fís.*] Aparelho receptor de radiofonia (> ing. radio).

Raio: 1. [*Fís.*] Traço de luz que emana de um foco luminoso (> ing. beam, ray); 2. [*Fís.*] Descarga eléctrica entre umha nuvem e o solo (> ing. lightning); 3. [*Mat.*] Segmento de recta, ou a distância que vai de qualquer ponto de umha circunferência ou de umha superfície esférica ao centro destas figuras (> ing. radius); 4. [*Fís.*] Cada umha das hastes que ligam o corpo de certas rodas ao seu aro periférico (> ing. spoke); 5. [*Zool.*] Cada umha das hastes ou bastonetes de tecido endurecido que sustentam a membrana de umha barbatana (> ing. fin ray).

23. Signo, sinal

mark [*Ling.*] (punctuation mark) > sinal_m (de pontuaçom)

sign [*Elect.*] (charges) > sinal_m (das cargas)

sign [*Mat.*] (ex.: plus sign, minus sign, positive sign, negative sign) > sinal_m (mais, menos, positivo, negativo)

sign [*Med.*] (_symptom) > sinal_m (_sintoma_m)

signal [*Fís.*] (analogic/digital) > sinal_m (analógico/digital)

sign [*Ling.*] (linguistic sign) > signo lingüístico

sign [*Astr.*](of the Zodiac) > signo do Zodíaco

24. Solda, soldadura

Solda (>solder): Liga metálica, fusível, empregada para unir peças metálicas.

Soldadura = soldagem_f (>soldering; welding): Acto ou efeito de soldar.

25. Solo, chão

Solo: Conjunto das diferentes camadas, estratificadas em profundidade, com componentes orgânicos e minerais, que assentam sobre a rocha matriz (termo da Biologia, Química, Agricultura e, especificamente, da Edafologia ou Pedologia).

Chão: Superfície de terra que se pisa (palavra sem uso especificamente científico).

26. Termite, térmite

Termite$_f$ [*Quím.*]: Mistura de alumínio em pó e de um óxido metálico, que se destina, depois de inflamada, à reduçom do óxido a metal livre.

Térmite$_f$ = térmita [*Zool.*]: Nome vulgar extensivo a uns insectos sociáveis (uns alados, outros ápteros) da ordem dos Isópteros, que vivem em comunidades polimorfas, geralmente em ninhos (termiteiras), por vezes muito grandes, por eles construídos nas regiões quentes.

27. Vegetais e derivados

pine-apple (esp. piña (de América)) > ananás$_m$ (infrutescência das Bromeliáceas; Brasil: abacaxi$_m$)

pine cone (esp. piña) > pinha (infrutescência das Coníferas)

banana (esp. plátano) > banana (fruto da bananeira, família Musáceas)

plane (tree) > plátano (árvore da família das Platanáceas)

sycamore maple > plátano(-bastardo), padreiro, pradairo, pedraio (árvore da família das Aceráceas, *Acer pseudoplatanus*)

quince (esp. membrillero, membrillo) > marmeleiro (árvore rosácea), marmelo (fruto)

quince jam (esp. membrillo) > marmelada

jam (esp. mermelada) > geleia, compota

marmelade (esp. mermelada de cítricos) > geleia de laranja ou de limom

III. BIBLIOGRAFIA

AA.VV. 1993. *Dicionário da Língua Portuguesa.* Porto Editora. Porto.

AA.VV. 1994. *Webster's Encyclopedic Unabridged Dictionary of the English Language.* Gramercy Books. Nova Iorque.

Alonso Estraviz, I. 1986. O léxico galego-português. *Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza.* Associaçom Galega da Língua. Corunha: 429-442.

Farinha dos Santos Tavares, J. 1994. *Dicionário Verbo de Inglês Técnico e Científico. Inglês-Português. Português-Inglês.* Editorial Verbo. Lisboa, São Paulo.

Frade, A., F. Cunha e M. J. Henriques. 1995. *Dicionário Breve de Ciências da Natureza.* Editorial Presença. Lisboa.

Garrido, C. 1997a. *Dicionário Terminológico Quadrilíngue de Zoologia dos Invertebrados. Alemám, Inglês, Espanhol, Galego-Português.* Associaçom Galega da Língua. Corunha.

Garrido, C. 1997b. Dúvidas e interferências lexicais na traduçom científico-técnica inglês>galego. *Agália,* 50: 219-228.

Garrido, C. e J. M. Conde. 1993. Léxico científico isolacionista: umha crítica de ciências e letras. *Agália,* 35: 259-286.

Hartmann-Petersen, P. e J. N. Pigford. 1991. *Dicionário de Ciência.* Trad. de *Dictionary of Science* por P. B. Correia Ramos e M. H. Camacho Gomes. Publicações Dom Quixote. Lisboa.

Masa Vázquez, X. M. e B. Fortes López. 1995. *Vocabulario de Matemáticas. (Galego-Español-Inglés-Potugués).* Servicion de Normalización Lingüística da Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela.

Seco, M. 1995. *Diccionario de Dudas y Dificultades de la Lengua Española.* Espasa Calpe. Madrid.

Assi se fam as recensons na Galiza de hoje

Luís GONZÁLEZ BLASCO
(Instituto de Bacharelato «Gelmirez I». Santiago)

Cum ira et cum studio

Para Ramón Freixeiro Mato, vítima inocente

No número 16 dos *Cadernos da Lingua* aparecem duas recensons de dous excelentes livros do professor Ramón Freixeiro Mato: O livro *Lingua galega: normalidade e conflicto* e *Os diminutivos en galego.* A primeira está assinada polo professor Henrique Monteagudo e ainda que nela se fam certas críticas à tesse de Freixeiro, quem sustenta que na Idade Média o Galego gozou de sete séculos de normalidade, tesse que comparto e que acho suficientemente demonstrada no trabalho de Freixeiro, estas críticas (que encontro injustas e malintencionadas) mantenhem-se dentro dos limites que se podem considerar próprios de umha revista científica como pretende ser *Cadernos da lingua.*

No mesmo exemplar de *Cadernos da lingua* aparece a outra recensom, assinada polo professor Aquilino Santiago Alonso Núñez, onde estes limites se ultrapassam amplamente. Só encontro como explicaçom de umha tal recensom, que fosse feita por encargo. Alguém lhe dixo ao professor Alonso Núñez: Recensiona este livro e deixa-o quedar mal, el aceitou o encargo e fijo umha leitura apressurada do texto (digo isto no seu descargo já que de nom ser assi, daria provas de umha ignorância e incompetência lingüísticas mais que notáveis) e depois recensionou um livro que em muitos casos nom compreendeu.

Este tipo de cousas é mais umha prova da situaçom actual da Galiza. Um poder político-lingüístico bem estabelecido fai possível que ocupem postos académicos

e tenham acesso a umha série de meios, indivíduos cuja principal virtude consiste em acatar fielmente às ordens dos que mandam. Como contrapartida esses postos e o acesso a esses meios estám fechados para gentes que possuem umha melhor preparaçom lingüística, mas que nom aceitam submeter-se aos mandados dos nossos madarins político-lingüísticos.

Depois desta introduçom, que bem poderia ser umha conclusom, passo a analisar o trabalho do recensionista com um pormenor que julgo que nom merece, ainda que si o mereça a obra que el trata de desacreditar.

O libro consta de cinco partes. Aínda que o autor non as numera... Esse *aínda* a mim soa-me a reproche mais ou menos encoberto. Se de tal se trata o único adjectivo que lhe acho adequado a reproche é o de ridículo.

> *A segunda parte ("Os diminutivos") e a terceira ("Os diminutivos en galego") constitúen, ó meu modo de ver, o máis interesante deste libro de Freixeiro Mato, xa que se adecúan perfectamente ó título da obra.*[1] *Sen embargo, o cuarto capítulo ("O sufixo* ***-iño****") e o quinto ("Unha aplicación práctica: Os diminutivos en R. de Castro") céntranse exclusivamente nun único sufixo galego (****-iño****). Así resulta chocante que nun libro, de 172 páxinas, dedicado ós diminutivos en galego só atopemos 20 páxinas referidas a este tema, mentres que o sufixo -iño e o estudio dese*[2] *sufixo na obra de Rosalía de Castro ocupen 102 páxinas. Ante eses datos, quizáis o título do libro debería ser:* ***O sufixo diminutivo -iño e o seu estudio en Cantares Gallegos e Follas Novas.***

Encontro surprendente a ousadia de um recensionista que pretende impor o título de umha obra ao seu autor, quando nom fijo umha análise séria da mesma. Aliás, vou tratar de provar que o título de Freixeiro é muito mais adequado que o que lhe propom Alonso Núñez:

Se o estudo do diminutivo é umha questom, como a generalidade dos lingüístas opinam, fundamentalmente semântica e morfológica, nada mais natural que umha introduçom semântica antes de tocar o tema central (introduçom que considero excelente). A segunda parte (*"Os diminutivos"*) também a julgo do mais ajeitada para introduzir o tema central dos diminutivos en galego (também esta parte é magnífica e umha prova está no que encontrou criticável o recensionista na mesma). A terceira parte (*"Os diminutivos en galego e outras linguas"*) fai umha análise do mais exaustivo de todos os sufixos diminutivos do galego; aqui bota bastante lenha ao fogo o recensionista como verei mais adiante. A extensom da quarta parte está perfeitamente justificada dada a freqüência e a produtividade deste sufixo na língua actual. Na quinta parte estudam-se todos os sufixos diminutivos utilizados por Rosalia e, ainda que nom nesta parte, mas na quarta (página 77), também se tem

---

(1) O sublinhado é meu. Parece-me que dar como argumento para considerar o mais interessante de um libro aquilo que, ao juízo do recensionista (já verei mais adiante o acerto de tal juízo), mais se adequa ao título do livro nom é do mais afortunado.

(2) O sublinhado é meu. Que culpa terá o bom de Freixeiro da abundância desse sufixo comparado com os outros?

em conta a obra *Conto gallego.* Ilustrar um trabalho teórico com umha aplicaçom prática, estudando o caso numha autora da importância de Rosalia e da que se tem dito que o uso do diminutivo é umha característica da sua língua literária (cousa que Freixeiro demonstra ser falsa) nom me parece estar fóra de lugar, antes bem o contrário. Tendo em conta todo isto acho que o título do autor é muito melhor que o do recensionista.

Na primeira parte, Alonso Núñez, nom achou nada criticável.

Na segunda parte, depois de dizer que Freixeiro resume a polémica entre diversos especialistas limita-se a observar (como crítica):

> *Creo que esta opinión de Monterrubio debe ser matizada, xa que, ainda que os diminutivos nominais teñen certa liberdade de uso, a norma sempre impón algunhas restriccións.*

O que eu creio é que isto já som ganas de falar por nom estar calado. Monterrubio referia-se à liberdade de uso dos diminutivos nominais face aos diminutivos verbais. Opina Alonso Núñez que há comparança possível entre a liberdade dos diminutivos nominais e a dos verbais?

Já na terceira parte da obra de Freixeiro, o recensionista cita o autor: *"Agrupalos ou clasificalos (os diminutivos) de acordo coas súas funcións semánticas ou matices significativos resulta tarefa arriscada e talvez pouco útil".* Nesta citaçom creio notar umha certa ironia (pode que me equivoque) mas depois de tudo o que leva argumentado Freixeiro, como por exemplo que um mesmo sufixo pode ter múltiplas funçons semânticas dependendo do contexto e mesmo da intençom do utente da língua, penso que nom há lugar a ironia nengumha.

Mais adiante di-se na recensom:

> *Sorpréndeme moito que Freixeiro Mato cuestione que L.Carré dea* ***feirón*** *co significado de "feira de pouca importancia"*

Por fim acha o professor Alonso Núñez por onde meter-lhe o dente à obra recensionada e fai-no de jeito despiadado:

> *Ese erro de Freixeiro Mato débese a que non investiga os diminutivos no galego falado, así non hai case ningunha referencia á fala viva ou a estudios e/ou teses de doutoramento. Se Freixeiro Mato consultase a tese de doutoramento sobre o norte da Terra Cha de X. L. Regueira*[3] *atoparía alí feirón co significado de "feira de pouca importancia".*

Home, tampouco é para pôr-se assi, também eu conheço *feirom* com esse significado. Por outra parte, este tipo de argumentos dialectológicos a mim dim-me muito pouco. Considero que a nossa língua está muito mais necessitada de lingüistas como Freixeiro que de dialectólogos dos que tanto abunda o ILG (e que conste que nom nego a competência de alguns deles na matéria). Por certo que

---

(3) Home, um autor da «Casa»!

neste uso de *feirom* como diminutivo parece-me ver umha utilizaçom irónica já que normalmente o *feirom* é umha feira pequena que se celebra algum tempo depois de umha feira normal.

Vou citar novamente o trabalho de Alonso Núñez:

> *Resulta sorprendente que sen sabe-la base da cal deriva* ***lamote*** *interprete* ***-ot*** *como sufixo diminutivo e, por tanto, transparente; non obstante, aínda me parece máis chocante que interprete así despois de citar en nota a definición que E. Rodríguez González dá de* ***lamote:*** *"hombre rústico que se dedica a la vida contemplativa". O diccionarista aínda engade que este uso aparece en* ***Montañesas*** *de Noriega.*

Nesta citaçom encontro que a má fé do recensionista vai ainda mais longe. O que el cita como acréscimo do dicionarista (a referência a Noriega) está na própria nota de Freixeiro. Em nengum momento Freixeiro nega a lexicalizaçom da palavra, bem ao contrário afirma-a quando a recolhe o próprio do dicionário de D. Eládio. Por último, a sua interpretaçom está suficientemente matizada quando di: *talvez por unha posíbel* [4] *derivación de* ***lama.***

Novamente Alonso Núñez vai achar um detalhe de tipo dialectal para descarregar todas as suas baterias contra Freixeiro. E novamente se lhe poderia aplicar o dito de matar moscas a canhonaços dada a importância relativa do "erro" criticado e da crítica realizada:

> *A segunda obxección que quero facerlle radica que non estou de acordo coa información subministrada por el referente a que "-ito é practicamente inexistente no galego, salvo casos moi illados como cabrito e bonito". Este sufixo foi recollido por X.L. Regueira no norte da Terra Cha e eu, nunha comunicación presentada no I Congreso Internacional do Instituto da Lingua Galega, documenteino no concello de Castrelo de Val (Ourense) coma un sufixo activo nas persoas de idade.*[5]

Citarei novamente a recensom para nom poder ser acusado de desfigurar o pensamento do seu autor:

> *Tampouco me parece adecuado, e esta é a terceira obxección que fago, cita-las opinions sobre os sufixos diminutivos sen expoñer con suficiente claridade que é o que pensa el. Esa ambigüidade tamén se detecta en "Os diminutivos en galego e os diminutivos noutras linguas".*

A realidade é muito outra: Freixeiro Mato si que expom o que el pensa e fai-no com umha clareza meridiana para qualquer pessoa com umha formaçom lingüística que nom tem porque ser extraordinária nem muito menos.

---

(4) Os sublinhados som meus.

(5) Recorre-se novamente à autoridade dos colegas (neste caso aparece o próprio Alonso Núñez), ignorando-se trabalhos de mais envergadura, como os de Henríquez Salido (1996, 1997) e Alonso Estravis.

Voltando a esse apartado (que na clasificaçom do recensionador é o terceiro) di:

> *...termina caendo en prexuízos parecidos cando di: "No caso galego, o tradicional ruralismo e o subdesenvolvimento económico provocado por causas políticas de orixe exterior, que mantivo a grande parte da poboación no analfabetismo e a miseria, poden explicar a maior activación de certas funcións do diminutivo (...)".*

Pararei-me aqui um momento porque, se calhar, o recensionista e eu temos opinions divergentes do que é um prejuízo lingüístico. Nom é certo o que di Freixeiro do tradicional ruralismo, do subdesenvolvimento provocado por causas externas, do analfabetismo e da miséria de grande parte da populaçom galega? Se Alonso Núñez opina o contrário deveria demostrá-lo. Nom é certo que no Galego há umha maior activaçom de certas funçons do diminutivo? Por certo que Freixeiro chega a matizar, com a sua habitual prudência, com um *poden explicar.* Se isto tampouco é certo pediria-lhe ao recensionista que me explicasse as suas razons para negá-lo. Finalmente rogaria-lhe a Alonso Núñez que me informasse do que para el é um prejuízo lingüístico, já que eu nom o acho por nengures.

Precisamente um dos méritos mais relevantes de Freixeiro Mato é saber ver e explicar que a abundância do diminutivo em certos níveis e registos da língua se deve a motivaçons sociais e políticas e nom a umha particular idiossincrasia do nosso povo e a nossa fala.

Cedo novamente a palavra a Alonso quem, à sua vez, lha cede a Freixeiro. As reticências entre chaves som supressons minhas, enquanto que as que vam entre parênteses som do autor:

> *Volve caer no prexuízo lingüístico ó dicir: "Se en todas as linguas e mesmo falares dialectais sempre hai algunha forma que é tirada do conjunto de signos {...} para {...} ser tomada como símbolo representativo non só da fala, senón en ocasións da idiosincrasia de todo un pobo {...} tratándose do galego, sen dúbida que a coincidencia no sufixo -iño sería grande, pois mesmo fóra do país é utilizado como signo identificador da nosa fala e do conxunto de persoas que o compoñen (...)".*

Mais umha vez rogo-lhe a Alonso Núñez que me explica o que é um prejuízo lingüistico já que som incapaz de vê-lo nos textos assinalados por el.

Cedo-lhe novamente a palavra ao professor Alonso:

> *Non atopa explicación para a escaseza do diminutivo na literatura medieval; pero, en realidade, a resposta tíñaa dediante dos ollos, xa que ó considerar que* ***-iño*** *é un trazo caracterizador da fala coloquial e da literatura popular, debería darse conta de que a literatura medieval é unha literatura cortesá e iso é o que impide a proliferación do diminutivo nese tipo de textos.*

Volvo querer pensar que Alonso Núñez fijo umha leitura muito apressada do texto de Freixeiro. De nom ser assi só podo concluir que além da má fé, julgo que evidente, que há na sua recensom, mente como um velhaco. Para começar está confundindo duas cousas: A escasseza do diminutivo *-inho,* que Freixeiro explica pola sua concorrência com *-elo* na época medieval, com a escasseza do diminutivo em geral. Freixeiro nom ignora que a literatura medieval fosse umha literatura cortesá. É mais, o autor de *Os diminutivos en galego*, tem afirmado em múltiplas ocasions, implicitamente ou explicitamente, tanto nesta obra como noutras e em diferentes artigos e conferências que a língua galega, e portanto a literatura que a toma como veículo de expressom, era umha língua normalizada no período medieval. É que Alonso Núñez nom sabe isto?

Fala novamente o recensionista:

> *Os datos referidos a esa repartición non se corresponden coas formas normativas da* ***Gramática galega*** *de Álvarez et alii*[6]*, nin coa distribución dalgunha zona dialectal galega (no caso de ser unha distribución dialectal, Freixeiro Mato non a especifica).*

Isto é mais umha falsidade. Freixeiro dá, em certas ocasions, tal informaçom dialectal: Fai-no no caso de *-olo* já que proporciona a opiniom de Porto Dapena sem desmenti-la nem negar-lhe esse carácter dialectal. Também o fai quando distingue os usos em Galego e em Português, suponho que este argumento nom será válido para Alonso Núñez por tratarem-se de "duas línguas diferentes". Por último também o fai, ainda que noutra secçom do livro, quando toca o tema do sufixo -im. O que nom se pode negar é que o interesse pola dialectologia que manifesta Freixeiro é muito inferior ao de muitos outros autores situados na órbita do ILG. Já falei disto noutras ocasions e tenho medo de resultar reiterativo mas, é a minha opiniom, se as energias (e o dinheiro) que se investem no estudo da dialectologia se utilizassem noutras cousas (como por exemplo em trabalhos de política lingüística orientados cara a umha normalizaçom da língua) outro galo nos cantaria.

Outra volta fala o recensionista: *Non parece xustificado atribuir* ***florciña*** *á influencia do castelán.* Por muitos argumentos dialectológicos, tanto galegos como portugueses, que me queiram dar (e Alonso nom se priva de dá-los) estou completamente de acordo com Freixeiro. É mais, julgo que é devida a influência do Espanhol a abundáncia do interfixo *-z-* em geral que alterna com a sua ausência em casos como *amor, calor, bar,* etc. podendo mesmo aparecer em *animal*. As relaçons que o Galego mantém com o Português e com o Espanhol nom som, em absoluto similares. Há séculos que o Espanhol está interferindo o nosso sistema lingüístico por razons de todos conhecidas. As possíveis interferências atribuíveis ao Português som praticamente nulas; poderia-se, como muito, falar de umha certa

---

(6) Novamente falam as autoridades. Acrescentaria umha subtileza correndo o perigo de ser, se calhar, desconfiado em excesso. Um leito pouco advertido poderá pensar que se trata das formas normativas do Galego e nom, simplesmente das formas que Álvarez et alli propohem como normativas na sua gramática. É bem sabido que nengum texto legal lhe deu categoria de «normativa oficial» à gramática de que estou a falar.

influência nas zonas fronteiriças polos intercámbios de todo tipo que nelas se dam; mesmo assi considero que esta influência contribui, sobretudo, a manter vivas no Galego dessas zonas formas que nos som próprias e que noutros lugares se fôrom perdendo pola pressom da língua dominante.

Cito novamente a recensom:

> *Con respecto a esta parte, non podo estar de acordo con Freixeiro Mato en que a palabra* ***paseniño*** *está formada polo sufixo* ***-iño*** *e a base, suposta por el,* ****paseno****. Creo que a palabra* ****paseno*** *non existe e por iso mesmo non se pode face-la análise sincrónica que el propón. A esa palabra incluso el lle pon asterisco.*

Mais umha vez som ganas de falar por nom estar calado. Se o próprio Freixeiro lhe pom o asterisco isso quer dizer que nom a aceita como palavra viva. Trata-se simplesmente de se na palavra *paseninho* é possível ou nom identicar o sufixo diminutivo *-inho.* Coincido com Freixeiro em que se dá essa possibilidade. Quando nom há argumentos recorre-se às cousas mais peregrinas.

Como final da sua recensom, Alonso Núñez di :

> *Para terminar, considero que os méritos principais deste libro son o resumo que se fai doutros estudios(...) e a análise pragmática do sufixo* ***-iño*** *en* ***Cantares Gallegos*** *e* ***Follas Novas*** *de Rosalía de Castro. Por contra, os dous defectos máis importantes radican na case total ausencia de datos sobre o galego falado e na falta de claridade expositiva en que incorre o autor, algunhas veces, por non expoñe-la súa opinión.*

Assi finaliza a recensom e, ainda que a estas alturas poda parecer estranho, julgo que acaba magnificamente. E nom estou a utilizar a ironia já que neste final se condensam as qualidades mais salientáveis do trabalho do recensionista: A perversidade das intençons e o apressuramento da sua leitura (de nom aceitarmos a tese alternativa da ignorância). Dizer que os méritos principais som os que el di (o resumo de teorias alheias e a aplicaçom prática que fai de umha teoria que o próprio autor elaborou) demonstram tanto a sua malevolência como que nom entendeu o livro. Dizer que os deméritos som os que el considera como tais, demonstra a sua paixom dialectológica, da que já falei e nom me vou estender mais, e, por outra parte, que nom entendeu o livro; a mim resultou-me absolutamente claro e devo advertir que a minha preparaçom lingüística em disciplinas como a Morfologia e a Semântica era escassa, a Semântica constituía precisamente o meu ponto mais fraco, agora já nom o é tanto devido à leitura da obra de Ramón Freixeiro Mato.

CONCLUSONS E REFLEXOM FINAL

Em realidade algumhas das conclusons já as deixei indicadas na introduçom deste trabalho, mas quero acrescentar outras que som mais bem umha espécie de reflexom final.

A situaçom lingüística do nosso país tem chegado a limites difíceis de superar. É necessário e urgente virar o leme. Para conseguir isto faria falta umha uniom entre todos aqueles que concebemos a nossa língua como umha parte do diassistema galego-português em oposiçom aos que pensam que o Galego é umha língua diferente do Português e do Espanhol; estes isolacionistas levariam a nossa língua, cada vez mais, a integrar-se na órbita lingüística espanhola e esse caminho nom tem mais que um final possível: Converter o Galego numha variante dialectal do Espanhol. Entre os que professamos a primeira das filosofias citadas há diferenças e isto nom podemos negá-lo, mas, segundo a minha opiniom, é necessário criarmos um ambiente de solidariedade que, por cima das nossas diferenças, nos faga chegar a umha certa unidade na acçom, compatível com as tácticas de cada quem e oxalá! que umha mudança no poder político da Galiza faga possível um clima menos abafante do que o actual.

Por outra parte, a existência de umha avanguarda lingüística nom só é desejável mas também necessária e, hoje por hoje, esta avanguarda é a Associaçom Galega da Língua, independentemente da existência de outros grupos, de base ou nom, que nom deve ser incompatível com a da AGAL. É muito importante, nesta direcçom, o fortalecimento da nossa associaçom e a difusom da revista *Agália.* Tanto as suas páginas como a nossa associaçom estám abertas a todos os galegos de boa vontade que compartilham os nossos princípios.

REFERÊNCIAS

Henríquez Salido, M.ª do Carmo. 1996. «Contributos para o estudo dos apreciativos nas "Cantigas de Santa Maria"». M.ª do Carmo Henríquez e Antonio Rifón (eds.). *Estudios de Morfología.* Vigo. Departamento de Filología Española, 27-58.

Henríquez Salido, M.ª do Carmo, 1997. «Achegas para o estudo do sufixo -ito em espanhol e em português». M.ª do Carmo Henríquez Salido e Miguel Ángel Esparza (eds.). *Estudios de Lingüística.* Vigo. Departamento de Filología Espaola, 89-114.

Jornalismo e Literatura: Inimigos íntimos com uma paixão comum

José Jorge LETRIA

Em 1970, quando comecei a trabalhar num jornal diário ja extinto - o «Diário de Lisboa» -, vindo do corpo redactorial de um dos seus suplementos onde se fazia humor e alguma literatura mais ou menos assumida, um velho chefe de Redacção dirigiu-me esta advertência: *«Se queres ser jornalista, deixa a literatura lá fora».*

Nessa altura, eu que vinha da universidade, de um árido e escolástico curso de Direito, ainda não sabia o que era jornalismo e tinha, muito mais como leitor do que como escritor, a ideia do que fosse literatura, embora soubesse que alguns dos escritores que eu mais admirava e continuo a admirar (Hemingway e Albert Camus, entre outros) tinham sido grandes jornalistas.

Imagine-se , pois, a confusão que se instalou no espírito de um jovem aspirante a jornalista quando brandiram perante os seus olhos esta advertência, semelhante talvez á que nos seminários se fazem aos jovens candidatos a padres quando lhes dizem:*«Olha que se queres vir a ser ordenado, não penses em casamento».*

Como eu tinha a idade de todas as quimeras, como queria intervir civicamente através do jornalismo e como precisava de receber o meu salário ao fim do mês, tentei seguir à risca o conselho do velho chefe de redacção, mas com um duplo problema logo à partida: eu ainda não sabia como se fazia jornalismo e ignorava de que modo a literatura podia contaminá-lo com os seus vírus e as bactérias da fantasia criadora. Deste modo, iniciei um ofício que pratiquei durante quase 25 anos, sobretudo em jornais diários, em estado de perplexidade e de inquietação, o que, bem vistas as coisas, tem as suas vantagens, sobretudo porque não deixa espaço para o triunfalismo juvenil que leva a crer que o mundo é uma coisa que se arrastra aos nossos pés clamando por reconhecimento ou mesmo por um pouco de atenção.

Devo confessar-vos que, nesses primeiros meses de ofício, me afastei prudentemente de algumas leituras, com receio de que elas deixassem cicatrizes mal disfarçadas na minha incipiente prosa jornalística.

Nessa época, ou seja, há mais de 25 anos, não existiam escolas de jornalismo em Portugal, o que fazia com que os jornalistas e candidatos a jornalistas viessem quase todos de cursos de Letras, não tendo mesmo alguns, sendo que esses alguns eram frequentemente os melhores de todos nós, chegado a ingressar na universidade.

A minha perplexidade de estagiário aumentou ainda mais quando descobri que entre os meus companheiros de ofício estavam alguns dos escritores que eu então mais admirava. Dou-vos dois exemplos: o romancista e ensaísta Urbano Tavares Rodrigues e o poeta Fernando Assis Pacheco. Ainda por cima, nos raros momentos de ócio com que a voragem do ofício nos obsequiava, eles costumavam falar de literatura, trocando impressões sobre novos livros e recomendando aos mais jovens, sem nenhum paternalismo, algumas leituras que consideravam fundamentais. Foi, aliás, assim que eu descobri alguns dos maiores nomes da literatura espanhola contemporânea, de Gonzalo Torrente Ballester a Camilo José Cela, passando por Miguel Delibes e por Jaime Gil de Biedma ou pelo catalão Pere Gimferrer.

Concluí, portanto, que era possível promover aquilo que o filósofo norte-americano do Direito, John Rawls, classifica como «convívio com a diferença», como escola de cidadania e de tolerância.

Não existindo escolas de jornalismo, os jornalistas faziam-se a pulso, empiricamente, de erro em erro, de sobressalto em sobressalto, afinando na experiência quotidiana conceitos e técnicas. Tudo menos o estilo, porque o estilo, esse, segundo os mais velhos e supostamente mais sábios, era um exclusivo e também um vício da literatura. Os escritores tinham direito a ter um estilo, mas os jornalistas não.

Sinceramente, achei que não era difícil perceber porquê. É que o jornalista, sobretudo se estava em início de carreira, não podia adjectivar, não podia utilizar advérbios de modo e, acima de tudo, não podia emitir opinião. A opinião estava reservada para as crónicas e para os editoriais, e isso era uma prerrogativa dos seniores, dos veteranos, dos que já tinham, afinal, direito a opinar. Eu, como pertencia ao escalão mais baixo dessa hierarquia, se tivesse opinião devia guardá-la para mim, para a minha família e para os meus amigos.

Estava, portanto, assente: na redacção do meu jornal eu não podia emitir opinião por escrito com assinatura ao fundo da página e muito menos fazer literatura. Que havia eu então de fazer para poder ser jornalista e escritor, já que esses eram os sonhos que mais insistentemente me desassossegavam?

Lembrei-me nessa altura que a impossível coabitação destas duas realidades se assemelhava à história das famílias conservadoras de militares ou de juristas em que alguém decide ser artista de teatro ou bailarino. O seu nome é posto no index, excomungado, embora quase todos alimentem, lá no

sótão do subconsciente, o desejo de um dia se darem à mesma liberdade, saltando para um palco ou esvoaçando temerariamente agarrados a um trapézio.

Para os oficiantes da arte de fazer notícias, a literatura era a fantasia circense que era imperioso ostracizar. Todavia, eu já nessa altura estava em condições de perceber as palavras do jornalista britânico John Timpson, quando afirmava num livro cheio de auto-ironia:*«Todo o jornalista tem um grande romance dentro dele. Todo o jornalista tem uma excelente razão para nunca o publicar».*

Nas redacções de vários jornais em que trabalhei conheci jornalistas que clara e corajosamente se assumiam como escritores e outros que, embora mimoseando os jornalistas-escritores com a sua ironia, tinham há muito, na gaveta dos projectos secretos, o sonho de escrever um livro, nalguns casos já com título escolhido. Houve casos em que esses livros viram a luz do dia e alcançaram êxito editorial e outros em que o sonho ou o projecto morreu com os seus autores, sob a forma de umas dezenas ou centenas de páginas abundantemente emendadas.

Quando em 1973 publiquei a minha primeira colectânea de poemas, um camarada de ofício felicitou-me, mas aproveitou para me advertir: *«Vêlá se agora que és poeta ficas com o coração mole quando fizeres a reportagem de um descarrilamento de combóios ou de um filho que matou o pai».* De novo me acenavam com o fantasma: a literatura era legítima, mas tinha que permanecer à porta da redacção. Mas era absolutamente inútil fazerem-me este aviso, porque eu nunca tentei fazer rimar uma notícia, nem inventei personagens para nenhuma reportagem.

Entretanto, a riqueza e a profunda complexidade do real iam-se-me impondo como fonte temática de numerosos livros por escrever, do mesmo modo que, ainda hoje, lendo pequenas notícias locais sobre o quotidiano do meu país, me interrogo: como é possível que os romancistas, os dramaturgos e os argumentistas de filmes não vão aqui buscar a matéria-prima dos seus textos? Sim, porque a realidade é infinitamente mais engenhosa e complexa que a ficção porque está assente no que há de mais profundo e contraditório na condição humana, e não existe escrita literária fora das fronteiras e dos limites do humano mesmo que privilegie o universo atópico da Ficção Científica.

Meditando sobre as relações entre literatura e jornalismo, revisitei recentemente um pequeno livro de ensaios de Ezra Pound, no qual ele afirma que *«literatura é a novidade que permanece novidade».* Em inglês, a frase tem uma ambiguidade que estimula ainda mais a reflexão, já que o que Pound diz é o seguinte: *«Literature is news that 'stays' news».* Ou seja: tanto podemos falar de novidade como de notícias. E enquanto as notícias que os «media» veiculam são por essência efémeras, aquela sobre as quais a literatura se ergue ou em que se transforma são muito mais perenes. O que, no fundo, Pound queria, do meu ponto de vista, referir é a capacidade que o fenómeno literário, quando contém em si o fermento da modernidade, tem de vencer a erosão do tempo e de se tornar perene.

Esse é, desde logo, um crucial elemento distintivo quando se compara a literatura com o jornalismo. A matéria jornalística é fugaz, efémera, infini-

tamente perecível, enquanto que a literária tem precisamente como objectivos pôr em causa os mecanismos do esquecimento, vencendo-o através das marcas que deixa na memória dos leitores.

O jornalismo é, assim, volátil e transitório, enquanto que a literatura persegue incansavelmente a fórmula mágica da durabilidade. Os próprios cronistas de jornais, conscientes do efémero que estigmatiza o meio que usam, têm periodicamente a preocupação de publicar em livro colectâneas dos seus textos. No fundo, eles sabem que o que escrevem nos jornais é para ler e deitar fora, enquanto que a autonomização dos textos em livro constitui uma espécie de tribunal de recurso para a memória dos leitores e para os juízos de valor que o tempo se encarrega de sedimentar e de institucionalizar.

Regressando à minha experiência pessoal como jornalista que se fez escritor, ou como escritor que nunca deixou de ser jornalista, direi que devo à prática jornalística um sentido quase espartano de disciplina da escrita e uma considerável capacidade de escrever em praticamente todos os lugares e circunstâncias, bem como a preocupação, ainda que dissimulada, com a existência dessa entidade abstracta mas determinante que é o leitor.

Habituei-me, ao longo de mais de duas décadas, a escrever em qualquer lugar, com fortes constrangimentos de tempo, e a separar, no meio das inquietações e sobressaltos do espírito, o tempo de escrever notícias ou reportagens do tempo de criar textos literários. Curiosamente, alguns desses textos foram mesmo escritos, encetados ou concluídos durante os poucos ócios que a oficina jornalística me concedia, trabalhando quase sempre em jornais diários, sujeito à fortíssima pressão psicológica do horário de fecho das edições.

Se quisermos alinhar conceitos que clarifiquem o processo de distinção entre as duas práticas de escrita, direi que o jornalismo, seja ele escrito, radiofónico ou televisivo, opera com a objectividade, pelo menos com a objectividade possível, enquanto a literatura trabalha com os materiais da subjectividade. Ao jornalista pede-se que trabalhe com base no que viu e ouviu, sem tomar partido, pelo menos de forma excessivamente evidente. Ao escritor pede-se exactamente o contrário. Ou seja: não se lhe pede que tome partido e sim que conte o que tem para contar sem estar refém das tenazes do real, dos seus tempos e regras, dos seus limites e balizas.Onde o jornalista relata e retrata, tem o escritor que inventar, reinventar ou transfigurar.

O jornalista dá a ver o que os seus olhos vêem do mundo (sim porque o jornalista nunca mostra a realidade e sim o que os seus olhos apreendem da realidade) e o escritor revela, no que escreve, um outro mundo, que é o seu mundo interior. E mesmo que o seu registro seja assumidamente realista, o que ele mostra do real é a percepção interior, pessoal e secreta desse real.

Sou amigo de jornalistas, homens e mulheres, que, muito antes de cumprido o seu tempo normal de aposentação, decidiram embarcar na arriscada aventura da profissionalização, isto num país onde as condições para se viver exclusivamente da escrita literária são assustadoramente precárias, porque as tiragens são relativamente reduzidas e porque o mercado editorial não atravessa um período áureo. Conversando com eles sobre as opções feitas, são

unânimes em afirmar que seria impossível programarem uma obra e uma carreira com um mínimo de solidez se continuassem a trabalhar em redacções de jornais. Mas há uma unanimidade quando reconhecem que só chegaram onde chegaram porque foram jornalistas durante um considerável número de anos. Aí ganharam disciplina, profissionalismo, ritmo e sobretudo uma exacta noção das fronteiras entre o real descrito para consumo mediático e o real reinventado ou subvertido para consumo dos leitores dos seus livros.

Faz sentido que vos conte aqui uma pequena história.

Nos anos setenta trabalhei em dois jornais com José Saramago, primeiro no *Diário de Lisboa* e depois no *Diário de Notícias*. No primeiro, o autor de *O Ano da Morte de Ricardo Reis* era um redactor-editorialista, produzindo diariamente as suas opiniões políticas, sociais e culturais; no segundo era director-adjunto e responsável pela orientação editorial do jornal. A sua vida literária, até devido aos imperativos da intervenção cívica, não era, nessa altura, muito intensa,intensificando-se depois devido a factores de natureza política que sinteticamente passo a referir.

Em 25 de Novembro de 1975 uma resposta do sector militar moderado a alguns excessos do segmento mais radical do Movimento das Forças Armadas desencadeou um golpe que esteve na origem do saneamento de dezenas de jornalistas identificados com o grupo revolucionário. Foi assim que José Saramago, eu próprio e outros companheiros nossos fomos forçados a abandonar o *Diário de Notícias.*

Saramago ficou no desemprego durante algum tempo e recorreu a traduções, até de livros técnicos, para sobreviver. Trabalhava, no mínimo, oito horas por dia como tradutor, ao mesmo tempo que programava aquilo que viria a ser a fulgurante carreira literária que hoje é reconhecida mundialmente.

Só no final da década de setenta conseguiu escrever o livro *Viagem a Portugal,* que lhe concedeu a folga financeira necessária para escrever *Levantado do Chão,* que assinalaria o seu imparável arranque para a consagração. Numa entrevista que lhe fiz na altura, Saramago anunciava já o que viria a ser a sua obra na década que então começava. Recordo-me que me falou de um livro sobre o Convento de Mafra, que viria a ser o *Memorial do Convento,* de um outro sobre um heterónimo de Pessoa, que viria a ser *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, e ainda de um romance sobre o iberismo, que viria a chamar-se *Jangada de Pedra.* Portanto, Saramago sabia o que viria a ser a sua vida literária nos anos subsequentes e congeminou, metódica e rigorosamente o seu programa de criação. Já estava afastado dos jornais há cinco anos e confidenciou-me: *«A minha maior sorte foi não ter sido chamado para trabalhar noutro jornal quando deixei o «Diário de Notícias». Se isso tivesse acontecido a minha vida teria tomado outro rumo».* E eu não tenho quaisquer dúvidas de que Saramago tinha razão.

Posso, assim, concluir que a manutenção de uma carreira literária, com ou sem o complemento social que frequentemente a envolve, é incompatível com o ofício de jornalista encarado em toda a extensão das tarefas e responsabilidades que implica.

Escassos dias após o triunfo da Revolução do 25 de Abril, trabalhando eu no vespertino *República,* o principal jornal da resistência à ditadura, informaram-me que estava na recepção um senhor espanhol que queria falar comigo. Perguntei o nome, mas não souberam responder. Pedi que o mandassem vir à redacção. Poucos minutos depois reencontrei, com grande satisfação, a Manuel Vázquez Montalbán, que conhecera dois anos antes em Madrid durante a gravação de um disco de José Afonso. Ele estava em Lisboa para fazer uma série de reportagens sobre o Portugal de Abril para o jornal *Tele-Express,* de Barcelona, de que era então editor e do qual eu fui correspondente durante cerca de dois anos.

Manuel Vázquez Montalbán criara algum tempo antes a figura de Pepe Carvalho, que viria a ser protagonista dos seus livros policiais e a dar-lhe uma sólida fama literária internacional. Confidenciou-me, nessa altura, que o seu desejo era abandonar as redacções e dedicar-se, a tempo quase inteiro, à literatura, mantendo uma esporádica presença nas páginas dos jornais através da crónica social e política. Acabou por realizar esse sonho e quando o reencontrei em Barcelona, no principio dos anos 80, era já, assumida e jubilosamente, um escritor a tempo inteiro, também reconhecido ao ofício sobre o qual fez história e teoria, mas sem qualquer desejo de regressar a ele para se consumir na voragem das redacções que não sabem nem podem dar tréguas a quem as povoa e lhes dá vida.

Quando Juan Ramón Jiménez escreveu que *«a literatura é um estado de cultura e a poesia um estado de graça»,* esqueceu-se de dizer que estado corresponderia, no seu entender, ao jornalismo. Pessoalmente, entendo que o jornalismo é um estado não de graça mas de desgraça, porque impõe a quem escreve uma compulsiva atenção ao real e deixa o jornalista refém daquilo que pensa ser, quando escreve, o rosto tão fiel quanto possível da verdade. Só que a verdade, para o jornalista, como para o ser humano em geral, é uma entidade impalpável e esquiva, que utiliza o fingimento de mil rostos e mil vozes para fazer crer que é una e indivisível.

Há cerca de quatro anos visitei em Veracruz, no México, um velho café que Gabriel García Márquez costumava frequentar quando era um modesto redactor do principal jornal da cidade. Tinha por hábito sentar-se, ao fim da tarde, numa mesa de canto a escrever textos que não eram, seguramente, jornalísticos. Nessa altura havia já publicado a colectânea de contos *Olhos de Cão Azul* e acalentava o desejo de se dedicar a tempo inteiro à literatura. Depois, jornalista ainda, publicou outros livros de pouco êxito, até que decidiu arriscar. Alguém que com ele conviveu regularmente nessa época lembra-se de García Márquez ter vendido o carro que utilizava diariamente para viajar de casa para o trabalho de forma a poder deixar o jornalismo e a escrever um romance que andava a ganhar corpo e voz na sua cabeça. Arriscou e ganhou e assim nasceu *Cem Anos de Solidão,* livro que lhe permitiu deixar de vez as redacções e que lhe assegurou a independência material necessária para poder escrever para os jornais, por imperativo cultural ou cívico, sempre que lhe desse na real gana.

Também Garcia Marquez, já liberto do espartilho da escrita jornalística tecida quotidianamente com humildade e paciência, revelou a sua dívida para com o jornalismo. Atribuiu-lhe, entre outros, o mérito de lhe ter dado segurança e rigor na escrita ficcional. E, de facto, o que é *Cem Anos de Solidão* senão uma espantosa reportagem urdida no mundo onírico em que o real se mistura com a fantasia abrindo a sete chaves as portas para o universo da magia e da pura invenção?

Meios irmãos desavindos na similitude dos seus interesses e na complementaridade dos seus discursos, o jornalismo e a literatura são os inimigos íntimos que só o tempo, supremo juiz nestas como noutras humanas matérias, consegue colocar nos seus devidos lugares, separando as águas que há para separar e delimitando os territórios que há para delimitar.

Alguns dos melhores escritores deste século foram jornalistas por opção e ofício, nunca se tendo desligado definitivamente do mundo dos jornais. As reportagens de guerra de Ernest Hemingway ou de John Steinbeck são grandes páginas de literatura, porque o relato dos factos e da tragédia humana foi engrandecido com uma técnica que, parafraseando Ezra Pound, faz com que a novidade nunca deixe de ser novidade, de tal modo fulgurante e perene é a qualidade formal que a suporta.

Relendo recentemente a antologia *Reportage,* organizada e prefaciada por John Carey, descobri textos de Tucídides, de Tácito, de Garcilaso de la Vega, de Oliver Cromwell, de Samuel Coleridge, de Victor Hugo, de Winston Churchill ou de James Cameron, que tendo na origem, a forma de relatos factuais de acontecimentos históricos em que os autores foram actores ou atentos espectadores, descubro que o jornalismo também se torna literatura quando o apuro formal o permite e exige e quando o apertado crivo do juízo do tempo lhe confere essa legitimidade.

Por mim, poderei dizer que, mesmo quando a escrita literária foi, ao longo da minha vida, refúgio e transfiguração relativamente às servidões do real, nunca deixei de me sentir devedor em relação ao jornalismo. Devedor da disciplina e do rigor que o reiterado manejo de uma técnica me concedeu como virtude ou, se calhar, como sina e estigma inescapáveis.

Ainda hoje quando, esporadicamente, publico crónicas de matriz literária em jornais ou revistas, sinto-me muito mais jornalista que escritor e quando preencho documentos oficiais hesito sempre, no capítulo da profissão, entre a palavra «jornalista» e a palavra «escritor», já que o cargo público que actualmente exerço a tempo inteiro será sempre encarado por mim como coisa transitória e fugaz. Os cargos passam e as obras ficam; os homens partem e as palavras sobrevivem-lhes.

Nunca me neguei a ser anfitrião destes dois inimigos íntimos que na sua desconcertante similitude e diferença ajudam a definir o essencial da minha identidade como produtor de escritas, como modesto intérprete do grande teatro do mundo.

Um escritor português com quem trabalhei e de quem fui amigo, Luís de Sttau Monteiro, dramaturgo, romancista, publicitário e jornalista, disse-

-me uma vez: «A vantagem do jornalismo é que não nos exige que inventemos personagens nem enredos. Eles já lá estão, basta contá-los». É disso mesmo que se trata. Só é necessário que o jornalista não viva com a obsessão de deixar a literatura fora da redacção e que, ouvindo as vozes interiores que o ajudam a traçar rumos no meio da neblina, saiba com exactidão qual é o momento certo para optar, trocando um inimigo íntimo por outro, em nome desse imperativo profundo e inominável que é o desejo de criar.

Penso que o convívio destes inimigos íntimos pode ser bem ilustrado pelo modo como Ernest Hemingway falava do jornalismo, em carta ao seu amigo Louis Henry Cohn, por volta de 1930. Dizia ele: *«Aquilo que tenho escrito para os jornais nada tem a ver com o resto da minha obra, que existe à parte. O primeiro direito que assiste a um homem que escreve é o de escolher aquilo que quer publicar. Se uma pessoa ganhou a vida como jornalista, se aprendeu o seu oficio, se escreveu contra o tempo, então escreveu coisas de actualidade muito mais do que as destinadas a perdurarem. Ninguém tem o direito de exumar essas coisas e de as opor àquilo que se escreveu com a ideia de se escrever o melhor possível».*

Todavia, apesar desta clara intenção de separar as águas e de colocar em compartimentos estanques a literatura e o jornalismo, Hemingway, como realça William White, no prefácio ao livro «By Line: Ernest Hemingway», «durante quase 40 anos de escrita, o escritor não hesitou frequentemente em utilizar materiais jornalísticos nos seus livros de literatura; ele recuperou numerosos textos publicados em jornais e em revistas, utilizando-os em livros, praticamente sem emendas». Ou seja, o autor de *Fiesta* repudiava, em termos teóricos, o jornalismo enquanto forma menor de escrita, mas outra coisa não fez senão alimentar a sua obra com textos de matriz jornalística. Por outro lado, foi à experiência jornalística que foi buscar os eixos temáticos fundamentais da sua obra como ficcionista. Tomem-se como exemplos os temas da Guerra Civil de Espanha, da corrida de touros ou das grandes caçadas africanas.

Hemingway foi um grande jornalista que se tornou um grande escritor, não querendo nunca permanecer refém da oficina técnica que engrandeceu a sua prosa. E a grandeza inquestionável da sua obra coma ficcionista é indissociável da excelência do seu trabalho como jornalista. No entanto, ele nunca assumiu essa proximidade e essa complementaridade, ilustrando bem o que pode ser, num escritor genial, a turbulenta coabitação destes dois inimigos íntimos.

Com plena razão observa Philip Young que «Hemingway não inventou nem imaginou grande coisa; limitou-se a estabelecer uma relação permanente entre a sua obra e a sua vida, e muito do que apreendeu na sua vida foi enquanto jornalista». E haverá grandes escritores que tenham sido jornalistas que possam negar a ligação umbilical, omnipresente e obsessiva entre estes dois inimigos íntimos?

Por mim devo dizer que devo muito à coabitação destes singulares e indomáveis irmãos desavindos, a começar pelos livros que já escrevi e a acabar no prazer de estar hoje aqui convosco a falar de temas que me são tão caros.

Janus, ou a minha descoberta de Portugal [1]

Benjamim MOREIRA
(Instituto Camões - Universidade
de Santiago de Compostela)

1. PONTO PRÉVIO

Comecemos pelo título. Como sabemos um título tanto pode ser anafórico como catafórico. No primeiro caso, o autor daria un título a um texto acabado de escrever. O título sería então uma síntese final, uma conclusão ou até uma releitura do texto por parte do seu autor. No segundo caso, o título seria uma antecipação, uma prolepse do que viria a ser o texto. O texto seria então o desenvolvimento de um tema.

No meu caso concreto posso dizer que comungo das duas perspectivas é como se estivesse na construção do meu texto, ou desta simples conferência, isto é, partindo e chegando das formas aos valores e vive-versa. Agora mesmo abandonei o meu texto e estou a escrever estas primeiras páginas. É deste vaivém que surge uma reflexão sobre aquilo que me proponho dizer aqui. Penso que não existe outro modo de fazer. E o que eu traigo aqui são reflexões díspares que me ocorrem depois de perviver (palavra que eu já adoptei) aqui no aquém Minho.

O que quero dizer é que é o texto que me vai escrevendo e nessa medida vou descobrindo quem sou. Quer dizer que assumo que só agora estou forjando verdadeiramente a minha identidade porque só agora me confronto definitivamente.

Por outro lado, a dificuldade é maior por causa da composicionalidade da problemática que, nessa medida, me faz lembrar uma passagem magnífica das Cidades Invisíveis de Italo Calvino.

---

(1) Este texto tem como base uma conferência sobre a Cultura Portuguesa proferida no Colégio Maior Rodríguez Cardaso de Santiago de Compostela, no âmbito de uma Semana da Cultura Portuguesa que decorreu de 9 a 14 de Março de 1998.

[Marco Polo está a descrever ao imperador Kublai Kan as cidades que visitou nas suas missões]

> «Marco Polo descreve uma ponte, pedra a pedra.
>
> —Mas qual é a pedra que sustém a ponte? —pergunta Kublai Kan.
>
> —A ponte não é sustida por esta ou por aquela pedra —responde Marco— mas sim pela linha do arco que elas formam.
>
> Kublain Kan permanece silencioso, reflectindo. Depois acrescenta: —Porque me falas de pedras? É só o arco que me importa.
>
> Polo responde: —Sem pedras não há arco».

Que alternativa era a minha senão a de representar aqui Janus[2]?

É que só agora começo a precisar de me definir como português.

2. SER PORTUGUÊS

Muitos portugueses confrontam-se com a alteridade desde as viagens de quatrocentos. A grande descoberta dos Descobrimentos foi a alteridade, a diferença. A Carta do Achamento do Brasil, de Pero Vaz de Caminha, é a descoberta do outro. Esta descoberta é bem mais importante no continente americano que nos outros continentes, dado que não se suspeitava que existia. Para quando, então, o descobrimento de nós mesmos, como reclama Pessoa no poema Infante?

> Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
> Deus quis que a terra fosse toda uma,
> Que o mar unisse, já não separasse,
> Sagrou-te, e foste desvendando a espuma.
>
> E a orla branca foi de ilha em continente,
> Clarcou, correndo, até ao fim do mundo,
> E viu-se a terra inteira de repente,
> Surgir, redonda, do azul profundo.
>
> Quem te sagrou criou-te português.
> Do mar e nós em ti nos deu sinal.
> Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez,
> Senhor, falta cumprir-se Portugal!
>
> Pessoa, Fernando, *Mensagem,* 1934

---

(2) Janus - Deus ambivalente de dois rostos contrapostos de origem indo-europeia e um dos mais antigos de Roma. Deus das transições e das passagens, assinalando a evolução do passado para o futuro, de um estado a outro, de uma visão a outra, de um universo a outro, deus das portas. Preside aos começos. O primeiro mês do ano é-lhe consagrado. Guardião das portas, que ele abre e fecha, tem por atributos a varinha do porteiro e a chave. O seu duplo rosto significa que ele vigia tanto as entradas como as saídas, que tanto olha para o interior como para o exterior, para a direita e para a esquerda, para a frente e para trás, para cima e para baixo, a favor e contra. Os seus santuários são sobretudo arcos, como as portas ou galerias em lugares de passagem (segundo o *Dicionário dos Símbolos,* Teorema, Lisboa, 1994).

O conhecimento de si mesmo nunca é imediato. Precede-o o reconhecimento do outro, isto é, da diferença.

Creio que é o secular contacto dos portugueses com outros povos, sobretudo não europeus, aquilo que lhes tem dado ocasião de tomarem consciência da sua própria identidade nacional. Os Portugueses só se consideram como tais para darem alguma resposta aos novos reis de Melinde que sem cessar os interrogam. Deste modo, a História, enquanto assumida colectivamente, surge sobretudo como componente da consciência nacional, para responder à curiosidade dos estranhos, e é tanto mais viva quando eles são mais diferentes.

A verdade é que lhes foi sempre difícil definerem-se como portugueses. Parece portanto que os portugueses só forjaram verdadeiramente a sua identidade fora do seu país, na confrontação com outros povos. Na luta contra os mouros: o inimigo que se expulsa da terra mas fica dentro de nós. Nas conquistas e navegações de além mar em África, na epopeia de Ceuta e na captura de ouro e de escravos. Da longínqua aventura do Oriente no comércio das especiarias e na travessia do mar infindo. Da exploração do ouro e dos diamantes, atravessando os perigos do sertão brasileiro.

Num saudoso exílio, numa perigosa e interminável viagem, num arriscado combate ou numa dolorosa peregrinação, muito mais vezes solitário ou a súa custa doque a história oficial pretende, o português toma consciência de que o é perante povos, línguas, costumes e interesses radicalmente diferentes. Então forja para si e os seus semelhantes um passado comum e atribui-se a si mesmo, além da **língua** e da **história,** uma **identidade própria.**

Entre as particularidades comportamentais dos portugueses contar-se-ia, segundo muitos autores, uma espécie de complexo de saudade-lirismo que os levaria a sentir agudamente uma constante insatisfação pelo real, e ao mesmo tempo a sublimarem-na pela poesia. Mencione-se também uma irreparável incapacidade de planeamento e de organização, aliada a um jeito especial para a improvisação. Ou ainda o chamado universalismo dos portugueses.

Talvez muitas das condições que podem determinar o comportamento tendencial de muitos portugueses se estejam neste momento a modificar. A industrialização,a urbanização, a democratização do ensino, e recessão demográfica, a perda das colónias, a integração na Europa, tudo isso provoca alterações demasiado profundas para não se reflectirem sobre o comportamento e a cultura dos portugueses. Mas ninguém poderá dizer em que sentido. Com a sua capacidade tradicional de adaptação continuarão, sem dúvida, a ser portugueses e a terem disso uma viva consciência, mas talvez venha a mudar substancialmente a opinião acerca de si próprios. Pelo menos a daqueles que se consideravam vítimas de uma irremediável decadência colectiva.

O problema da decadência da raça, de Antero de Quental e Fernando Pessoa, ou das características pretensamente misteriosas, indefiníveis e contradictórias dos portugueses de Ramalho Ortigão e Eduardo Lourenço ou de Eça de Queirós a António José Saraiva, é uma problemática que só tem sentido para uma elite intelectual do destino nacional.

Ora, ate hoje poucas vezes precisei de me definir como português.

3. PORTUGAL, HOJE, EM DOIS TRAÇOS

As estatísticas sociais demonstram, de forma categórica, a alteração nas condições de vida depois da revolução de 25 de Abril de 1974. Vejam-se alguns. Em 1970 só havia água canalizada em 47% das casas, hoje 89%; esgotos em 58%, hoje 91%; electricidade em 63%, hoje 98%. Em 1975 a mortalidade infantil era de 39‰, em 1990 passou para 11‰. O número total de alunos a frequentar o ensino era em 1960 de 1.140.000; hoje é de 2.290.000. Em 1970 existiam 46.019 alunos matriculados no ensino superior; o número triplicou, é actualmente de 156.878.

A redução de Portugal ao seu espaço europeu e o facto de os portugueses terem de novo tomado colectivamente o seu destino nas mãos, não em virtude de nenhum herói providencial mas pela própria imposição das circunstâncias. criam hoje as condições para eles poderem compreender-se a si próprios de maneira realista e mais construtiva. Não há agora a confrontação com os povos radicalmente diferentes como os Bantos, Indús, Malaios ou Índios do Amazonas, mas com europeus, isto é, com povos da mesma civilização a que dizemos pertencer, e que, em vez de se espantarem com os nossos costumes ou invejarem os nosso conhecimentos, nos analisam, interrogam, criticam ou nos propõem formas diferentes de comportamento.

Estas questões colocam-se porque houve o 25 de Abril de 1974.

4. O 25 DE ABRIL

Que importância pode ter para a definição de uma Identidade Nacional um acontecimento como o 25 de Abril de 1974?

A «Revolução dos cravos» repetiu de algum modo situações comparáveis à instauração da República (1910), à Restauração da independência nacional (1640) ou a vitória sobre a crise do século XIV (1383-85). Trata-se de acontecimentos que são pontos de apoio simbólicos para a memória colectiva. Eles constituem, nas palavras do professor José Mattoso, o ponto de apoio histórico para que a memória nacional recorde a capacidade colectiva de reagir a uma situação de crise.

Vivemos durante mais de quarenta anos num regime dominado por un ditador solitário. Vivemos num sistema de repressão fascista, medíocre e baço.

Para os intelectuais portugueses foi sobretudo uma atitude de resistência, de não participação, de recusa moral dum regime.

Depois, veio a guerra colonial e os jovens estudantes, mobilizados, transformaram ideologicamente o exército português até dar a manhã de 25 de Abril de 1974 em que os militares decidiram terminar com o regime de opressão. Para escritores e artistas foi fundamentalmente o fim da censura e a liberdade de criar.

5. DOIS OLHARES APENAS SOBRE PORTUGAL

O anuário Janus 98 apresenta alguns olhares sobre Portugal. É por aí que devemos começar. No caso presente trata-se de olhares do exterior do espaço geográfico e político designado de Portugal.

Do outro lado do território que foi chamado convencionalmente Romania, ou seja da fronteira oposta do antigo Império romano, da Roménia, Portugal é visto de uma forma estranha: existe para os romenos um Portugal quase imaginário. Por causa da distância geográfica mas sobretudo por causa da lenda cultural que o envolve, Portugal surge, na opinião de Mihai Zanfir (catedrático de Literatura Portuguesa e Francesa na Universidade de Bucareste) com a imagem de um território mirífico, de um país de sonho, num estádio quase mitológico. Entre as poucas coisas que os romenos —mesmo os bem informados— sabem sobre o país mais occidental da Europa avultam as informações de natureza cultural: é o sítio onde paraouUlises, o sítio onde a terra acaba e o mar começa, o sítio de onde se partiu à descoberta de novos mundos, a terra de Camões e Pessoa.

Aproximemo-nos geograficamente do objecto observado, ou seja, saibamos como o director do diário espanhol «El País», Jesús Cebrián, vê Portugal:

> Não sei se a situação recíproca é similar. Mas creio que, em Espanha, Portugal é um grande desconhecido. Somo dois países que vivemos de costas um para o outro: nós, espanhóis, olhando para França, e Portugal com os olhos postos no Atlântico e na Inglaterra.

Como é que Portugal é visto da Galiza? A pergunta transporta alguns mal-entendidos, é uma curva cega que exige redução de velocidade, como diz o grande escritor moçambicano Mia Couto. A primeira resposta, a mais sumária poderia ser: Portugal simplesmente não é visto?

6. O MEU PAÍS A DESCOBERTO

Quero declarar que apenas posso transmitir o pouco que ainda reflecti sobre esse assunto. É que uma coisa é viver um país, viver num país e outra é o falar de um país, isto é, do meu país. É uma coisa completamente diferente. O que é que é primeiro: a descoberta de mim mesmo ou a descoberta do meu país?

Poderei procurar explicar isto melhor. Digamos que pode ser uma situação semelhante à da dicotomia semântica que permite distinguir o verbo *saber* do verbo *conhecer.* Eu posso conhecer um/o meu país mas não saber um/o meu país. Num cao eu posso discernir o objecto interno e no outro não.

Falemos então de Identidade, da relação o Eue o Nós, da Identidade Portuguesa. Quem sou eu? Quem somos nós? Quais são as minhas/nossas raízes?

Se estabelecermos como sequência de momentos organizadores da nossa identidade individual a fecundação, o **parto** (grito), o sorris, *mãe, pai,* o meio, isto é, a criança apercebe-se que há um exterior, *NÃO;* e finalmente *EU* (identidade), poderemos também, como o fazem alguns autores, apontar como momentos de identidade portuguesa: condado portucalense: libertação da vassalagem a Leão e Castela, independência/dependência ao Papa, indepenência clarificada no fim do século XIV - 1385, expansão marítima, Alcácer-Quibir - D. Sebastião - perda da independência - 1640, colonização - coloniamismo, Brasil - perda Índia - 1961 - perda, colonialismo África, 1974 perda, 1984-87 reelaboração da perda, integração europeia - perda da identidade, reconstrução da identidade.

Também o mito tem uma acção organizadora do pensamento humano. Prometeu foi agrilhoado por Zeus por ter dado a liberdade aos homens. Podemos também sinteticamente anotar algumas incidências do mito de Prometeu no universo cultural português; errâncias: reconquista, conquista, emigração; **Espanha**, o Eguipo de Portugal; Fado e destino; **messianismo e predestinação:** Ourique, Aljubarrota, Quinto Império, o Desejado; **profetismo:** Bandarra, António Vieira, Oliveira Martins; **perseguições e exclusões** (Mouros-reconquista, Judeus-Inquisição; Jesuitas-Pombal; Clérigos-República,...

7. A MINHA PROCURA

Nesta procura não podia deixar de ser Janus. Só agora começo a precisar de me definir como português. Um olhar é sempre um *olhar de* (sendo simultaneamente o olhar daquele que olha e do sítio de onde olha) e um *olhar para,* ou seja, o local da alteridade, do outro que se procura conhecer.

Ora, **ao situar-me neste espaço de fronteira** encontro-me num espaço de **plataforma intermodal** em que se cruzam os portugueses e os galegos e os movimentos históricos de uma e outra margem do Minho. Um novo espaço de identidade nasce. Agora num espaço de convívio em que o outro já não é um qualquer. É o nosso **parceiro** (era assim que se designava aquele com quem partilhávamos a carteira de todas as aprendizagens), é o nosso companheiro (talvez também no sentido etimológico).

Ao aprender a História de Portugal na escola primária sentia-me orgulhoso dos nossos heróis, dos nossos antepassados e com eles revivia os feitos heróicos por eles protagonizados. Não me lembro de sentir nada pelos inimigos. Eles não tinham rosto. Só existiam para justificar a aura de glória que envolvia os heróis e os tornava imortais. Mas eu não tinha sentimentos nacionalistas. Tinha sentimentos por actos heróicos, apenas. Eles podiam ser —mas é claro que não eram!— de outros povos.

Eram personagens individuais, sobre-humanas, com capacidade inexcedíveis e inefáveis, coroadas e ornamentadas com roupas douradas.

Até há bem pouco tempo, quando me pediam para definir o meu país, falar da Cultura Portuguesa, ou melhor, falar de Portugal, onde quer que me encontrase, era situar-me claramente na dificuldade de Santo Agostinho a propósito do Tempo: o que é o meu país, o que é a Cultura Portuguesa? Se ninguém me perguntasse, eu claro que sabia; mas ali, naquela situação, como fazer? Que dizer? Pegar na mina aldeia, ou na minha experiência pessoal?... Contar a minha história com a história de alguns amigos?...

Tem havido ao longo da nossa História várias tentativas que, como é óbvio, apenas abarcam parcelas muito reduzidas desse espaço topológico em que se construiu o passado do povo português e que para o bem ou para o mal constitui no presente o nosso universo de referência.

Para nos definirmos não temos alternativa senão o confronto implícito ou explícito com os outros. E é nessa escolha da alteridade que surge o problema. Colocar-nos-emos face ao diferente no espaço europeu ou noutros espaços geo-

graficamente mais distantes? A diferença é pertinente ou não? É claro que a grande questão portuguesa nos últimos 200 anos, a obsessão da **portugalidade** é a **decadência**. Mas como iludir o outro traço central da Cultura portuguesa: a nossa **identidade** nacional? Desde Verney, a nossa preocupação é o nosso confronto com a Europa do Centro e do Norte, que Antero diagnosticou nas suas Causas da Decadência. O tema da identidade é também recorrente nas crónicas e editoriais de hoje, nos planos governamentais, nos discursos eleitorais.

José Mattoso considera no entanto que o problema da decadência da raça, de Antero a Fernando Pessoa, ou das características pretensamente misteriosas, indefiníveis e contraditórias dos portugueses de Ramalho Ortigão a Eduardo Lourenço ou de Eça de Queirós a António José Saraiva, é uma problemática que só tem sentido para uma elite intelectual.

Podemos dizer como o filósofo português José Enes que a nossa grande falha cultural é muito provavelmente a incapacidade de fazer reflexão teórica a partir da nossa experiência de base, da nossa experiência histórica. Também de acordo com Onésimo Teotónio de Almeida as nossas discussões foram quase sempre importadas e passaram quase sempre por cima da nossa experiência.

Em primeiro lugar a cultura portuguesa não se esgota na cultura dos portugueses e, vice-versa, a cultura dos portugueses não se esgota na cultura portuguesa. Em segundo lugar, as aberturas específicas da cultura portuguesa são, por um lado, a Europa e, por outra, o Brasil e, até certo ponto, a África. Em terceiro lugar, a cultura portuguesa é a cultura de um país que ocupa uma posição semiperiférica no sistema mundial.

8. ALGUNS ELEMENTOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA

O que posso então, dizer do meus país?

Superficie total: 92.131 Km.^{2} (continente: 89.000; Açores: 2.335; Madeira: 796).

População total: 10 milhões. Densidade populacional: 108 hab./km.^{2}.

Estado independente desde o século XII.

Forma de governo: República, desde 1910.

Capital: Lisboa.

Unidade monetária: escudo.

Emigração

A emigração foi, desde o século XV, uma constante na história do povo português.

A época dos descobrimentos marítimos levou os portugueses a todos os continentes e muitos fixaram-se nas terras a que chegaram. Do século XVI à actualidade o fenómeno migratório tomou, porém, cariz essencialmente económico. O número de emigrantes aumentou depois de meados do século XIX sendo o Brasil, que se tornara independente, o país preferido, seguindo-lhe a América do Norte e

a Venezuela; também Angola e Moçambique, que eram colónias portuguesas, receberam muitos portugueses, no início do século XX e depois dos anos 50. A partir de 1955 deu-se uma mudança no rumo da emigração que se orientou principalmente para a Europa industrializada.

No período de 1960-1972 houve um decréscimo populacional de 3%, consequência, em parte, de 1,5 milhão de portugueses terem deixado o país, atraídos, fundamentalmente, pelo salários que a Europa central pagava.

Regresso das ex-colónias

A involução demográfica registada na década de 60 foi quebrada a partir de meados de 1974. O fim da guerra que Portugal manteve em África, durante treze anos, provocou a redução dos contingentes militares enviados e o regresso das tropas estacionadas nas colónias. Com a independência das colónias deu-se um repentino afluxo de populações brancas e autóctones. Segundo as estatísticas oficiais o número de desalojados e emigrados das ex-colónias, entre 1974 e 1976 totalizou 500.000.

Mas havia que, em primeiro lugar, fazer percursos diacrónicos pelas marcas da cultura portuguesa espalhadas pelo mundo. Como compreender a Cultura Portuguesa sem se ter primeiro duas perspectivas complementares: as marcas da cultura portuguesa no mundo, as marcas que a cultura portuguesa recebeu do mundo por onde andaram os portugueses.

Ora, não nos cabe nesta curta apresentação, fazer essas viagens de ida e volta. Nem tampouco saberíamos analiticamente dar conta dessas identidades e idiossincrasias. Como falar de historia da cultura portuguesa sem falar então da história da cultura mundial? Nós, portugueses, do mesmo modo que agora estamos a voltar a África porque afinal demo-nos conta que também somos africanos, querem que voltemos ao oriente porque afinal também somos orientais.

Descobrir os outros afastando-nos de nós

Para o ensaísta Eduardo Lourenço nós, portugueses, nunca tivemos muito tempo para nos ocuparmos do nosso espaço de sonho. Talvez porque, como povo algum, nós no inventámos um império desproporcionado para a nossa pequenez. Na Lisboa do século XV, nós fizemos uma nau um pouco louca. Descobrimos os outros e afastámo-nos demasiado de nós. O poeta Fernando Pessoa disse que criámos o mundo como quem desdenha. Sobretudo como quem se salva da sua tira estreita e de uma miséria imemorial. Mas de nossa aventura não ficámos muito mais ricos. Mas ficou para Lisboa uma espécie de perfume do Oriente que ainda hoje nos é sensível. Lisboa é uma cidade imaginária, dispersa pelo mundo, ligada por fios ainda hoje visíveis ao seu esplendor abolido. É certo que já não navegam no Tejo as naus da iniciação. Regressámos às praias de Belém donde, durante séculos, nos despedimos, nus e pobres como partimos. Ficou o quê? Apenas, como diz Fernando Pessoa, «o renome universal e a saudade»? Mesmo se só tivesse ficado a saudade ficava o essencial. A saudade é a nossa maneira um pouco triste de recuperar no tempo aquilo que nele foi uma alegria desmedida.

O fantasma espanhol

O «fantasma espanhol» será certamente o último dos mitos a tombar no pensamento estratégico e político português.

Ma a integração simultânea na Comunidade Europeia (1 de Janeiro de 1986) provocou uma verdadeira revolução no relacionamento entre Portugal e Espanha. O distanciamento político, económico e cultural que sempre caracterizou as relações ibéricas —mesmo na época em que, em Lisboa e em Madrid, dominaram dois regimes autoritários da mesma família política— já que não é sustentável. Portugal e Espanha deixam de poder continuar a viver de «costas» porque passam a ser vizinhos mas também parceiros.

A partir de 1986 tudo começa a mudar a uma tamanha velocidade que, em 1992, a Espanha é já nosso principal parceiro comercial.

Mas as elites nacionais reagem asperamente —quase em cruzada anti-espanhola— quando surgem indícios de ambições espanholas no quadro europeo (Portugal está de um lado da barricada, o dos pequenos países com forte tradição nacional, e a Espanha, do outro, lado dos países grandes que exigem o reforço do seu peso específico). A maior visibilidade dos investimentos espanhóis em Portugal ajuda a fomentar velhos medos. Mas **a sólida e secular identidade nacional e cultural portuguesa** afasta qualquer fantasma de Filipe II, na cerimónia de apresentação pública do programa espanhol para a Expo 98.

9. ALGUMAS CONTRADIÇÕES

No cenário mundial, o lugar de Portugal assentou durante cinco séculos no seu império colonial. Portugal era o centro em relação às suas cólonias mas era a periferia em relação à Inglaterra. Em sentido menos técnico, pode dizer-se que durante muito tempo foi um país simultaneamente colonizador e colonizado.

Em 25 de Abril de 1974 Portugal era o país menos desenvolvido da Europa e ao mesmo tempo o detentor único do maior e mais duradouro império colonial europeo.

O sociólogo Boaventura Sousa Santos considera que o «federalismo ibérico» está já em curso, não por via de renascidas crenças em hispanidades míticas, mas como decorrente da actuação das multinacionais que estabelecem os seus quartéis generais em Barcelona ou Madrid e tomam como unidade de acção a península ibérica. É provável que a integração na União Europeia mantenha dentro de certos limites a despromoção de Portugal (a promoção da Espanha não acarretará a despromoção de Portugal no sistema mundial?). Portugal procurará consolidar, no âmbito da UE uma relação privilegiada com as suas antigas colónias. Os discursos míticos da vocação atlântica bebem aqui algumas gotas de credibilidade.

O facto de Portugal ter sido, durante muitos séculos; simultaneamente o centro de um grande império colonial e a periféria da Europa é o elemento estruturante básico da nossa existência colectiva.

A existência de mais de 170 milhões de falantes de língua portuguesa em África, na América, na Ásia e na Europa é, por si só, um facto de tal relevância que representa simultaneamente um cais de ancoragem num amplo e multímodo espaço de confluência e um veículo de expressão cultural.

10. PENSAR PORTUGAL

Pensar Portugal a partir desta minha situação aqui em Santiago de Compostela suscita duas questões complementares:

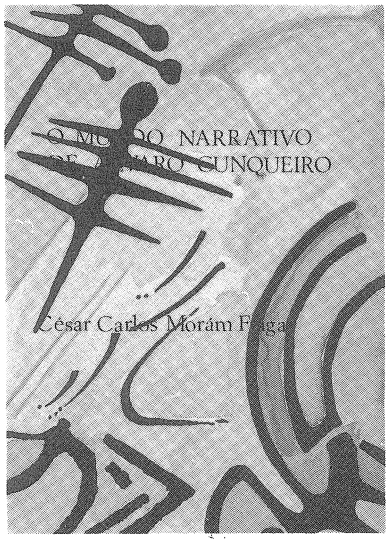
a) Um espaço de identidade hoje e aqui já não pode ser construído por antítese.

b) Esse espaço de fronteira é espesso, quer dizer, a linearidade da separação torna-se a espessura da complementaridade. Por isso Janus.

Então, pensar Portugal aqui supõe pensar Galiza. Era o momento de reescrever o título deste texto.

Porém, apesar de não vislumbrar uma corrente comunicativa intensa como a que permitiu a relação entre Alfeu e a sua amada Aretusa, saberão os jovens de hoje, entretanto, purificar as águas permitindo a navegabilidade deste espaço-fronteira que nos une mais ainda perturba?

PUBLICIDADE



DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM

MAIS REINTEGRACIONISMO NAS RUAS

Reproduzimos nesta ocasiom a faixa de umha manifestaçom em que trabalhadores da cidade de Vigo se manifestavam contra o desemprego, com um texto em que se pode verificar que usam as «Normas» elaboradas pola Associaçom Galega da Língua. No dia a dia, som cada vez mais os colectivos, grupos, movimentos, associaçons, sindicalistas que usam as propostas reintegracionistas.

A fotografia foi reproduzida no jornal FARO DE VIGO, o dia 10 de Março de 1997, p. 37.

Manifestación de trabajadores en Vigo contra el paro.

La inversión por parado en Galicia duplica la media nacional, con 280.000 pesetas

CURSOS DE LÍNGUA E CULTURA PORTUGUESA EM OURENSE

Na antiga e recentemente ressuscitada Universidade Laboral de Ourense, desenvolvem-se, durante todo o ano lectivo, os já consolidados cursos de Língua e Cultura Portuguesa, continuadores do primeiro, que tivo lugar no ano 1995-96 (Vid. *Agália* 45). A sua duraçom é de 30 horas básicas para além de outras actividades complementares. O bom sucesso reflecte-se no número de inscritos que, em todas as convocatórias, ultrapassou os 20. Os cursos ministram-se na tarde que, cada semana, está destinada a actividades extra-escolares, em horário de 16 a 18 horas e constam de conteúdos lingüísticos e culturais.

No que diz respeito à língua, procura-se um nível de correcçom razoável na produçom de textos escritos, tendo em vista o desconhecimento, à partida, da escrita do português. Pola escassa duraçom, requer-se umha metodologia prática e adaptada às necessidades de aprendizagem dos galegos. No nível oral estudam-se, de forma constrativa, as diferentes pronúncias internacionais da nossa língua, designadamente as portuguesas, com os objectivos de garantir a plena compreensom de mensagens orais, assim como ilustrar, na prática, os conceitos de unidade e diversidade da língua.

No atinente aos contéudos culturais, fornecem-se dados fundamentais de geografia, história, acontecimentos políticos e literatura do mundo lusófono, designadamente de Portugal.

A música ocupa un lugar central como ferramenta didáctica, constituindo um ponto de partida, tanto para o estudo da língua nos níveis oral e escrito, quanto para, a partir de temas cantados, tratar diferentes aspectos culturais da Lusofonia.

Nunca deixa de estar presente o conflito que vive o português como língua da Galiza, embora nom seja inicialmente incluído nos conteúdos para evitar as actuaçons repressivas do espanholismo hegemónico no I.E.S.

Como actividade complementar, permaneceu durante um mês na escola, aberta a toda a Comunidade Educativa, a exposiçom PORTUGAL, GUERRA COLONIAL EM ÁFRICA, cedida pola organizaçom GALIZA SOLIDÁRIA, em que se narra, com o apoio poderoso da imagem, o processo de descolonizaçom dos P.A.L.O.P.s.

A coordenaçom e a docência é competência do Professor do Seminário de Galego, D. Jesus Sanches Sobrado.

◆ ◆ ◆

RELATÓRIO DA CONFEDERAÇOM SINDICAL GALEGA SOBRE A LÍNGUA PARA A AGÊNCIA DAS LÍNGUAS MENOS EXTENDIDAS

Entre os dias 3 a 7 de Novembro de 1997 estivo na Galiza um grupo de representantes da Agência Europeia para as Línguas menos extendidas, entre os quais se achavam expertos de Gales, da Ocitánia, de Córsega, Sardenha, Ilha de Mone da língua friulana. Coordenava (e sequestrava) a estadia destes expertos na Galiza o Director Geral de Política Lingüística, quem em todos os momentos se encarregou de que os representantes mal tivessem contactos com grupos, colectivos, associaçons que nom fossem as que apoia a própria Junta da Galiza.

O día 3 de Novembro a jornada dedicou-se ao serviço de traduçom do DOG, a rádio e TVG. A terça-feira dedicou-se aos centros de ensino pola manhá e pola tarde aos sindicatos. E foi nesse contexto que, em qualidade de membro do serviço de normalizaçom da CIG participou no encontro Alexandre Banhos pola CIG-Administraçom Pública.

Alexandre Banhos fijo entrega de um relatório, cujo texto íntegro reproduzimos a seguir.

OS DIREITOS LINGÜÍSTICOS DA POPULAÇOM GALEGA, E A ADMINISTRAÇOM PÚBLICA

Podem-se resumir os direitos democrático-lingüísticos, dumha comunidade lingüística minorizada, de jeito simples e de menor a maior, como:

1.—Direito a falar em galego, galego-portugûes ou português dado que por todos esses nomes é conhecida a nossa língua, correspondendo a última designaçom à forma mais conhecida internacionalmente.

2.—Direito a exprimir-se por escrito, em toda classe de meios, em galego.

3.—Direito a receber toda classe de informaçom em galego.

4.—Direito a receber o ensino em galego.

1.—Há na Galiza o direito a falar a língua própria?

Há, mas dum modo relativo, v. g. na administraçom pública o direito a usar a língua do país, a ser atendido na mesma, fica limitado, pola consideraçom do superior direito de usar o empregado público a língua que conheça. Quer dizer, por parte das administraçons públicas está por cima dos direitos objectivos dos cidadaos, os direitos subjectivos dos empregados públicos, nom como empregados públicos ao serviço dos cidadaos em geral, mas como cidados «até quando exercem de empregados públicos».

2.—Há direito a exprimir-se por escrito em galego?

Passa algo semelhante ao anterior caso, nom está garantido, em nengum caso, a segurança de ser atendido pola administraçom.

Há que sinalar, ademais, que infelizmente quanto mais se sobe na pirámide hierárquica menor é a utilizaçom da língua galega, e mais grande é o peso de funcionários de etnia nom galega, ou profundamente desgaleguizados.

No tema da escrita dá-se, ademais, um feito peculiar. A língua da Galiza nom é umha língua que se limite a ser falada numha regiom do estado espanhol, senom que é umha língua de amplo uso internacional, oficial como a castelhana na Uniom Europeia, e em diversos estados no mundo, sob o nome internacional de português. Facto perfeitamente constado e óbvio para a lingüística.

Mas na Galiza desde as autoridades regionais impulsa-se umha ortografia que rompe com a língua comum e histórica, e dialectaliza-se a respeito do castelhano, umha ortografia que corta a unidade do romanço ibérico-ocidental.

Na Galiza, em palavras do professor Yvo JD Peeters (1990) dá-se umha monstra mais de estatalizaçom lingüística, quer dizer, umha afirmaçom de características estatais espanholas e subsidiariedade a respeito do romanço central peninsular (castelhano-espanhol), frente à verdadeira realidade da língua, dumha maneira semelhante da que se conhecem outros casos na Europa de modo especial na antiga Uniom Soviética (Moldavo, Careliano...), ou que está a passar com o servo-croata; ou o mesmo caso do Flamengo antes do Tratado da Língua entre os dous estados dos Países Baixos, etc.

Na Galiza dá-se umha situaçom tam especial que é como se para fazer o reconhecimento do Francês do Quebeque, este tivesse que renunciar a sua ortografia comúm com o Francês da França, e adoptar umha quebecquois subsidiária do Inglês. Ou como se a Andaluzia, que fala um castelhano tam distinto no sotaque do padrom madrilenho, como o galego do lisboeta, e nessas terras dominasse um estado com outra língua e o reconhecimento minorizado dos andaluzes passasse pola sua segregaçom a respeito do resto de povos de fala castelhana ou espanhola.

A «normativizaçom» do galego é a outra cara da moeda dum processo que está a olhos vistas de todos, o da eliminaçom da nossa língua da sua terra-berço.

Polo esclarecedor que é a este respeito, acompanha-se Relatório elaborado pola Associaçom Galega da Língua (AGAL) organizaçom cultural, mas também com «autorictas»

científica de professores e doutores de formaçom lingüística e filológica e, portanto, preocupados pola questom (1991).

3.—Direito a receber toda classe de informaçom em galego

Nom tem de ser difícil aos representantes da Uniom Europeia constatar o limitadíssimo que é este direito aos galegos, chega com botar umha pequena olhada até no entorno mais galeguizado.

Mas centrando o Relatório na administraçom pública e depois de examinado o ponto 3, vê-se o limitado que temos este direito, ante esta.

Na Galiza nom está garantido em nengum caso aos cidadaos galegófonos, o receberem toda a informaçom na sua língua, parte-se do suposto de que estes entendem perfeitamente o castelhano, (segundo a imposiçom do art. 3 da Constituiçom Espanhola), mas também é certo que os cidadaos de fala castelhana nom tenhem especiais dificuldades em perceber o galego, ao fim e ao cabo, o português e o castelhano som línguas muito próximas; mais amplamente haveria que falar de como é esse galego escrito que recebem os cidadaos, e que em palavras do lingüista catalám Ll. Aracil, exprime dete jeito irónico: «o galego ortograficamente nom só é subsidiário do castelhano, senom que qualquer palavra castelhana passa por galega ou mesmo é polo feito de ser isso, castelhana»).

4.—Há o direito a receber o ensino em Galego?

A este ponto há que responder claramente, que nom há o direito a receber o ensino em galego.

Este é um direito totalmente inexistente, e ao que as autoridades políticas governantes na Comunidade Autónoma da Galiza nom pensam, nem querem pôr remédio. Para eles, se já se têm aulas de língua regional deturpada, (galego-castrapo), e umha normativa sobre as distintas matérias, de carácter, por defini-lo de algúm jeito, virtual; e cumprindo como isto cumpre perfeitamente a política espanhola de substituiçom do galego ou português na Galiza; política espanhola que é de forma mais ou menos violenta assumida polo partidos políticos espanhois, ao fim e ao cabo, conformadores do estado espanhol.

Há que assinalar que nom há um só centro de ensino em toda a Galiza que tenha como língua veicular das diferentes matérias, a língua galego-portuguesa. Existem horas dedicadas à aprendizagem da língua galega (modalidade regional espanhola, antes citada), e aulas de diversas matérias em galego, «segundo seja a vontade do professor»; o direito de cátedra do professor está por cima dos direitos dos alunos galegos. E como resultado disto a situaçom pode ser do mais variada, mas todo de um jeito anárquico e nom contínuo, e sem a existência do direito ao ensino na língua nacional da Galiza.

Na Galiza a política lingüística e a legislaçom na matéria, som dito de forma simples, políticas virtuais.

O que fai no dia a dia a Confederaçom Intersindical Galega, no seu ramo pertencente à administraçom pública, a respeito da língua.

O Sindicato CIG ainda que nacionalista, nom busca nas suas actuaçons centrar-se no tema da língua, aliás que se atinge nele fundamentalmente à defesa dos direitos económicos e sociais de todos os trabalhadores, e entre eles os empregados públicos.

Porém o Sindicato, como sindicato nacionalista que é, dá grande importância ao uso da língua. O uso e a sua extensom social foi sempre nele mais importante que a questom da qualidade do uso da mesma, deixando este segundo aspecto a um tempo futuro, que, *com governos nacionalistas galegos e comprometidos com o país de um modo muito específico, a normalizaçom dos aspectos nacionais, e entre eles o da língua deverá vir a converter-se em fulcral.*

O imenso labor que no dia a dia se produz num sindicato, em que há que estar dando respostas a necessidades de grande imperiosidade e pressa, relativiza nom pouco o labor de qual é o caminho da normalizaçom lingüística.

Nom só isso, ao Sindicato, que todas as suas actuaçons as tem no quadro legal, é-lhe (polas características que este tem no aspecto de normalizaçom do padrom da escrita da nossa língua, e da dinamizaçom da sua normalidade) difícil levar aos afiliados e às afiliadas umha resposta à mesma, de tipo simplesmente sindical.

No sindicato, ainda que nom sem tempo, começa a dar-se o debate sobre o modelo de língua; debate que vai conlevar um mais grande esforço no aspecto formativo nesta questom de cara aos afiliados/as e trabalhadores/as em geral, ao entender que é impossível a extensom sem qualidade e à vez que rompendo com o resto de zonas onde a nossa língua é normal, e ainda para mais com subsidiariedade ao romanço central.

Pois com isto assim estamos, ante a outra cara da moeda do processo de negar-lhe um futuro ao nosso povo sendo ele próprio e na sua língua; e todo isso sob o curioso nome de política galeguizadora.

Desde o Sindicato, conscientes como somos de que a língua galega é património colectivo de todos os galegos, e a alma do nosso povo, isto é, a sua consciência fundamental colectiva, polo que nom se pode reduzir esta, a meras questons de liberdades de escolha individuais. A língua pola sua própria natureza nom é individual que é social, e nom é livre; vem-nos aos seres humanos dada polo lugar do nosso nascimento, e é portanto tam livre a escolha de língua como a escolha de este, ou dos nosso pais.

Quando se fai o discurso da liberdade, está-se fazendo o discurso da imposiçom, pois antes da escolha está o ensino e aprendizagem dumha língua e a sua obrigada socializaçom.

Nengum povo livremente muda de língua, isso da muito trabalho, pois como dizia Jacques Leclerc, em *Langue et Societé*, Laval, 1986, pág. 122 «Os idiomas imponhem-se pola força, mesmo quando ela nom se utiliza».

◆ ◆ ◆

EDUARDO BLANCO AMOR AO LONGE

Por motivo de se cumprir o centenário do seu nascimento celebrárom-se na Galiza diversos actos, organizados por grupos e associaçons muito diversas, dedicados a estudar a vida e a obra do escritor ourensano Eduardo Blanco Amor.

Entre estes queremos salientar o ciclo de conferências e mesa-redonda, que tivérom lugar na Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela, organizadas polos COMITÉS ABERTOS DE FACULDADE. As conferências começárom o dia 3 de Novembro de 1997 com a da Professora da Universidade da Crunha, Doutora Pilar Garcia Negro, intitulada «Eduardo Blanco Amor. Personalidade fundamental da cultura galega». O dia 4 de Novembro estudava «A obra dramática de Blanco Amor», a professora Laura Tato Fontaínha. O dia 5 de Novembro o Doutor José Ramom Pena, catedrático de Instituto, analisava «A lenda dos Biosbardos» e o dia 6 era o Doutor Paulo Martínez Pereiro, da Universidade da Crunha quem fazia a análise do romance «Xente ao lonxe». O dia 10 o Doutor Francisco Rodríguez, catedrático de Instituto, estudava «A Esmorga, opressom na realidade colonial». O dia 11 o Doutor José Maria Dobarro, catedrático da Universidade da Crunha, estudava o tema «Eduardo Blanco Amor poeta». O dia 12 de Novembro, o escritor Lois Diéguez falava sobre «A Áuria de Blanco Amor» e o dia 13 de Novembro, celebrava-se a última das actividades, umha mesa-redonda em que participavam amigos do escritor como Nemésio Barxa (advogado), José Posada (empresário), Manuel Maria (escritor) e Maria do Carmo Henríquez (catedrática da Universidade de Vigo) para analisar o tema «Eduardo Blanco Amor: perfil humano». Neste ciclo assistírom muitas alunas e alunos da Faculdade e Filologia.

Em Ourense no salom de actos do Liceu Recreio Ourensano, gentilmente cedido pola entidade, tinham lugar os dias 22 e 23 de Dezembro duas mesas-redondas, organizadas pola Associaçom Galega da Língua, umha destinada a analisar a narrativa e o teatro do escritor Eduardo Blanco Amor, e outra a estudar a sua vida.

No apartado da obra, estudárom-se a narrativa pola professora do Instituto de Bacharelato «Prieto Nespereira», Manuela Rivera Cascudo e o teatro polos escritores João Guisán Seixas e Joel Gómez. A mesa-redonda foi moderada polo Professor da Universidade de Vigo, Doutor Carlos Garrido.

Para lembrar aspectos da vida de Eduardo Blanco Amor estivérom presentes Jacobe de Arce Temes, Segismundo Bobillo Morgade, Nemésio Barxa e José Posada. Esta mesa-redonda foi moderada pola Presidenta da Associaçom Galega da Língua, Maria do Carmo Henríquez.

Entre o público podemos ver nas fotografias, publicadas no jornal LA REGIÓN, conhecidos membros da Associaçom Galega da Língua como os Professores Isaac Alonso Estravis, Carlos Garrido, Jesus Sanches Sobrado, Pedro Gernández-Velho ou o médico Ramom Nogueira Calvo.

Os meios de comunicaçom recolhérom informaçom dos actos. Assim o dia 17 de Dezembro de 1997 aparecia o anúncio das homenagens nas páginas de Ourense do jornal LA VOZ DE GALICIA; o diário LA REGIÓN dedicava umha página inteira de um suplemento para dar conta das duas mesas-redondas celebradas no Liceu, e o semanário A NOSA TERRA, o dia 18 de Dezembro de 1997, em página 38 dava informaçom tanto dos actos dedicados a lembrar o centenário do nascimento de Eduardo Blanco Amor, como dos actos destinados a comemorar o centenário do nascimento do filólogo português, Membro de Honra da Associaçom Galega da Língua, o Professor Doutor Manuel Rodrigues Lapa, actividades de que informaremos assim mesmo nas páginas do próximo número de *Agália,* como os nossos leitores poderam verificar.

Na fotografia de esquerda a direita o representante dos CAF, a Professora Doutora Maria do Carmo Henríquez e o escritor Manuel Maria.

RÚA DO PASEO

JUAN VALLE

Conferencias y preguntas

Lo suyo es la docencia aunque sólo porque ella quiere. Muchos son los que dicen de **María do Carmo Henríquez Salido** que se enclaustró en su actividad docente a pesar de que ¡podría hacer tantas cosas por Ourense! Pero, claro, es indomable y no se presta a los vientos que soplan en la *terra da chispa*. Mañana sí podremos ver su auténtica chispa de persona comprometida con la cultura del país. Participa en la Facultad de Humanidades en un acto de la «Associaçom Galega da Língua (AGAL)» para conmemorar el centenario del nacimiento del profesor **Manuel Rodrigues Lapa** y del escritor **Eduardo Blanco Amor**. Por cierto que competirá con el economista ourensano **Miguel Muñiz de las Cuevas** que hablará en el Liceo sobre «Influencia del euro en la economía española». Y para finalizar, un activo político ourensano, Javier Casares. Ayer entregó en el Parlamento un amplio rosario de preguntas sobre la situación de los hospitales ourensanos. A eso se llama iniciar con fuerza su andadura.

MIGUEL VILLAR

Henríquez Salido y Miguel Muñiz, conferenciantes; Javier Casares, preguntón

▲ Isaac Stravis, Carlos Garrido y Jesús Sánchez charlaron un poco mientras esperaban a que diera comienzo la mesa redonda.

▲ Pedro Fernández, María Manuela Riveira y Xoán Guisan acudieron al Liceo Ourensano para conocer un poco más sobre Eduardo Blanco Amor.

▲ Un instante de la conferencia en la que varios ponentes aportaron sus ideas sobre la vida y la obra del escritor ourensano.

▲ Ramón Nogueira y María do Carmo Enríquez fueron algunas de las personas que participaron en este encuentro de carácter literario.

▲ Joél Gómez y Flora Iglesias pusieron puntos en común tras el coloquio.

HABLEMOS DE BLANCO AMOR

Un grupo de Ourensanos se reunió en el salón noble del Liceo Recreo Ourensano para participar en una mesa redonda sobre el escritor Ourensano Eduardo Blanco Amor, emulando a las tradicionales tertulias de café de antaño

A los ourensanos les gusta muchísimo hablar de lo suyo, de sus tradiciones, de sus artistas, de su ciudad y como no, sienten el orgullo de poder presumir de ser cuna de grandes escritores. Cuando tienen la ocasión -como antaño se hacía en aquellas mágicas tertulias de café-, disfrutan de un encuentro en el que se establecen coloquios de temática interesante. El Liceo Recreo Ourensano fue testigo directo de la mesa redonda que se organizó para hablar sobre la vida y la obra del escritor ourensano Eduardo Blanco Amor y en ella participaron entre otros José POsada, Nemesio Barxa, Jacobe de Arce Temes, María do Carmo Enríquez Salido o Segismundo Bobillo. El acto -que fue organizado por la Asociación Galega da Lingua, para conmemorar a través del coloquio el centenario del nacimiento de este escritor nacido en Ourense en 1897-, se convirtió tras la intervención de los ponentes en una animada charla entre amigos en la que se trataron interesantes temas como el significado de la obra de Blanco Amor en el teatro gallego de su época y en la actualidad. No cabe duda que este tipo de encuentros permiten que muchas personas desconocedoras de la vida y obra de los grandes hombres de la cultura ourensana puedan conocer un poco más sobre los tesoros que encierra esta ciudad. Es inegable pués, que estas mesas redondas no caerán nunca en saco roto.

SOBRE AS INFORMAÇONS E DEBATES DO SEMANÁRIO «A NOSA TERRA»

Sobre as directrizes informativas e debates que está a seguir o semanário «A NOSA TERRA» reproduzimos fac-similarmente umha carta publicada no número 827, correspondente ao 23 de Abril de 1998, da qual é autor o Professor Jesus Sanchez Sobrado, polo interesse que, cremos, apresenta. Deixamos aos leitores que fagam as suas leituras.

Sobre a gheada e outros debates

Num desenho de Castelão, um gato indicava a uns ratos engaiolados o lugar por onde podiam fugir. Um dos ratos politicamente correctos é o professor da Universidade da Corunha, Freixeiro Mato, mergulhado num "comprometido" debate sobre a gheada.

Durante os últimos quinze anos, o confronto girou à volta do chamado problema normativo. Os notábeis galeguinhos, carentes de projecto nacional, consagraram-se a um tira-puxa sobre a norma linguística do galego, uma derivação do conflito Galiza-Espanha toleravel pelo poder, e até saudável, que diria Monte Agudo. O nacionalismo progressista e o próprio "reintegracionismo" evacuaram por esse conduto as energias revolucionárias que, de serem melhor empregues, abalariam a legitimidade social da colonização espanhola.

Com efeito, a consideração da condição lusófona da Galiza –pensemos no que significa Portugal e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa– permite ultrapassar o negro horizonte actual e iniciar "uma intensa acção interior de renacionalização", como queriam os independentistas dos anos 30. De resto, para enveredar pelo caminho direito, as únicas questões que se colocam dizem respeito, basicamente, à aprendizagem –na Galiza é preciso aprender português e outras muitas matérias– e à acção repressiva do inimigo. Desta última, se se me permitir, escreverei outro dia.

Por que é que oferece as suas páginas a estas questãozinhas?

Os professores dos eliminados estudos de galego-português da Universidade da Corunha, com tempo livre para pendências e após se terem passado musicalmente à "banda alta" da normativa do ILG, abandonaram a controvérsia sobre qual dos castrapos adoptar e desceram ainda um lugar mais abaixo: agora os *debatinhos* enquadram-se no âmbito da dialectologia. Qual será a sua próxima dejecção?

Havera quem conteste esta argumentação afirmando que o tema da gheada é tão digno como outro qualquer para ser tratado pelos filólogos. Mas, é, porventura, ANT uma revista de filologia? Por que é que oferece as suas páginas a estas questãozinhas? Uma primeira análise sintomática da intencionalidade política deste facto descobre que o "nacionalismo" maioritário e os seus órgãos de expressão, preocupados unicamente com governar "este pais" cada dia mais aflamencado, conduzem-nos pelo caminho da perdição, da desintegração da identidade galega no seio da espanhola. Mais uma pergunta: por que é que numa terra em que carecemos de tudo, em que quase ninguém sabe nada de coisa nenhuma, existe esta hipertrofia cancerigena de filologos. Qual será a sua funcionalidade sistémica?

Outra polémica nacional, situada, como a anterior, dentro das categorias da ideologia dominante, surgiu com a possivel representação de Valle-Inclán em espanhol. Se o *gato* tivesse *"trucidado"* o castrapo de Valle para castrapo do ILG, os ratinhos –desde os mais moderados até aos mais "radicais"– estariam todos felizes dentro do envenenado queijo espanhol. Oculta-se, mais uma vez, a natureza do conflito fundamental. O nacionalismo galego não ousa desmitificar Valle-Inclán, um nativo que detestava esta terra, os seus habitantes e o galego, constrangido à condição de dialecto ou língua de contraste para procurar diversos efeitos "artísticos" e plenamente integrado no projecto literário-nacional espanhol. Não interessa, nesta análise, a vertente estética global da sua obra. Interessa apenas a significação política do facto referido.

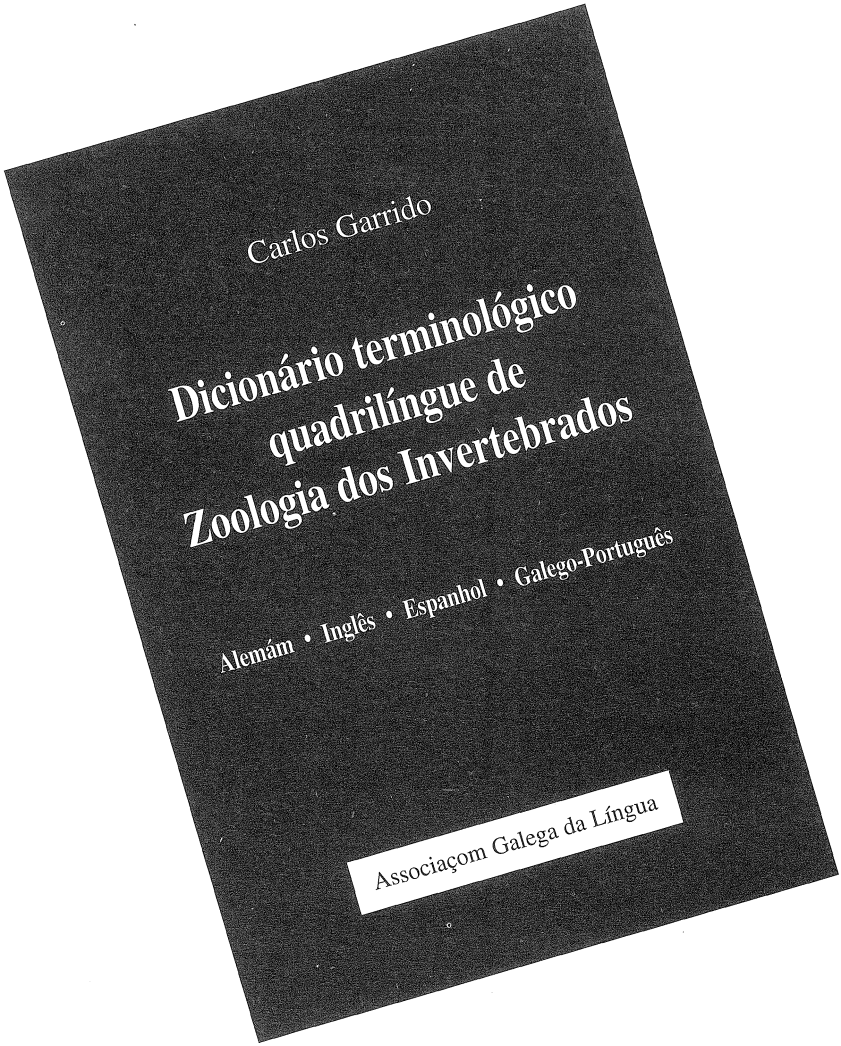
Os protestos do nacionalismo poupam também a essência do próprio Centro Dramático Galego, um dos esteios da política cultural aniquiladora do duo Fraga-Pérez Varela, verdadeiro drama para a nossa cultura e cuja desaparição constituiria uma excelente noticia para o teatro galego.

Com disputas nacionais, como as acima assinaladas, a Espanha pode ficar tranquila e Constantino continuará a rir à gargalhada. Eu não rio porque o conto é triste.♦

A NOSA TERRA

23 DE ABRIL DE 1998

JESUS SANCHES SOBRADO,
PROFESSOR DE LÍNGUA E LITERATURA NO ENSINO SECUNDÁRIO (OURENSE)


Carlos Garrido
Dicionário terminológico quadrilíngue de Zoologia dos Invertebrados
Alemám • Inglês • Espanhol • Galego-Português
Associaçom Galega da Língua

RECENSONS

DICIONÁRIO VERBO DE INGLÊS TÉCNICO E CIENTÍFICO*

Carlos GARRIDO
(Universidade de Vigo)

Em contraste com outros grandes âmbitos idiomáticos de semelhante peso demográfico e cultural, e depois de ter gozado de um considerável desenvolvimento técnico no Renascimento (que, entre outras cousas, possibilitou a disseminaçom da língua por vários continentes), o domínio galego-português tem ficado relativamente atrasado nos campos da ciência e da tecnologia a partir de Revoluçom Industrial. E se as nações que integram a Lusofonia nom têm feito apreciáveis contribuições à revoluçom científica e tecnológica dos últimos tempos, também nom, por causa ou por consequência, se têm mostrado elas muito interessadas na recepçom e traduçom da literatura de tema científico ou técnico redigida em idioma estrangeiro. Assim, o normal tem sido que os próprios cientistas e técnicos de fala portuguesa, muitos deles formados no exterior, lessem em francês, alemám ou inglês as obras de que precisavam para as suas investigações e ainda compugessem as próprias nalgumha dessas línguas, e só ocasionalmente, porventura instados polas necessidades docentes, se dignassem a verter para português trabalhos forâneos. Ainda hoje em dia é difícil encontrar nas livrarias traduções para português de clássicos da ciência e, embora se registe actualmente um notável esforço editorial no campo da vulgarizaçom científica —salientável a este respeito é a colecçom «Ciência Aberta» da editora lisboeta Gradiva e os dicionários técnicos monolíngues da Dom Quixote—, os universitários portugueses de carreiras científicas e técnicas, apesar das traduções publicadas pola Fundaçom Calouste Gulbenkian e das provenientes do Brasil, seguem a depender em larga medida de manuais britânicos, norte-americanos, franceses ou espanhóis.

Imersos, pois, neste ambiente de escassa actividade editorial e tradutora de temas científico-técnicos, devemos saudar o aparecimento, no ano 1994, do *Dicionário Verbo de Inglês Técnico e Científico*, obra de umha equipa dirigida por Joaquim Farinha dos Santos Tavares, e que vem a preencher umha lacuna importante sentida desde havia tempo polos tradutores técnicos galego-portugueses (recentemente, numha iniciativa louvável, a Uniom Latina e a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica instituírom o *Prémio de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa* para «promover a língua portuguesa como língua de comunicação científica e técnica» e contribuir «para um enriquecimento e rigor da terminologia científica e técnica em língua portuguesa»).

---

(1) Joaquim Farinha dos Santos Tavares. Editorial Verbo. Lisboa/São Paulo. 1994. 871 pp.

O de Farinha dos Santos Tavares é um dicionário bilíngue politécnico que, como é afirmado na capa solta do volume, abrange «[m]ais de 120.000 expressões em todos os ramos da ciência e da técnica cobrindo dezenas de campos de actividade», desde as Matemáticas e ciências básicas (Física, Química, Biologia, Geologia) até às técnicas aplicadas (Engenharias, Aeronáutica, Metalurgia, Informática, Electricidade, Electrónica...), com inclusom da Medicina e da Veterinária e de disciplinas mais raramente consideradas em obras deste teor, como a Arquitectura, a Geografia e a Psicologia.

Dada a enorme diversidade de disciplinas abrangidas, os aproximadamente 60.000 termos que compõem as entradas de cada umha das duas partes do Dicionário (inglês>português e português>inglês), é claro, nom podem chegar a esgotar o caudal terminológico de qualquer dos campos do conhecimento que se catalogam, máxime se se leva em conta que, já que som registados sinónimos e variantes, os 60.000 verbetes remetem globalmente para menos de 60.000 conceitos. Todavia, este facto, que poderia julgar-se limitaçom, deve tornar-se vantagem para os tradutores (e, especialmente, docentes da traduçom) que andavam na procura de umha ferramenta de trabalho manejável, económica, polivalente (apta para umha variedade ampla de géneros) e que satisfigesse umhas necessidades de especializaçom de grau médio.

O manuseamento do Dicionário é, com efeito, fácil: consta de um único volume de tamanho razoável, bem encadernado (capa dura), impresso sobre papel resistente, próximo do de 80 g/m^2, e nom sobre o de tipo bíblia corrente noutros dicionários politécnicos; o corpo de letra é pequeno sem, contudo, chegar a dificultar a leitura; os verbetes estám arranjados em três colunas por página e, após o lema, grafado em negrito, segue-se o indicativo de campo entre parênteses e as equivalências terminológicas (a propósito, a abreviatura «Meteo.», correspondente a Meteorologia, nom é declarada na pertinente secçom do Dicionário); cada página é encabeçada por duas epígrafes delimitadoras. Como graves defeitos formais, que deverám ser corrigidos em posteriores edições, deve apontar-se, em primeiro lugar, a ocasional ruptura da ordenaçom alfabética descontínua dos lemas própria das obras terminográficas, a qual facilita a consulta exaustiva de um dado elemento lexical (observe-se a seguinte sequência anómala detectada na parte inglesa do Dicionário: *star*, *starch*, *star chart*, *starch grain*, *starch gum*, *star cluster*); em segundo lugar, também é de lamentar que nalguns verbetes da parte inglesa nom se enunciem todos os equivalentes portugueses que entre si constituem alótropos e que, porém, sim som registados na secçom portuguesa (ex.: «erythrocyte (Med.) eritrócito». Nom aparecem nem *glóbulo vermelho*, nem *hemácia*). De por parte, dada a grandeza e significaçom da obra, caberia esperar um prefácio mais extenso e esclarecedor do que o seu principal autor nos fornece.

Quanto à qualidade da informaçom que o Dicionário contém, diga-se que numha primeira abordagem parcelar, que sobretudo interessa os ramos da Biologia, Medicina, e um pouco de Química e Engenharia, o autor desta recensom achou fiáveis as equivalências oferecidas. Nom em vão, o principal compilador da obra afirma no seu curto prólogo que «[m]uitos dos termos aqui usados em Português foram recolhidos junto de profissionais de cada um dos ramos, além de em vários livros relacionados com os mesmos». Aliás, talvez seja por essa declarada proximidade da «gíria» profissional e das fontes indubitavelmente anglo-saxonas que por vezes se percebe umha certa tendência anglicizante nas soluções portuguesas (por exemplo, como equivalente português do termo médico inglês *resuscitation* dá-se *ressuscitação* e nom *reanimação*; inclui-se *tungsténio*, mas nom *volfrâmio*). Outros pequenos defeitos que se podem atribuir à obra comentada som, por umha parte, a falta de indicaçom do género gramatical dos substantivos portugueses e dos numerosos plurais irregulares dos termos ingleses e, por outra, a ausência de um apêndice com tabelas de conversom de unidades. No aspecto positivo, saliente-se a presença como verbetes independentes dos radicais greco-latinos que som tam produtivos na recomposiçom de termos científicos.

O Dicionário, nom tendo valor padronizador, regista, ainda que incompletamente, o

polimorfismo terminológico que peja o português técnico e científico. E, ao nom ser exaustivo na apresentaçom de variantes, deveria aplicar com rigor os critérios da sua selecçom, algo que parece nom cumprir-se (p. ex., ao incluir *telso* e nom *télson* ou *telson*, o autor parece inclinar-se pola variante mais vernaculizada, mas, no entanto, inclui *plâncton* e nom *plancto*, *acron* e nom *ácron*; ao incluir *balanceiros* e nom *halteres* parece preferir a variante patrimonial à erudita, mas, por outra parte, prefere *quela* a *pinça*...). Mas porventura a lacuna mais evidente e menos justificável do *Dicionário Verbo de Inglês Técnico e Científico* seja, visto ele ter renunciado a assumir carácter prescritivo ou padronizador, demonstrar absoluta ignorância do polimorfismo terminológico ligado à geografia que hoje afecta as línguas de especialidade galego-portuguesas, ao registar unicamente as designações comuns em Portugal e nom as brasileiras. Esta variaçom, como sabemos, manifesta-se na frequente divergência das designações terminológicas nos planos lexical (Portugal: barbatana/Brasil: nadadeira; Portugal: ácido gordo/Brasil: ácido graxo), morfológico (Portugal: cromossoma/Brasil: cromossomo; Portugal: electrão/Brasil: elétron) e ortográfico (divergência reduzida quando se aplicar o recente Acordo Ortográfico). Se o intuito do Dicionário é meramente descritivo (talvez a unificaçom terminológica seja exigência desmesurada para qualquer dicionário politécnico), pareceria lógico esperar-se desta obra, publicada ainda por umha editora (a Verbo) que tem sede tanto em Portugual como no Brasil, que nela se registasse o polimorfismo geográfico, com o qual o Dicionário ganharia em valor informativo e poderia resultar de utilidade como documento de trabalho num eventual processo de harmonizaçom terminológica.

A modo de conclusom, o juízo que podemos fazer deste dicionário bilíngue politécnico é o de umha obra terminográfica utilíssima para a (docência da) traduçom inglês-português, que, salvadas as deficiências formais e de conteúdo aludidas, e talvez acompanhada de outras fontes de consulta mais específicas, pode contribuir em boa medida para avivecer em Portugal (e na Galiza?) o importante campo da traduçom de textos científicos e técnicos.

PRIVADO Teoria diacrónica da tradução portuguesa TC \l 1 (*)

André SALTER IGLÉSIAS
(Seminário de SL para mediadores
Universidade de Vigo)

O Professor Carlos Castilho Pais apresenta-nos um interessante percurso pela história da tradução portuguesa, na colecção de manuais universitários que edita a Universidade Aberta. Carlos Castilho é o responsável pela elaboração do Projecto de Licenciatura em Estudos de Tradução, que deverá iniciar a formação de mediadores linguísticos no ensino público português.

O interesse fundamental desta publicação estriba-se na antologia de textos classificados por séculos que ocupa a maior parte da mesma. Do ponto de vista da tradução estes trechos permitem-nos avaliar a evolução da teoria que sobre esta actividade se tem tentado estabelecer desde há já mais de seiscentos anos em Portugal. De facto, o autor afirma que a prática não faz sentido se não existe uma teoria que possa servir como base, e que os estudos actuais sobre a tradução não poderiam ser senão uma resposta àquilo que se fez no passado.

Para os filólogos e estudiosos da língua em geral, o livro supõe uma oportunidade única para a observação directa das modificações que tem sofrido o português, partindo de um texto de D.Pedro, duque de Coimbra, em que se mostra com clareza o vínculo indissolúvel que existe entre português e galego, até às arcaicas grafias dos textos de meados do século XVIII e de princípio do XIX que (ainda) recordam o latim.

O autor tenciona criar uma classificação dos períodos em que se divide a história da tradução paralela à de Steiner e Julio-César Santoyo, quem retoma a divisão em quatro períodos do autor de After Babel, embora faça recuar o primeiro aos primórdios da tradução oral.

Por outro lado, Castilho sustém que em estudos anteriores se têm ignorado fenómenos tão importantes para a tradução na península Ibérica como as Descobertas por causa da excessiva linearidade destes modelos, enquanto afirma que em quase todas as publicações de autores espanhóis que chegaram às suas mãos, a importância dos tradutores portugueses é desprezada ou mesmo elidida, exceptuando-se a obra de Dámaso López García (1996) que ele só registou quando a antologia já estava no prelo.

Visando o objectivo de dar remédio a estas carências, Carlos Castilho foca esta antologia sem esquecer o papel da interacção entre as culturas da Península Ibérica, especialmente na época das Descobertas e no nascimento da língua portuguesa, quando as cortes erão bilingues quase na sua totalidade. Por outro lado, salienta-se a defesa assumida pelos tradutores portugueses contra os galicismos cada vez mais frequentes nos textos do século XVIII, uma luta que acabou por dar forma à teoria desta actividade.

A antologia começa, como já anunciamos, com a figura do Infante D.Pedro, visto como precursor da génese da cultura e mesmo da língua portuguesas, embora se costume falar no aparecimento da língua durante o reinado de Dom Dinis. Já no século XV, a implantação da imprensa e a dinâmica das Descobertas favoreceram a publicação e tradução da literatura de viagens. Aparecem portanto nesta altura nomes como Pêro da Covilhã, intérprete na

---

(*) Carlos Castilho Pais. 1995. «Teoria diacrónica da tradução portuguesa». PRIVADO. Antologia (Séc. XV.XX). Lisboa: Universidade Aberta. ISBN 972–674–213–7.

Abissínia, ou a figura de João Ferreira de Almeida, quem traduziu o Novo Testamento em Amsterdão com o objecto de que pudesse chegar a Ceilão, Java e Malabar. Sem dúvida, a reflexão tradutória portuguesa tem a vantagem de exprimir perfeitamente a ideia us/them (nós e eles) que se reflecte com tanta frequência nas relações interculturais e especialmente nas que se desenvolvem entre povos colonizadores e povos colonizados subjugados à vontade dos primeiros. Aliás, independentemente do grau de certeza de quem sustenta que na ortodoxia do texto as ideias de tradução e tradutor devem passar despercibidas, a verdade aponta ao facto de que no caso do contacto entre culturas o tradutor supõe uma ponte entre dois mundos separados cujas visões da relidade são criadas por perssoas gramaticais diferentes, quer dizer, a nossa visão em contraposição à deles. Isso acontece mesmo quando, como também não esquece o Prof. Castilho, tratamos de "factos menos 'nobres' como a escravidão ou a expulsão dos Judeus" que visam "para uma complexidade no olhar que enfrenta o outro": quando a tradução abandona os livros, mtambém "nos momentos em que o comércio cede o lugar à conquista" e, portanto, aquela complexidade "inclui também a anulação do outro" (pp. 32–33).

Para além dos comentários do autor na Introdução (e do prefácio de Nuno Júdice), e da interessante antologia de textos, acrescenta–se ainda um quadro sinóptico no fim que facilita a compreensão da evolução da teoria e prática da tradução portuguesa de 1428 até 1960. É preciso assinalar, no entanto, que algumas das observações que o autor inclui na introdução poderiam levar o leitor à confusão. Assim, o facto de afirmar que a tradução é simplesmente uma transposição, reduziria esta prática a um mero troco de elementos de dois sistemas linguísticos diferentes, por um linguicismo excessivo que a Tradutologia já baniu do seu quadro teórico.

Em resumo, esta antologia não só tenciona apresentar uma série de textos que permitem conhecer a evolução da teoria ou ciência da tradução em Portugal, mas também vinculá-la com a reflexão tradutória a nível internacional e muito especialmente com a espanhola, (geograficamente) a mais próxima. Era, com certeza, uma obra necessária.

CORREIO

Polo seu interesse e importância reproduzimos fac-similarmente a carta do Professor José Gonçalo Herculano de Carvalho, grande amigo de todos os que formamos parte do movimento reintegracionista e nomeadamente dos membros da Associaçom Galega da Língua. Publicaremos os seus textos nos próximos números.

Porto, 18 de abril de 1998

Querida Amiga e Presidenta Maria do Carmo

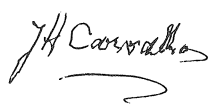
Tem toda a razão! O problema ortográfico é muito importante para vós Galegos — Portugueses de Além-Minho, como o é para nós Portuguese — Galegos de Aquém-Minho, como o é para todos os que, também na Africa e na América, falam connosco o Galaico-Português.

Por telefone arranjei outro amigo galego dos bons que vive em Rotterdam: Amâncio Díaz Díaz de 30 anos, casado ainda sem filhos e vivem cos pai e nai (primos) e irmaos dele, falando todos em casa só galego! Quer o endereço? Aqui está: Zuyd Hoek 298C — 3082CV-Rotterdam, De Nederlanden.

Essas linhas acompanham umas coisas minhas que, estou certo, vai gostar de ler ou de percorrer. Delas, como verá logo logo, é a versão provisória da "Introdução Geral" à série que precede imediatamente a primeira das minhas «Contribuições para a História da Língua Galaico-Portuguesa» (nela encontrará, entre outros pontos, as razões dessa "invenção" da designação — sublinhada —, que se me afigura feliz). O total, hoje quase *definitivamente pronto* (mais logo, espero, pronto sem "quase") tenho muito gosto em lhe propor que, se achar bem, o publique na "nossa" revista; e, se o entender, que acrescente, à cabeça, as palavras *À saudosa memória do meu querido amigo Ernesto Guerra da Cal* (amigo que foi, e para sempre continuará sendo essa figura excelsa da cultura comum de Aquém e Além-Minho! —Junto segue também, em versão melhorada, o nº IV.1 da mesma série que, na versão anterior (o Dr. Hummel, principal "Herausgeber" da "Festschrift" *Lusitanica et Romanica*, ao enviar-me as provas da minha contribuição recomendava que me limitasse tanto quanto pudesse a emendar as "gralhas" tipográficas — e parece que nem gostou que, junto com as provas emendadas e com 2 ou 3 ligeiríssimas e *necessárias* alterações ao texto original, eu lhe tivesse a nova versão melhorada que lhe estou enviando. Quer publicá-la na "nossa" revista? O nº I.1 dessas «Contribuições» espero tê-lo pronto muito em breve. Quere-o também?

Nos nomes dos dias da semana, que hoje são normalmente são *luns-lus, martes* etc. disse-me um dia um galego (não me lembro quem) que os rústicos

Uma apreta amiga do



AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Assinatura por um ano (quatro números): Membros da AGAL ..... 3.000 ptas.
Península Ibérica ..... 3.800 ptas.
Europa ..... 4.200 ptas.
Resto do Mundo ..... 4.600 ptas.

NOME.....

MORADA.....

.....

LOCALIDADE.....PAÍS.....

DATA...../...../..... ASSINATURA

Queiram considerar-me assinante da Revista AGÁLIA a partir do número..... inclusive, efectuando o pagamento por meio de:

☐ Transferência bancária à conta corrente n.º 2091-0450-48-3040018887, Caixa Galícia de Ourense (Oficina Principal), especificando claramente nome, apelidos e endereço do novo assinante.

☐ Domiciliaçom bancária. |_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|

☐ Giro postal ou giro urgente n.º.....

A G A L ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

FOLHA DE INSCRIÇOM (Cubra-se com letra clara)

Nome e apelidos.....

D.N.I.....Profissom.....

Endereço (Rua, Praça).....

Vila, Cidade.....País.....(Tfno. (.....).....

Data de nacimento...../...../..... Quota Anual

Modo de pago: Ingresso directo na c/c n.º 2091-0450-48-3040018887 (Caixa Galícia, O.P. Ourense) ou domiciliaçom bancária. A tal efeito roga-se juntar a este boletim notificaçom do número de c/c, Banco ou Caixa, Sucursal e localidade.

Quotas: **Trabalhadores:** 6.500 ptas./ano (inclui Revista).
Desempregados: 1.500 ptas./ano (com Revista 4.500).

AGÁLIA

Revista da Associaçom Galega da Língua

Redacçom: Aptdo. 560 - 15080-Corunha.
Aptdo. 289 - 15780-Santiago de Compostela.
Administraçom: Aptdo. 453 - 32080-Ourense.

GALIZA

AGAL

Aptdo. 453

32080-OURENSE

GALIZA

Publicaçons da Associaçom Galega da Língua

- *Colecçom «Universália»*

Lôpez-Suevos Fernández, Ramom: *Dialéctica do Desenvolvimento. Naçom, Língua, Classes Sociais,* 1983. (Esgotado).

Comissom Lingüística da AGAL: *Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego,* 1983. 169 págs. (Esgotado).
2.ª Ed. corrigida e acrescentada, 1989, 302 págs.

Carvalho Calero, Ricardo: *Letras Galegas,* 1984. 349 págs.

Comissom Lingüística da AGAL: *Prontuário ortográfico galego,* 1985. 318 págs.

Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, 1986. 820 págs.

Lôpez-Suevos, Ramom: *Portugal no quadro peninsular. Subsídios para a análise histórica-estrutural,* 1987, 224 págs.

Souto, Elvira: *Contribuiçom ao estudo do romance iniciático galego,* 1987, 95 págs.

Haller, Michel, *Tratado de contraponto e de composiçom contrapontística.* Traduçom e adaptaçom de Joám Trilho, 1987, 212 págs.

Comissom Lingüística da AGAL: *Guia prático de verbos galegos conjugados.* 1988. 128 págs.

Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. 1989. 928 págs.

Monterroso Devesa, J. M.: *Apelidos galegos.* 1989. 32 págs.

Morám Fraga, César-Carlos: *O mundo narrativo de Álvaro Cunqueiro,* 1990. 176 págs.

Associaçom Galega da Língua: *Poder, Ideologia e Língua* (Yvo JD Peeters, editor), 1991. 120 págs.

Actas do III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. 1992. 654 págs.

AA. VV. *O uso das línguas na perspectiva da Europa Comunitaria.* 1993. 194 págs.

Actas do IV Congresso Internacional da Língua Galego Portuguesa na Galiza. 1996. 448 págs.

Garrido, Carlos: *Dicionário terminológico quadrilíngue de Zoologia dos Invertebrados,* 1997, 488 págs.

- *Colecçom «Clássicos»*

Cotarelo Valhedor, Armando: *Trebón,* Ediçom, estudo e adaptaçom ao Galego Actual de Ramom Reimunde, 1984. 221 págs.

Rosalia de Castro: *Folhas Novas,* Ediçom e notas de E. Souto Presedo; prólogo de F. Salinas Portugal, 1985. 266 págs.

- *Colecçom «Criaçom»*

Manuel Maria: *A luz Ressuscitada,* Carta-prefácio de António Gil Hernández, 1984. 138 págs. (Esgotado).

Carvalho Calero, Ricardo: *Cantigas de amigo e outros poemas (1980-1985),* 1986. 192 págs.

Marinhas del Valle, Jenaro: *A vida escura,* 1987, 170 págs.

Béjar, Julio et alii: *Fogo cruzado* (relatos), 1989, 96 págs.

Guisan Seixas, João: *Origem certa do farol de Alexandria* (re-ediçom), 1989, 88 págs.

Gómez, Joel R.: *Quando o sol arde na noite,* 1990. 115 págs.

Guerra da Cal, Ernesto: *Lua de Além-Mar* e *Rio de Sonho e Tempo,* 1991, 292 págs.

Corral Iglesias, José Alberte: *Palavra e memória,* 1997, 156 págs.

Gómez, Joel: *Teatro à medida é pronto para si,* 1998, 96 págs., (a aparecer).

- Revista *AGÁLIA.* Publicaçom trimestral desde o ano 1985. 128 págs.

Revista *AGÁLIA.* Monográfico n.º 1, *Problemática do sector lácteo,* dirigido e coordenado por Cláudio López Garrido, 1987, 160 págs.

Monográfico n.º 2, *Estudos sobre a História da Economia de Galiza,* dirigido e coordenado por Joám Carmona, 1989, 96 págs.

A G A L
ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA